



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

◆

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

◆

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PORTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorário:

Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva.

Presidente:

Dr. Leonardo Macedonia.

Vice-Presidente:

Prof. Othelo Rosa.

2.º Secretario:

Prof. Valter Spalding.

Secretario Perpétuo:

Dr. Eduardo Duarte.

Orador:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Tesoureiro:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Bibliotecário:

Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Lindolfo Collor.

Clemenciano Barnasque.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Darcy Azambuja.

Dr. Felix Contreiras Rodrigues.

Cel. Aurelio Porto.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



II TRIMESTRE
ANO XVII

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOÇA
EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE

= 1937 =

1937

Officinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
Barcellos, Bertaso & Cia. — Pôrto Alegre
Filiais: Santa Maria e Pelotas

O mistério das Pedras Verdes

por ANGELO GUIDO

Segunda parte do livro de ensaios de mitologia amazônica "O reino das mulheres sem lei", a sair breve.

O MUIRAQUITÃ

Muiraquitã!

Quem, dentre os que têm andado pelo país da Iara e das Icamiabas, atentos às maravilhas do seu estranho folclore, à barbara beleza e ao lirismo ingênuo das suas lendas, às tradições dos índios e seus costumes, não ouviu falar dessas pedras verdes misteriosas que dizem originárias da província das Amazonas?

Muiraquitã!... Poesia e lenda, magia e sonho!...

Tais coisas se contam dessas pedras verdes, em tal mistério a sua proveniência é envolvida, que elas passaram a constituir objeto não apenas de poéticas divagações, como de profundas pesquisas de sábios, de extensas e interessantíssimas monografias de eruditos, das mais desencontradas hipóteses e suposições fantásticas, quanto a sua origem e a sua posição na prehistória americana.

E' natural, portanto, que dentre as muitas curiosidades de que os amazonenses falam aos que visitam aquelas paragens luminosas e soberbas, o Muiraquitã, pelas lendas, superstições e fantasias a que o prendem, se torne uma das

que mais fascinam, das que mais encantam pela sedução do seu caráter de mágico amuleto e por estar envolvido na poética tradição das Amazonas.

Em tôda a extensão da planície desmesurada, nas cidades, nos povoados, nos tejupares solitários do tapuio, erguidos à beira dos paranás, lagos e igarapés, entre estudiosos das coisas amazônicas e entre rústicos caboclos, crédulos e supersticiosos, ouve-se falar das singulares pedras verdes, e alguns habitantes daqueles ermos que a imaginação inculta povoou de fantásticos monstros, duendes e visagens, a essas pedras se referem como a maravilhosos talismãs, contas veneráveis que a gente de outras gerações dizia terem vindo das terras habitadas pelas tribus das mulheres que viviam sem homens.

Aquele ambiente selvagem que seduz e assombra, que se admira e sente mas não se pode descrever ou explicar, em que os próprios cenários assumem, em certas horas, no esplendor maravilhoso da luz equatorial ou no melancólico *quirirí* ⁽¹⁾ do anoitecer, aspectos fantásticos de miragem, é, sem dúvida, o mais propício para levar a imaginação ao inverosímil e ao sobrenatural. Mergulhado no mistério desse mundo prodigioso e cheio de segredos e forças desconhecidas, o homem vê, por tôda a parte, na floresta e nas águas insondáveis, na própria extensão da selva impenetrável e sombria, a maravilha e o espanto. Dentro desse encantamento, sua imaginação começa a ir para além das realidades que pode ver e apalpar e vai vislumbrando um outro universo, o do mito e da lenda, que além do nosso se aprofunda e estende. E como não pode fugir ao seu fascínio e nem consegue devassá-lo, enche-o de seres imaginários, de suas visões e sonhos, para não andar sozinho no infinito assombro. Tudo, então, se faz magia; anda-se no encantamento, arrastados nas vagas do mistério sem fim — a lenda e a realidade se confundem, porque em tôdas as coisas palpita

(1) — *Quirirí* — Vocábulo intraduzível que significa o mistério, a tristeza, a magia indefinida do anoitecer.

a alma da grande Mãe da natureza, a Ci dos índios, pela qual germinam as sementes, arde o fogo, se fecundam as águas, frutificam as árvores, canta o Uirapurú, brilham as estrêlas, resplandece o sol e anda a lua a espalhar a sua luz sôbre a infinitude da floresta adormecida. As coisas mais inacreditáveis, como aparições de Iaras, metamorfoses de Bôtos em jovens que andam a seduzir sonhadoras cunhantãs, de Curupiras e de Boiúnas parecem possíveis na poesia e no encanto daquele ambiente maravilhoso.

Não é de estranhar, portanto, que em tão fascinante mistério se envolvesse a origem das pedras verdes, prendendo-as à tradição das icamiabas.

Dir-se-ia que foi o próprio Paraíso Verde, o seu país admirável que rebrilha ao sol no espelho das águas, que as icamiabas quiseram representar na matéria imperecível e na côr do Muiraquitã. Vinham as pedras verdes, conta a lenda, do fundo das águas, substância plasmável que tomava consistência ao contacto do ar.

Assim é a terra verde da Amazônia — maravilhoso Muiraquitã que emergiu das águas, matéria plasmável que ao sol se modelou, sagrado presente que a Mãe d'Água deu aos homens e que fascina a todos que o contemplam pela beleza e a magia da sua bárbara e sedutora juventude.

De onde vieram essas pedras verdes cujas configurações lembram antigos ídolos e velhos símbolos de distantes povos, embora reproduzam as formas da fauna aquática da região? Ninguém saberia localizar, na amplitude do vale equinocial, o centro de proveniência dessas pedras de jadeite ou cloromelanite, feldspato, pórfiro, diorito ou quartzo. Os índios que as possuíam, diziam que seus antepassados as haviam recebido da tribo das icamiabas.

Lendas obscuras que a essas pedras se prendem, parecem ecos que chegam de distantes eras, fragmentos de mortas mitologias, vagas reminiscências de uma tradição que por diversos povos, desde remotos tempos, se dispersou. E' do meio dessa tradição perdida, intimamente ligada a uma religião solar, que parecem vir as pedras verdes. Com o de-

saparecimento das que as modelavam, transformando em amuletos fragmentos informes de rocha, desapareceu talvez o significado esotérico do seu culto, como desapareceu dentre antigas populações do império incaico o culto da esmeralda, chamada de “divina substância verde”.

Entre os habitantes da Amazônia muitos há que acreditam nas virtudes milagrosas do Muiraquitã e, possuí-lo, significa para êles ter herdado um maravilhoso amuleto que veio do reino das amazonas. Os que têm a sorte de possuir uma dessas *itapusangas* ⁽¹⁾, guardam-na cuidadosamente, como relíquia venerável, como um tesouro sagrado, como se se estivesse nêle concentrada uma força mágica portentosa, o segredo de um misterioso poder e da felicidade. “Trata-se — diz Alfredo Ladislau — de um verdadeiro amuleto, um terrível talismã, tão tenebroso como sóem ser objetos dessa natureza. O Muiraquitã, que foi o plasma fecundo de tôda a magia indiana — o verdadeiro “tamborare” a que os hindús devotam ainda a mais cega idolatria, continua a ser uma arma perigosíssima em mãos celeradas, ou emanção perene de felicidade e benfazer no poder de pessoas que se dedicam, evangêlicamente, ao culto da bondade” ⁽²⁾.

Mas não são as superstições sôbre as virtudes mágicas e terapêuticas dêsse amuleto, seu caráter de talismã e de mascote que mais nos interessa neste estudo e, sim, o seu simbolismo religioso e as tradições que o prendem tão diretamente à lenda das amazonas.

UMA RELIGIÃO SELVAGEM

Embora alguns arqueólogos considerem o Muiraquitã como um amuleto qualquer, sem dar-lhe maior importância da que é dada, como preciosidade arqueológica, aos simples tembetás com que se adornam os índios **caraôs, botocudos, apinagés, carajás, calapós, cherentes, chambeoás, chavantes**

(1) — Ita — pedra — Pusanga — feitiço ou remédio que serve para livrar de feitiço. Itapusanga — pedra feitiço, talismã, mascote.

(2) — Alfredo Ladislau — *Terra Imatura*, pág. 152 — Pará, 1925.

e outros, o Muiraquitã, com seus mágicos atributos e seu simbólico significado, parece ter uma importância considerável para o estudo da mitologia amazônica, sobretudo para o ciclo de lendas que dizem respeito ao fabuloso reino das Cunhãs-tecô-imas.

Não me parece inverosímil que essas pedras, como já acentuei, estejam relacionadas a algum velho culto, visto que entre outros povos ameríndios eram tidas como sagradas e de divina origem. E se dos Muiraquitãs se fala como provenientes da região habitada pelas amazonas e se diz que iam buscá-los no lago do Espelho da Lua, após cerimônias de purificação em determinadas épocas do ano, não me parece descabido supor que a lenda tenha nascido de alguns ritos misteriosos e primitivos, como da estranha cerimônia de um cacique de Guatavita surgiu a lenda do Eldorado.

Pode-se admitir, por ora, a hipótese da tradição das icamiabas ser a lembrança deturpada de alguma comunidade feminina religiosa de caráter bárbaro, como era, talvez, a das druídisas celtas, e que poderia evocar, embora dentro de diverso e menos elevado círculo de cultura, a das Virgens do Sol do Império dos Incas, ou outras congregações semelhantes de fundo matriarcal, que, em oposição às sociedades secretas dos homens, como era a do Iuruparí, se encontram entre vários povos primitivos, na América do Sul como em outros continentes.

O exemplo de vestais dessa natureza não seria único na América, embora pense que a comunidade das icamiabas era diversa das que existiram não só no Perú, como entre os **chibchas**, na Colônia e no México tolteca, azteca e maia. Estas congregações pertenciam aos grandes Estados, "cujo fundo patrimonial, como diz Imbelloni ⁽¹⁾ é uma mistura harmônica dos elementos das culturas matriarcais e os das culturas patriarcais", enquanto que a congregação das icamiabas pertencia a diverso círculo cultural, mais primitivo,

(1) — Dr. J. Imbelloni — *Epítome de Cultorologia*, pág. 191 — Buenos Aires, 1936

sendo mesmo de supor que tenha havido uma luta, de que ficou o eco nas lendas e nas tradições, entre uma cultura que tinha como suprema divindade a **Grande Mãe**, isto é, um culto feminino, e uma cultura, masculina, que impunha a religião do Sol.

Veremos que essa suposição tem seu fundamento na própria mitologia amazônica.

Quer, portanto, as pedras verdes, hoje raras, sejam originárias do país ou de algum outro local do continente, quer venham de muito longe, como pensam alguns sábios que se têm ocupado do assunto, o que me parece fora de dúvida é que o Muiraquitã não pode ser considerado, sob o ponto de vista da sua importância mítica e no labirinto da prehistória amazônica, como um amuleto qualquer ou um simples adorno semelhante ao tembetá de quarzo ou de berilo verde. Assim mesmo, em diversas tribus, o tembetá recebeu a denominação de *tchaua-ità* (pedra do chefe), sendo tido em grande estima ⁽¹⁾. Onde, porém as pedras verdes conduzem aos encantados domínios da lenda e do mistério é no Amazonas, e de tal forma o Muiraquitã cresceu de importância, que vários trabalhos, alguns, como o de Barbosa Rodrigues, de vastas e eruditas pesquisas, foram escritos sobre o assunto, do qual se ocuparam também, entre outros, Henrique Fischer, La Condamine, Humboldt, Ladislau Neto, A. B. Meyer, Buffon, Hart, Santana Nery, Sílvio Romero, Raimundo Moraes e, numa interessante fantasia de "Terra Imatura", Alfredo Ladislau.

A importância dessas pedras cresceu aos olhos dos estudiosos ao verificarem que as virtudes que os índios amazonenses atribuíam aos seus amuletos eram as mesmas que

(1) — Ladislau Neto considera o tembetá uma adulteração do amuleto amazônico e informa que a mesma estima dada pelos povos antigos ao jade para fabricarem seus amuletos, como o tembetá labial, por exemplo, era dado a todas as pedras verdes, isto é, ao feldspato, mais conhecido sob o nome de **amazonstone** e ao berilo verde comum nas margens do São Francisco, na Baía e no Estado do Rio. — Ver — **Investigações de Arqueologia Brasileira** — em "Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro" — ano 1885 — vol. VI.

outros povos do continente americano e da Ásia relacionavam às pedras verdes, principalmente o jade, e que também usavam essas pedras como distintivos de superioridade, sendo-lhes atribuída divina origem, no México pre-colombiano como na China e na África.

Segundo êsses autores, a pedra verde não era apenas distintivo de chefia do clã ou da tribo — os portadores das contas de jade eram os condutores espirituais, os sábios, os mestres, os Filhos do Sol. Como ao Muiraquitã amazônico, relacionavam-se histórias de Heróis civilizadores e lendas encantadoras de épocas remotas. “Há algo de indescritível no jade — diz Julean Arnold — que o torna essencialmente oriental. O jade está inextricavelmente ligado às gerações, aos séculos e aos milênios das tradições chinesas. E’ uma ligação muito mais íntima do que a da pérola, do rubi, da safira ou do diamante à civilização do Ocidente. A literatura e a mitologia da China estão repletas de referências ao “Imperador de Jade”, ao “Palácio de Jade”, à “Dama de Jade”, ao “Lago de Jade” e a mil outras ficções semelhantes” (1).

Diante da semelhança de crenças encontradas na China e no Novo Mundo a respeito das pedras verdes, Buffon disse que “seria difícil adivinhar sobre que fundamentos orientais e americanos, sem comunicação entre êles, se convenceram igualmente da idéia das virtudes medicinais dessa pedra” (2).

O CULTO DAS PEDRAS VERDES

A crença, espalhada na Amazônia, de que os Muiraquitãs eram originários do reino das icamiabas, se encontrou em tôda a parte onde se falava de uma tribo de mulheres que vivia sem homens. Essa mesma crença, segundo Moke, existia entre os índios do vale do Orenoco, pois diz êsse autor que êsses “índigenas conservam, à guisa de amuleto, pedras verdes talhadas em forma de diversos animais e de frutas,

(1) — Julean Arnold — *Ásia*. Nova York — janeiro, 1936.

(2) — Cit. por Barbosa Rodrigues *O Muiraquitã* — tomo I, pág. 25.

que êles receberam de seus antepassados, os quais pretendiam tê-las recebido de um povo de mulheres às quais os europeus dão o nome de amazonas” (1).

Não deixa, por outro lado, de ser um fato digno de nota que em diversos pontos do Continente se atribuísem à pedra verde não somente as mesmas virtudes terapêuticas e mágicas que se prendem ao Muiraquitã, como que se rendesse culto a essas pedras, julgando-as de origem sobrenatural ou de divina substância, como era considerada a esmeralda na região de Manta, no Equador, nos tempos incaicos.

Frei Bartolomeu de Las Casas informa que naquele tempo “teve-se por deus uma mui rica esmeralda na Província de Manta, que é a que agora chamam Puerto Viejo, a qual era exposta em público alguns dias e a gente simples a adorava. E quando alguns estavam enfermos, iam encomendar-se à esmeralda e levavam outras pedras de esmeralda para oferecer, por persuasão do sacerdote, dando-lhes a entender que por aquela oferenda a saúde seria restaurada” (2).

As esmeraldas que eram objeto de um culto especial e consideradas, segundo informa Ernesto Morales, talismãs poderosos, foram denominados **Uminna**, o que, em quíchua, significa “divina substância verde”. Para a sua adoração foram erguidos em Manta diversos templos aos quais acorriam os fiéis em romaria.

“Divina substância verde” era, na interpretação de Ernesto Morales (3), o “símbolo da terra que sempre reverdece e cuja beleza é sempre jovem.”

Os povos que compunham o Império Incaico fabricavam uma porção de ídolos talismânicos com certas pedras “nas quais achavam alguma relação secreta com a divindade, quer pela cor, quer pela forma (4), entretanto a mais favo-

(1) — *Histoire des peuples Américains*, Bruxellas, 1847.

(2) — *De las antiguas gentes del Perú* — Madri. Ed. de 1892, pág. 54.

(3) — *Leyendas de India* — pág. 28 — Buenos Aires, 1928.

(4) — H. Girgois — *El Oculto entre los aborígenes de la America del Sud* — pág. 144 — Barcelona, 1901

recida em virtudes mágicas era a pedra verde, que usavam em forma diversa “para curar as enfermidades e ajudar, pelo seu poder mágico, a realização dos desejos ou necessidades dos seus possuidores” (1).

Uma lenda encantadora, tecida com aquela poesia que em geral têm as lendas dos tempos incaicos, conta como teve origem a esmeralda sagrada para cuja adoração foram erguidos diversos templos.

Segundo essa lenda uma princesa de olhos verdes passara diversas noites a chorar sobre a sepultura de seu pai, um velho cacique da região de Manta. Chorara tanto que, um dia, junto à sepultura, não mais foi vista a moça, mas, em seu lugar, uma pedra branca do tamanho de um coração com dois pontos verdes. Os pontos, que eram os lindos olhos da princesa, foram dia a dia aumentando, até que toda a pedra se coloriu de verde e uma esmeralda ficou resplandecendo ao sol.

Essa esmeralda foi conservada e se tornou objeto de culto (2).

Vemos, pelo que contam os primeiros cronistas da conquista do Perú, que as pedras verdes eram veneradas e, como ao Muiraquitã, atribuíam mágicas virtudes curativas.

O culto singular que lhe consagravam pode ser interpretado em relação ao culto da Terra, a Grande Mãe, **Pacha Mama**, deusa também da fecundidade que é eternamente jovem e cuja beleza imperecível resplandece ao sol num perpétuo reverdecimento, por isso, a esmeralda, a “divina substância verde”, se fez “o símbolo da juventude perene da terra que sempre reverdece, mãe e bela sempre.”

Como a uma ita-pusanga veneravam os habitantes de

(1) — E' o que também informa Cieza de Leon, em *Cronica del Perú*, cap. L., falando de uma enorme esmeralda adorada em Manta e que, segundo Lopez de Velasco, estava modelada em forma de cabeça humana. Esta informação coincide com a lenda que os povoadores de Manta contavam relativamente à origem do culto das esmeraldas.

(2) — Quando os conquistadores espanhóis chegaram em Manta, a maravilhosa esmeralda havia desaparecido. Conta Cieza de Leon que “nem promessas, nem torturas conseguiram que os indígenas dissessem onde se ocultava essa pedra, objeto de sua adoração”.

Manta as pedras verdes, e os caboclos amazonenses julgam que o Muiraquitã preserva de moléstias e tem a propriedade de dar sorte, livrar de perigos e de inimigos. E', além disto, um talismã de amor e dá força e poder em virtude da sua natureza incorrutível.

Não eram, talvez, as pedras misteriosas que as icamibas davam aos guerreiros que elegiam para seus amores, símbolos de amor e juventude criadora?

Havia nessas pedras como que um emblema da natureza e da procriação. Os que as possuíam tinham um símbolo de amor, e no amor a vida perenemente se renova, perenemente renasce na sua juventude incorrutível, "mãe e bela sempre".

UMA CIVILIZAÇÃO PREHISTÓRICA DA AMAZÔNIA

Estariam realmente os Muiraquitãs relacionados, em tempos antigos, a algum culto cujo íntimo sentido se perdeu? E, nesse caso, qual a origem desse culto? Nasceu no próprio ambiente amazônico ou foi trazido de uma terra distante, como aquela a que se referem os índios *tarianás*, dizendo que fica além das grandes águas, onde surgiram e de onde vieram em épocas remotas? ⁽¹⁾

Uma resposta só poderia ser dada se tivéssemos esclarecido o problema da origem do patrimônio cultural das diversas tribus que fizeram da Amazônia seu "habitat" permanente ou temporário. Mas, segundo as tribus, podem ser

(1) — Os índios *tarias* ou *tarianas* do rio Ucaiari contavam que no princípio dos tempos habitavam numa terra distante, além das grandes águas. Um dia aprenderam a fazer jangada. Certa manhã subiram sobre uma jangada e foram remando. Quando olharam para trás eles viram somente uma fumaça grande. A terra se perdera. Navegaram muitas luas, levados pelo vento até que um dia foram dar numa nova terra.

Alí tiveram que lutar com gente desconhecida, que venceram tomando-lhes as mulheres. "Ninguém — diz a lenda — conheceu linguagem delas porque era diferente."

Depois foram subindo para as terras de outras gentes.

Dêste modo, batalhando sempre, chegaram até a boca do rio Ucaiari, conduzidos pelo tuchana Buapé, nome dado a esse rio, que, com o tempo, se transformou em Uaupé, denominação pela qual ficaram conhecidas as tribus fixadas nas suas margens, chamadas também Vaupés, Boaupés, Goaupés, etc.

traçados roteiros emigratórios em tôdas as direções, e é também verdade que não só variam muito os tipos antropológicos que habitam a imensa bacia setentrional como as expressões de cultura, os usos, os costumes, as crenças, os ritos, as lendas e as tradições, bem como as características morais e intelectuais, de uma tribo para outra.

O que é fora de dúvida é que uma grande parte do patrimônio cultural do aborígena amazonense foi importado de outras terras e, certas tradições, como certas conquistas técnicas, revelam o fato surpreendente de que houve na Amazônia um início de civilização que teria atingido níveis elevados, talvez como as do México e do Perú, se tivesse encontrado um ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento. E tanto é assim que Rivet chegou a pensar que entre as correntes civilizadoras preponderantes que chegaram até a cordilheira andina, cinco delas eram amazônicas. E, como, com justeza, faz notar Imbelloni, comentando a opinião de Rivet, “não há dúvida que alguns setores do vastíssimo território amazônico, como o demonstra a cerâmica, desempenharam um papel de reserva para os elementos de cultura e de relativa especialização para as formas artísticas, principalmente da indústria figulina, e, por sua vez, de estação e etapa para uns grupos humanos cuja influência pôde levar, de retôrno, o patrimônio original, ligeiramente modificado por isolamento, até os lugares de onde primitivamente procedera” (1).

Bastariam, de fato, para demonstrar o início ou a passagem de uma corrente mais elevada de cultura na Amazônia, ao par de alguns elementos que se acham dispersos, embora modificados, nos mitos e nas lendas, êsses trabalhos admiráveis das ceramistas nhêngaibas de Marajó, cheios de surpreendentes estilizações, de representações estranhas de evidente significado mitológico, de símbolos, de signos misteriosos em que alguns dos nossos arqueólogos viram tra-

(1) — J. Imbelloni — *La Esfinge Indiana*, pág. 322 — Buenos Aires — 1926.

ços de uma cultura muito superior àquela que se encontrou na época da conquista entre os habitantes do Paraíso Verde.

O que se conclue é que influências de uma cultura ou várias culturas superiores se misturaram, talvez, entre os nossos índios do Setentrião, às formas culturais de estágios menos elevados.

Este é, aliás, um fato comum nas áreas habitadas por povos primitivos, pois cada vez mais se reconhece, como faz notar Graebner, “que as formas culturais dos povos primitivos não representam fases distintas de uma mesma evolução, e sim evoluções múltiplas, heterogêneas entre si” (1). Essas “múltiplas evoluções”, entretanto, se encontram, às vezes, no campo histórico, e elementos de culturas diversas e de diversos níveis se misturam. Dá-se então o que Haberland chama uma “compenetração de culturas”, em que elementos primitivos podem encontrar-se ao lado de outros de um plano intelectual mais alto, desfigurados às vezes e quase irreconhecíveis em muitos casos.

Sou de opinião que em vários costumes, como em diversas cerimônias, ritos, crenças e tradições da população indígena da Amazônia não há apenas expressões de uma cultura característica e originariamente primitiva, mas que se podem notar também resíduos de culturas elevadas, fragmentos dispersos e deformados de crenças, mitos e tradições mal assimilados e que vivem num ambiente diverso daquele em que floresceram, como certas plantas exóticas transplantadas para longe do seu lugar de origem e que, todavia, se adaptam e reproduzem.

Assim, em certos casos, em lugar das tradições e crenças, mitos e lendas, ritos e culto representarem apenas formas toscas de uma cultura primitiva em evolução, representariam resíduos de uma cultura superior que perdeu seu íntimo significado ao ser transportada para meios humanos incapazes de lhe assimilar a sua expressão mais elevada ou o seu sentido mais profundo.

(1) — F. Graebner — *El Mundo del Hombre Primitivo*, pag. 10 — Ed. da “Revista de Occidente” — Madri, 1925.

Desta espécie de involução de elementos culturais que emigraram nos dão exemplo os índios da grande nação **Nu-Aruaque** ou **Aroquí** ⁽¹⁾ que, dividida em numerosas tribus, ocupou grande parte do vale amazônico, estendendo-se pelo litoral desde o mar antilhano à ilha de Marajó, onde deixou magníficos labores artísticos em terra-cota. Demonstrações surpreendentes da sua cultura antiga, hoje perdida, temo-los nos trabalhos de cerâmica do atêrro do lago de Ararí, na ilha de Marajó, nos da Guiana e na necrópole de Miracanguera, próxima a Itacoatiara, na margem norte do Amazonas. O que os antigos Aroaquis, como os chamaram os portugueses, fizeram, os seus descendentes não o conseguem mais. Na opinião de Barbosa Rodrigues, essa cerâmica revela “uma época de grandeza de um povo, que desapareceu, cuja descendência vive hoje embrutecida pelas matas” ⁽²⁾.

Não seria, portanto, fóra de propósito procurar possíveis relações entre o uso das pedras verdes, as virtudes que se lhes atribuem e as lendas que as cercam com alguma antiga tradição religiosa, algum culto cujo íntimo sentido se perdeu, como se perdeu o significado das representações zoomorfas e antropomorfas, dos signos e símbolos deixados nas igçadas pelos oleiros selvagens da Guiana, de Miracanguera e de Marajó.

As seguintes palavras escritas por Ladislau Neto a respeito de amuletos de barro encontrados entre os trabalhos de cerâmica de Marajó, poderiam ser citadas a propósito das diversas formas e do significado simbólico do Muiraquitã:

“Vê-se, pois, que tanto os adornos faliformes, como os batráquios ou quaisquer animais assim perfurados tinham sua razão teogônica, a sua origem divina em tão elevado grau, porém, de misterioso preceito de representação que não

(1) — **Nu-Aruac**, segundo v. den Stein; **Malpure**, na denominação do padre Glückmeier Adam; **Arowak**, no dizer de Ehrenreich.

(2) — Antiquidades do Amazonas — II vol. da revista “Velosia”. Rio de Janeiro, 1892.

alcançaram esforços no presente a lhe desvendar os mistérios a que eram destinados em tão remoto passado" (1).

Se admitimos que as representações zoomorfas ou antropomorfas plasmadas ou desenhadas em barro pelas ceramistas amazonenses ou paraenses tinham um significado simbólico em relação a algum culto, porque não admitirmos também que o tivessem as diversas formas do Muiraquitã, ainda mais se lembrarmos a lenda que diz que as icamiabas iam buscar as pedras verdes no Lago do Espelho da Lua, das mãos da Mãe do Muiraquitã?

Não será, a Mãe do Muiraquitã, a reminiscência do culto de uma divindade feminina em relação com o culto lunar?

E' o que veremos mais adiante.

A SUPOSTA EMIGRAÇÃO DAS CONTAS DE JADE

Não pretendo embrenhar-me no complicado assunto das culturas ou civilizações que perderam seu impulso vital e entraram em decomposição, como organismos vivos que depois de terem atingido a seu pleno desenvolvimento passaram ao ciclo fatal da decadência.

Não me parece que se possuam elementos para demonstrar que na Amazônia já existiu, como se exprime Imbelloni, embora sem aceitar a suposição, "uma altíssima civilização autoctona" ou formada de um patrimônio cultural importado. Podemos supor, entretanto, que os índios que usaram o Muiraquitã herdaram do contacto com outros povos, modificando-os, alguns elementos técnicos, como os da arte figulina, e formas de culto, crenças e mitos.

Mas, admitida a hipótese de uma dispersão de influências culturais que, desde pontos distantes de origem chegaram até a Amazônia, teremos uma base para supor que as pedras verdes das icamiabas vieram de um país asiático, da Oceania ou da África, como certos dados poderiam nos levar a crer?

(1) — Investigações sobre arqueologia brasileira — Em Arq. do Museu Nac., vol. VI, ano 1885.

Não há muito o brilhante escritor Raimundo Morais afirmava em seu livro **Anfiteatro Amazônico** o seguinte: "Embora o muiraquitã adquirisse, do século XVII para o século XIX, um prestígio quase místico no Eldorado, êsse amuleto não tem o indigenato nestas plagas. Egresso da Ásia, a Índia, a África, a Europa, a Austrália, a América o possuem, quando menos, o conhecem. E' originário do Turquestão chinês, onde lhe demoram as jazidas de jadeíte, ainda que na América do Sul, no Brasil e mesmo na Amazônia, já tenham aparecido pedreiras de nefrite" (1).

O cintilante autor de **Na planície Amazônica** faz essa afirmação, da origem chinesa das pedras verdes das icamiabas, como se fôra uma verdade sòlidamente comprovada. Raimundo Morais, aliás, não é o criador dessa teoria, exposta já em 1889 em várias centenas de páginas por Barbosa Rodrigues, nos dois volumes da sua obra **O Muiraquitã** e sustentada também pelo antigo diretor do Museu de Friburgo, em Baden, Henrique Fischer, em **Nephrit und jadeite**, publicada em 1875.

Barbosa Rodrigues, seguindo o rastro do Muiraquitã, foi buscar até o distante Oriente a origem do misterioso amuleto das amazonas e, nesse rastro, julgou vislumbrar a rota que teriam seguido hordas asiáticas que se diziam guiados pelos filhos do Sol e da Serpente, **Calinagas, Calibis, Caraiabas** etc., para, através de todo o continente americano, virem trazer o sagrado talismã até a nossa região equatorial. Apesar, entretanto, da documentação interessantíssima, mas não raro de interpretação puramente imaginosa, que o ilustre arqueólogo acumulou, não me parece que se possuam dados suficientemente seguros para decifrar o enigma do Muiraquitã e das surpreendentes culturas do Anaúac, do Iucatan, da Guatemala, da Colômbia, do Perú e do Tiauanaco a que o nosso notável cientista relacionou a raça portadora das pedras verdes.

(1) — Obr. cit., pág. 235 — Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1936.

Dados tão interessantes e tão desnorteadores como os que serviram de base para marcar essa linha emigratória que, transpondo o continente asiático, pelo estreito de Bering, atravessa de norte a sul as três Américas, foram acumulados a favor de outros roteiros, através do Atlântico ou do Pacífico, abordando o continente em diversos pontos, e com seu ponto de partida da Oceania ou do Egito, da Babilônia ou de outros centros de cultura antiga, como a Etrúria, a Fenícia, a Grécia.

Poderíamos acentuar que vários elementos de cultura material e espiritual amazônica são mais da Oceania e da África que da China. Ao par dos elementos de cultura material citados por Rivet, como característicos da civilização indígena amazonense, que são o *tembetá*, o propulsor, a flauta de Pã e as cabeças troféus (Jivaros e Mundurucús), podem-se mencionar os elementos espirituais das dansas rituais mascaradas e sociedades secretas para os homens, vedadas às mulheres, bem como os instrumentos sagrados, que só os iniciados podiam ver e ouvir.

Ora, êsses elementos culturais, são tanto da Amazônia como de vários setores da Polinésia, Austrália, Indonésia e África e correspondem à sociedades totêmicas, como, aliás, demonstraremos mais amplamente.

A teoria da proveniência chinesa das pedras verdes como de expressões culturais de algumas tribus amazonenses, pode ser sedutora e romanesca, mas está longe de ser convincente diante de um estudo crítico mais severo.

Já desde 1883 o erudito mineralogista de Dresde, A. B. Meyer ⁽¹⁾ combatia a assertiva de Fischer de só existirem jazidas de jade no Turquestão. Contestava, assim, a afirmativa em que se fundamentava a teoria de Barbosa Rodrigues, de que o Muiraquitã e outras contas de jadeite deviam forçosamente proceder da Ásia. Já nessa época haviam sido encontradas jazidas de nefrite na Sibéria, Nova Zelândia,

(1) — A. B. Meyer — *Die Nephrit-frage* — *Kein ethnologisches Problem* — Berlím, 1883.

Nova Guiné, no território do Alaska e no Monte Ivo, na Europa (1).

Sílvio Romero, no estudo que fez sobre o Muiraquitã, citando Meyer, assim se expressou: “Pelo que diz respeito à América, Meyer argumenta valorosamente. Perdeu-se, certamente, o conhecimento das jazidas originárias do mineral; elas, porém, devem existir no continente, ao menos no México e na região amazônica (2). Pelo que se refere especialmente ao antigo império dos Aztecas, o professor de Dresde nota que os objetos ali encontrados têm todos em sua escultura um caráter local e indígena, uma prova de serem preparados no país. Nota mais a circunstância de ser o tributo de muitas províncias do império obrigatoriamente pago em jadeite. Ora, é inverosímil que servisse de moeda uma substância que se não encontrasse no próprio império” (3).

Pelos argumentos acima expostos vê-se que o jade não era tão raro entre os Aztecas, como supunha Barbosa Rodrigues. E não só o jade representava dinheiro, riqueza, entre os Aztecas, como em toda a região em que estenderam seus domínios, durante muitos séculos, além daquele povo, os Toltecas e Maias, isto é, na área que compreende hoje as repúblicas do México e da Guatemala.

Nas escavações que se têm realizado entre as ruínas das antigas cidades toltecas e maias, freqüentemente têm sido encontradas pedras e objetos de jadeite, pois, como dissemos, o jade representava riqueza.

No *Popol Vuh* (4), livro sagrado dos Maias-Quichés, encontram-se várias referências à jadeite, como significando riqueza. Logo no início do livro, ao se mencionarem os deuses construtores e formadores do Universo, aqueles que, como os Dians-Choans da mitologia hinduísta, apareceram

(1) — Ver Meyer — *Ueber Nephrit und aehliches Material aus Alaska* — 1884.

(2) — E Sílvio Romero não se enganava.

(3) — Sílvio Romero — *Etnografia Brasileira*, pág. 82, 83 — Rio de Janeiro, 1888.

(4) — *Popol Vuh* — Livro do Conselho.

ao alvorecer da Creação, citam-se os Ah-Rax-Lac, os deuses da Verde (ou rica) **Jadeite** ⁽¹⁾. Esses deuses aparecem como os formadores da primeira humanidade.

Mais adiante, no mesmo livro dos Quichés, a jadeite é mencionada como riqueza, pois o **Popol Vuh** diz que Vucub-Caquix, o deus Arara ou Pássaro do fogo do Sol, se orgulhava de suas jadeites: — “Assim, pois (diz Vucub-Caquix), eu sou o Sol, eu sou a Lua, para iluminar os homens. E’ assim que para longe irradio o meu esplendor.”

“Assim falava Vucub-Caquix, mas em verdade Vucub-Caquix não era o Sol, mas se orgulhava de suas jadeites, de seus metais preciosos” ⁽²⁾.

Quando os dois deuses Mestres Mago e Pequeno Feiticeiro resolvem matar Vucub-Caquix, dizem: “Nós poremos fim a suas riquezas, as suas jadeites, a seus metais preciosos, suas esmeraldas, suas pedrarias, pelas quais se orgulha como o farão os homens” ⁽³⁾.

Poderíamos citar vários exemplos extraídos do livro que contém a tradição sagrada dos Quichés para demonstrar ser a jadeite pedra que entre eles representava riqueza, como o ouro. E era tal o valor dado ao jade que escavações realizadas em Copan demonstraram que os índios Maias se faziam incrustar os dentes com pequenas lâminas de jadeite ⁽⁴⁾.

Ora, como se vê, na falta de moedas, a jadeite, esmeraldas, e metais preciosos constituíam a riqueza daqueles povos, o que é uma demonstração de que as pedras de jadeite não podiam ter sido trazidas, em remotos tempos, durante uma suposta emigração que teriam realizado da Ásia para o Anauac e a península iucatânica os povos conduzidos por Quetzalcoatl, Votan e Zamná, como uma preciosíssima, rara e sagrada relíquia da raça, a lembrar, através dos séculos ou dos milênios, a distante pátria de origem.

(1) — **Popol Vuh** — 1, parágrafo 3.º.

(2) — **Popol Vuh** — parágrafo 5.º.

(3) — Obr. cit. — 6.º.

(4) — Georges Reynaud — *Les Dieux, les Héros et les Hommes de l'ancien Guatémala*, pag. 18 — Paris, 1925.

E' de notar ainda que o jade — como o coral, o ouro, o quarzo, a turquesa e a obsidiana — era utilizado nos mosaicos que os antigos mexicanos applicavam a algumas de suas esculturas. Dêsses mosaicos com applicações de laminas de jade existem vários exemplares no Museu Nacional do México e em diversos museus da Europa (1).

O CULTO DAS PEDRAS ENTRE MAIAS E TOLTECAS

Resta a ver se ao jade estava relacionada alguma idéia religiosa ou se os povos do México, Iucatan e Guatemala, tinham essas pedras como sagradas, embora sem lhes attribuir uma origem estrangeira.

Não é de estranhar que se encontre o culto das pedras, inclusive as de côr verde, entre os povos da América Central. Este culto acha-se difundido amplamente entre os povos antigos desde a Idade Neolítica e é comum, também, entre os povos selvagens atuais.

Entre os povos antigos, como nas culturas primitivas atuais, certas pedras representavam o objeto sagrado em que estava presente a Divindade, ou um mágico poder.

Votan, por exemplo, no dizer de Girard de Rialle, era adorado entre os Maias fundadores da grande civilização que floresceu no vale do Usumacinta, ao sul do México, “na forma de uma grossa esmeralda e, semelhantes pedras verdes, que designavam com o nome de **Chalchiuits**, eram em várias localidades objeto de adoração dos Maias, dos Mixtecos, dos Chiapanecos e dos Guatemaltecos. Os mesmos fatos mitológicos se notam no México a respeito de Quetzalcoatl” (2).

A respeito de Quetzalcoatl há a assinalar que os habitantes de Cholula adoravam êsse Herói-Deus sob a forma de

(1) — Ramon Mena — **Mosaicos Mexicanos**, em “Forma”, México, 1927 e Miguel Sola — **Historia del arte Precolombiano** — págs. 64 - 65 — Editorial Labor, Barcelona, 1936.

(2) — Girard de Rialle — **La Mythologie Comparée**, tomo 1.º — pág. 16 — Paris, 1878.

uma quantidade de pedras verdes que, segundo a tradição, tinham tombado do céu. Rialle menciona ainda uma grossa pedra verde que se encontrava numa caverna de Oajaca, no meio de diversos ídolos tintos de sangue, que era cercada pelos anéis de uma serpente de cabeça levantada para um pequeno pássaro ⁽¹⁾. Reconhecemos aqui a representação do deus civilizador dos toltecas, pois que os habitantes de Oajaca eram emigrados toltecas que difundiram entre os Mixtecos o culto da divindade que haviam adorado em Teotihuacan e Cholula.

Onde, porém, se pode assinalar uma coincidência entre o uso das pedras verdes no México e na Amazônia é no fato dessas pedras terem sido emblema de chefia entre as tribus Naúas.

A êsse respeito escreveu Ladislau Neto: “Os Naúas, que poderíamos denominar os Incas mexicanos, a um tempo conquistadores do país e fundadores das suas mais elevadas e profficuas instituições, tinham por sinal de chefatura uma pedra verde atada ao braço. A alta valia que davam os Naúas e Aztecas às pedras de côr verde, não só se depreende da circunstância de as haverem admitido como emblema do poder e da nobreza senão que é mais ainda de as suporem individuações divinas” ⁽²⁾.

E’ mesmo de crer que aqueles povos construtores de monumentais **teocalis** julgassem as pedras verdes como objetos sagrados para recomendar no reino de Xibalba (o mundo subterrâneo) os que partiam para o Além. Para êsse fim, segundo informa o padre Ximenes, os índios da Guatemala colocavam na bôca do moribundo, se era de alta categoria, uma dessas pedras antes que expirasse ⁽³⁾. A pessoa que

(1) — Era o emblema simbólico de Quetzalcoatl, pois que êsse nome — rebus, significa “serpente emplumada” ou “serpente periquito”.

(2) — **Do culto do tembetá** — em “Revista da Exposição Antropológica Brasileira” — pág 66 - 67 — Rio de Janeiro — 1882.

(3) — Êsse costume lembra o dos gregos, que colocavam na bôca do defunto uma moeda de bronze para pagar ao velho Caronte a passagem do rio Stix.

ficava com essa pedra, informa o mesmo autor, era tida em grande conta ⁽¹⁾.

Demonstradas estas coincidências entre as crenças, as superstições, o simbolismo que os índios da América Central prendiam às pedras de jade e a outras pedras, como a obsidiana e a esmeralda, e as que os íncolas amazonenses relacionavam ao Muiraquitã, teremos bases suficientemente seguras para admitir que os amuletos verdes das icamiabas foram trazidos, em tempos remotos, para o Paraíso Verde por algum povo vindo daquelas paragens, descendente próximo de um ramo Naúa ou Maia?

Os dados que se possuem sôbre a proveniência das tribus que usaram o Muiraquitã e conservaram o culto do Iuruparí ainda não permitem se assentar, a êsse respeito, uma opinião segura. Tudo ainda é muito vago, pois sabemos haver entre os etnólogos controvérsias sôbre a origem das diversas famílias ameríndias que, por várias rotas, vieram dar ao vale amazônico.

E' presumível que, misturando-as a tradições, usos e crenças que possuíam desde tempos imemoriais, algumas hordas que do norte foram dar na Amazônia, tenham recolhido elementos da cultura ou o eco das crenças e do culto comuns àquelas raças mais adiantadas que, desde o Anauac até a atual república de Honduras, ergueram cidades monumentais e uma estranha e brilhante civilização. A arte dos oleiros ou oleiras de Marajó e de Miracanguera, como o culto do Iuruparí e alguns costumes que os tárias, por exemplo, atribuíam ao Filho do Sol, talvez sejam os últimos vestígios de uma cultura superior desaparecida. E' provável que assim seja, mas, nem pelas indicações que as pedras verdes das amazonas nos podem fornecer, nem por outros elementos arqueológicos, etnológicos ou mitológicos poderíamos afirmar, com segurança, que o ciclo das lendas e mitos que se prendem às icamiabas e ao Muiraquitã é o reflexo distante da cultura maia-tolteca da América Central.

(1) — Padre Ximenes — *Las histórias del origen de los indios de esta provincia de Guatemala*, pág. 211 — da trad. espanhola do original quiché — Viena, 1857.

A LENDA DE BINGO

As coincidências que se notam relativas ao Muiraquitã e o culto de certas pedras verdes entre os antigos índios mexicanos, poderiam ser assinaladas também com relação ao mito africano de Bingo, profeta e legislador dos negros Fâns, que também usava uma pedra verde, emblema da sua chefia e de onde lhe vinha todo o poder. E, na verdade, o mito de Bingo se parece muito mais ao do Iuruparí ou Izí amazonenses do que aos mitos mexicanos de Quetzalcoatl, Votan ou Itzamná.

Senão vejamos.

Lá, no continente negro, como na Amazônia, a pedra verde teve sobrenatural origem, lá, como dêste lado do Atlântico, era o emblema de um herói civilizador, que trouxe novos costumes e novas leis, que foi sábio e poderoso e cujos ensinamentos ainda hoje são seguidos, precisamente como algumas de nossas tribus ainda seguem os mandamentos do Iuruparí. A pedra verde era o sinal da sua grandeza; por ela realizava milagres, por ela foram felizes os homens enquanto esteve suspensa ao pescoço daquele Mestre divino, que andou prègando entre as tribus camíticas um evangelho de bondade.

Chamava-se Bingo êsse Iluminado negro, e seu pai era Nzamé, o Creador, o Ordenador de tôdas as coisas, o “Senhor da Vida e da Morte”, como o chamam os negros Fâns.

Eis como êles contam a lenda de Bingo:

Um dia Nzamé, o Creador, desceu à terra. Sentado dentro de uma canoa, deixava-se levar pela correnteza do rio, pois que Nzamé não remava. Chegando perto de uma aldeia, dispunha-se a alcançar a margem para ir interrogar os homens quando a sua atenção foi atraída por uma linda moça que ia buscar água à fonte. Mboia era o nome da moça e a mesma lenda diz que, como o Mboi-tatá dos nossos índios, ela anda, à noite, pela floresta “como uma chama errante que vai daqui e dali, agitando-se.”

Nzamé viu a moça e dela logo se apaixonou. Levou-a

então para o país de onde não se volta. Quando o tempo chegou, Mboia teve um filho que chamou Bingo, um nome que não é daqui, mas do país distante de onde não se volta nunca. Porisso ninguém sabe o que êste nome significa.

Bingo crescia, crescia sempre e Mboia o amava acima de tôdas as coisas. Nzamé começou porisso a odiar Bingo e um dia o agarrou e o precipitou num abismo. Bingo foi caindo, caindo e estava quase morto quando as vagas da grande água que está além das montanhas se abriram para recebê-lo. Como não estava longe da margem, um pescador o recolheu e o levou para a sua casa. Esse pescador era o velho Otoião, o grande feiticeiro, que reconheceu logo o elevado nascimento de Bingo.

Como Nzamé continuasse a persegui-lo, Bingo se refugiou numa caverna profunda e escura e lá êle ficou até Nzamé desistir de procurá-lo. Bingo, que havia herdado a ciência de seu pai adotivo, também herdou o seu espírito quando Otoião morreu.

“Tornado adulto, Bingo percorreu o mundo, passou entre todos os homens, tôdas as tribus; êle era bom e ensinava a todos os homens a serem bons, a fazer o bem. Êle realizava tôda sorte de prodígios mediante uma pedra verde que levava ao pescoço. Nessa pedra Nzamé gravara o seu nome dando-a a Mboia no primeiro dia em que a viu. Mboia, por sua vez, deu a pedra verde a seu filho Bingo. E quando queria, Bingo deixava o seu corpo, as flechas não o atingiam, os machados não o feriam, os bambús envenenados não furavam os seus pés nus e os tesouros da terra pertenciam-lhe todos. Êle amava os homens negros e os homens negros o amavam. Êles faziam o que êle queria, o que lhes ordenava, e isso estava bem, porque Bingo era bom.”

“E então Bingo quis ir bem longe, bem longe; e partiu para o país que fica de outro lado das montanhas (creio que devia ser entre os brancos), e os homens de lá, tendo visto Bingo abrir a terra e conhecer os seus tesouros, o espiavam de dia e de noite. Por fim, pois que Bingo sabia que eram maus e se escondia dêles, por fim, êles o surpreenderam um

dia com a pedra verde na mão. E para descobrir os tesouros e possuir o seu segredo, mataram-no, tomando-lhe a pedra verde que ele nos teria deixado.

“Depois desse tempo os homens do outro lado dos montes passaram a possuir as riquezas da terra; mas nós, nós guardamos as leis de Bingo” (1).

A semelhança desta lenda com a amazônica do Iuruparí é evidente. Bingo como o Iuruparí Guarací Raira (Filho do Sol) é de divina descendência, e de origem divina é também a pedra verde, emblema de chefia espiritual e de mágico poder, quer nas crenças dos nossos índios quer na lenda africana. Como Bingo, Iuruparí ou Izí operava toda sorte de prodígios e, como de Bingo, conta-se que o grande legislador dos *uaupés* viveu escondido, invisível durante a infância.

DIVAGAÇÕES EM TÔRNO DE SEDUTORAS FANTASIAS

As coincidências entre o mito de Bingo e o do Iuruparí nos autorizariam a estabelecer um laço de união cultural ou de dependência entre os negros Fâns e os índios amazonenses ou a admitir ter vindo da África a crença no poder misterioso que na Amazônia se atribue ao verde Muiraquitã?

Note-se que, argumentos tão interessantes como os que Barbosa Rodrigues reuniu para defender a teoria da proveniência asiática das contas amazonenses de jadeite têm sido invocados para demonstrar a origem egípcia, portanto africana, das culturas maias-toltecas e peruanas. Toda a escola *heliolítica* chefiada por Elliot Smith se tem esforçado, nos últimos decênios, por demonstrar as coincidências entre a grande cultura do vale do Nilo e as que floresceram no México e no Perú. E não há dúvida de que se poderiam (como, aliás, além de Elliot Smith já o fizeram outros autores) acumular analogias curiosas entre a velha cultura

(1) — Esta lenda que aqui resumí encontra-se no interessante livro de Blaise Cendrars — *Anthologie nègre*, pág. 18 a 21 — Paris, 1927.

egípcia e as pre-colombianas da América e estabelecer argumentos interessantes para a defesa da teoria de uma emigração africana, em tempos remotos, para êste continente. Antes mesmo do criador da teoria heliolítica ⁽¹⁾ procurar estabelecer um nexo de dependência entre egípcios e os povos americanos, Adolfo Vargnagen tentava demonstrar, por meio de curiosas comparações filológicas e hierológicas, a origem turaniana dos nossos índios, isto é, que tupís e egípcios “pertencem a essas mesmas raças urais-altaicas que chamam geralmente de turânias” ⁽²⁾.

Para comprovar a sua teoria, Vargnagen serve-se de argumentos como o seguinte a respeito do nome tupí da lua — **Iaci**.

“Êste último nome **Ia - ci** lembra muito o de Isis, dado também à lua, considerada como a “mãe dos frutos”, e, segundo Heródoto, objeto de maior adoração entre os Cários.”

A propósito de Quetzalcoatl, o deus e legislador tolteca que os Maias chamaram Cuculcan, Vargnagen recorre à palavras coptas para demonstrar que aquele herói mexicano era egípcio e que seu nome tem analogias com um dos atributos de Horus ⁽³⁾.

Ao lado dessas fantasias poderíamos ainda aduzir, a um ponto de vista de dependência africana das culturas da América, argumentos de maior valor científico, de natureza an-

(1) — Ao lado da teoria heliolítica poderíamos colocar a não menos fantasiosa teoria do Pan-babilonismo, defendida por H. Winckler, A. Jeremias e Stucken, segundo a qual a mitologia astral da Babilônia, partindo das margens do Eufrates se teria estendido para os pontos mais distantes da terra, inclusive para o continente americano.

(2) — Adolfo Vargnagen — *L'origine touranienne des Américains Tupis, Caribes et des anciens Egyptiens* — Prefácio, pág. X — Viena, 1876.

(3) — Lembraremos que o significado do nome rebus Quetzalcoatl é “serpente emplumada” e não “serpente real” ou “águia real”, como julga Vargnagen. E quanto ao símbolo da Ave, em geral ave de rapina, que poderia aproximar Quetzalcoatl a Horus e também ao nosso Iurupari, poder-se-ia observar que o mesmo símbolo, significando divina realeza, poder, chefia, se encontra entre vários povos: O gavião que representava a realeza egípcia — Horus —, o condor símbolo dos Incas, as águias romanas, as águias bicéfalas hititas, assírias e bizantinas e, finalmente, dos Czares e Habsburgos. Na mitologia amazônica Izi ou Iurupari, o Filho do Sol, é levado ao Monte da Lua, onde lhe foi entregue a pedra da chefia, por um gavião.

tropológica, como, por exemplo, o de G. Sergi sôbre a emigração do tipo que o notável antropólogo italiano denominou de **lofocéfalo**.

Admitindo a existência de uma passagem terrestre através do Atlântico (restos da Atlântida?), Sergi julgou encontrar indícios de uma emigração do lofocéfalo das costas ocidentais da África para o nosso Continente. “E allora — diz Sergi — come già ho accennato, nel pliocene, probabilmente e nell’Atlantico e nel Pacifico e nel mare Indiano esistevano residui di terraferma sufficienti per le migrazioni del Lofocéfalo” (1).

Segundo o ilustre cientista, o homem lofocéfalo é originário da África, de onde se espalhou pelas ilhas do Pacífico, Europa e América. “Il Lofocéfalo — diz textualmente — migró dall’Africa per l’occidente, in America.”

Poder-se-ia lembrar, a favor da tese de Sergi, a tradição contida no **Popol-Vuh**, segundo a qual o povo Quiché teria vindo do lado de onde nasce o sol, da sagrada cidade de **Tulan-Zuiva**, terra da Abundância, onde os Quichés receberam a sua força, a sua ciência, os seus deuses. “De além do mar — dizem os **Anais dos Cacchiques** (1), do lugar chamado **Tulan**, onde fomos engendrados por nossas mães, nossos pais, nós viemos.”

Quando estavam em **Tulan**, tôdas as raças falavam o mesmo idioma. “Única era a nossa linguagem quando partimos do Logar da Abundância, únicos os usos, única a maneira de viver.”

“Quando êles vieram não havia mar, separando o Logar da Abundância da terra americana. Sua passagem pelo mar não aparecia — diz o **Popol Vuh** —; êles passaram como se não existisse mar; sômente sôbre as pedras êles passa-

(1) — G. Sergi — **La piú antica umanità vivente**, pág. 265 — Torino, 1930.

(1) — Ver Georges Reynaud — **Les dieux, les héros et les hommes de l’ancien Guatemala** — Apêndice, pág. 139 - 145.

ram, e essas pedras se levantavam sôbre as areias... a água se separou lá por onde êles passaram” (1).

Não tenho o intuito de demonstrar a proveniência africana, através de um continente desaparecido, como a fabulosa Atlântida, dos povos que habitavam o Iucatan e a Guatemala e, conseqüentemente do culto das pedras verdes, a-pesar-da coincidência, que já assinalei, entre o mito de Bingo e o do Iuruparí. Tenciono apenas provar como é fácil embrenhar-se em fantasias sedutoras e encontrar, em seu apóio, argumentos que a um senso crítico pouco vigilante se impõem como provas incontestáveis.

Parece-me que foi por uma dessas belas fantasias que o talento impressionante e imaginoso de Barbosa Rodrigues se deixou seduzir ao traçar a rota seguida pelas pedras de jade, na sua suposta imigração desde o país de Fo-Hi até os verdes recessos das florestas amazônicas.

O QUE NOS CONTA MAURÍCIO HERIARTE

Vejamos, agora, por um estudo das tradições de origem amerába que prendem o Muiraquitã ao mito das amazonas, se podemos encontrar alguns elementos que nos possam levar a esclarecer a verdadeira posição dêsse mito na prehistória amazonense e suas relações com o círculo cultural que tem como centro a figura lendária do Iuruparí, isto é, de um misterioso personagem que apareceu numa comunidade em que reinavam as mulheres e realizou o que poderíamos chamar uma revolução social e religiosa, arrancando o poder das mãos femininas e, fazendo-se chefe do povo, proclamou-se Filho do Sol, instituiu um novo culto e estabeleceu costumes novos.

As mulheres, revoltadas com as duras leis que lhes foram impostas, fugiram da região em que se estendera o domínio

(1) — Obra citada de Raynaud, pags. 91, 92. Nas passagens acima das tradições dos Quichés alguns autores viram alusões à torre de Babel e à passagem do Mar Vermelho pelas tribus de Israel. E não faltou quem procurasse uma origem comum para os Israelitas e Maías.

do Iuruparí e foram, em direção ao levante, fundar um reino à-parte.

Esta é, em resumo, a tradição indígena colhida por Maximiano José Roberto, Ermano Stradelli e Barbosa Rodrigues. E' esta tradição que analisaremos neste e nos próximos capítulos.

* * *

Conforme vimos na primeira parte dèste volume, era tradição na Amazônia de que as pedras verdes provinham da província das mulheres que viviam sem homens.

Maurício Heriarte já no século XVII nos dá notícia das pedras verdes, dizendo que eram muito estimadas entre os índios, os quais delas se serviam como de dinheiro para a compra de mulheres. “Quando se casão — diz Heriarte — comprem as mulheres por pedras verdes a quem chamão Baraquitãs (e as estimão em muito) ou por escravos” (1).

Como se vê, no tempo do Ouvidor Geral do governador D. Pedro de Melo, as pedras verdes não deviam ser tão raras, tanto assim que, como entre os Maias, representavam riqueza e com elas se compravam mulheres. E que devia haver regular quantidade, esparsa por uma vasta área da região amazônica, se infere dessa outra passagem do mencionado escrito de Heriarte: “Athe esta provincia chegam nãos de alto bordo, e por este rio dos Tapajós vam quatro jornadas a resgatar madeira, rêdes, orucús e pedras verdes que os indios chamam baraquitãs, e os estrangeiros do norte estimam muito; e commumente se diz que estas pedras se lavram, á este rio dos Tapajós, de um barro verde, que se cria debaixo da agoa, e debaixo d'ella fazem contas redondas e compridas, vasos para beber, assentos, passaros, rãs e outras figuras; e, tirando-o feito debaixo da agoa, ao ar, se endurece o tal barro e de tal maneira que fica convertido em durissima pedra verde; e he o melhor contracto destes Indios e d'elles mui estimado.”

(1) — Maurício Heriarte — *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, pág. 19 — Viena, 1874.

Vemos por essas informações que nos dá Heriarte que as tais pedras verdes, embora muito estimadas, estavam bastante esparsas pelo Amazonas, tanto assim que era uma das mercadorias procuradas pelas naus que iam até ao rio Tapajós. O que é interessante é notar que com a difusão das pedras verdes se difundiu também, por aquelas regiões do Tapajós, a lenda de serem elas provenientes de um barro “que se cria debaixo da agoa.”

Essa lenda é precisamente a que se conta a respeito das icamiabas, segundo a qual essas mulheres guerreiras mergulhavam no lago do Espelho da Lua na região banhada pelo Jamundá, para ir receber das mãos da Mãe do Muiraquitã os sagrados amuletos verdes, que davam aos homens que as iam visitar uma vez por ano.

NO REINO DAS ICAMIABAS

Em certa época do ano, conta a lenda, os índios afortunados que eram recebidos no país das icamiabas, após longas jornadas de viagem através dos caminhos líquidos daquela região encantadora em que o Jamundá leva as suas águas para uma vasta extensão de lagos e lagoas, chegavam à terra daquelas valorosas cunhãs.

As aldeias derramadas nas encostas da serra de Jaci Taperê ressoavam então de cantos festivos e uma insólita agitação andava pelas habitações rústicas que em outro período nenhum homem ousaria violar.

Naqueles dias um estranho fulgor brilhava nos olhos negros das moças cunhãs, uma vibração mais ardente de vida lhe inflamava o sangue selvagem e o seu rosto ousado de guerreiras destemidas se iluminava de uma expressão mais doce, mais sedutoramente feminina.

Aquela visita, ansiosamente esperada através de intermináveis horas de sonho, de cismas, de torturas indizíveis e de saudade, devia assumir, sob o esplendor das noites equatoriais, entre o mistério das estrêlas e o mistério das águas e da floresta, um indescritível encanto. Poemas de amor,

ardendo em labaredas de desejo, ou talvez feitos de ternura e de meiguice, de palavras loucas e de carícias, que acordam secretos estremecimentos da alma e da carne, floresciam para viver algumas horas — flores selvagens a estontear como o aroma inebriante da Vitória Regia.

A que leis, a que sagrados preceitos invioláveis obedeceriam aquelas mulheres que haviam estendido o seu reino entre a muralha granítica da serra de Itacamiaba e as águas do lago de Jaci-uaruá?

Não teriam descoberto aquelas amazonas, com seu costume estranho, o segredo de manter eterno o encanto do amor?

E não era talvez um símbolo dêsse amor sempre jovem a natureza incorruptível das pedras verdes que doavam aos seus visitantes? Pois não é como talismã de amor que, ainda hoje, os índios consideram o Muiraquitã?

Que espécie de festas teriam realizado, a que ritos se entregariam? Seriam os que se celebravam antes da vinda do Iuruparí, consagrados à Lua, ou recordariam a cruel mutilação sofrida pelo moço maravilhoso, Pai-Tunaré, sacrificado ao ciúme bárbaro de Pai-Tuna?

Quem poderá dizer!

Conta a lenda, entretanto, que antes da noite consagrada às pedras verdes, as Icamiabas se entregavam a ritos de expiação, e quando chegava a noite marcada para a cerimônia final, a última em que os guerreiros das tabas distantes permaneciam na aldeia das icamiabas, reuniam-se homens e mulheres à margem do lago e realizavam uma festa ritualística em honra à Lua e à Mãe do Muiraquitã.

E quando a pálida Jaci alcançava “o trono do céu” e a sua face se espelhava nas águas adormecidas, as amazonas mergulhavam no lago e iam receber das mãos da Mãe do Muiraquitã as sagradas pedras verdes.

Essas pedras, no fundo das águas, eram apenas uma substância verde, espécie de maravilhosa argila em que as icamiabas esculpiam figuras de peixes, batráquios, tartarugas, formas cilíndricas e de machados.

Ao chegar ao contacto do ar, a substância entregue pela Mãe do Muiraquitã endurecia, e então as icamiabas penduravam ao pescoço dos guerreiros as mágicas pedras verdes, talismãs de amor e sagrados amuletos que lhes dariam poder sobre os outros homens e os preservariam de perigos.

Antes que Coarací doirasse com seus raios os cimos da serra e as sombras se escondessem nas águas escuras, partiam os guerreiros em demanda das suas aldeias. Levavam em suas igaras os filhos varões e, ao pescoço, o verde Muiraquitã que havia de manter constante em cada um a lembrança da cunhã poranga que ficara longe, no Reino das Icamiabas, lá por onde correm as águas do Jamundá.

Esta é lenda mais divulgada na Amazônia a respeito da origem do Muiraquitã. Outra versão da lenda, a dos índios uaboís, diz que os Muiraquitãs existiam vivos no lago de Jací-uaruá, na forma de peixes. As amazonas feriam o corpo e onde o sangue caísse, os Muiraquitãs paravam e endureciam. Então eram apanhados pelas mulheres e entregues aos homens.

Há os que põem em dúvida que a lenda da pesca dos Muiraquitãs pelas Icamiabas seja de origem indígena; entre estes figura o notável naturalista Henri Coudreau ⁽¹⁾. Barbosa Rodrigues, entretanto, depois de acenar às duas versões da lenda do lago de Jací-uaruá e dizer que ouviu de um velho índio uaboí a segunda versão, diz o seguinte: "Quando o índio nos refere assim a origem do Muiraquitã, tomamos isso como lenda, porém não o são. E' o reflexo de uma reminiscência; é a verdade que êle apresenta, envolvida no manto tenebroso do passado" ⁽²⁾. Explica, então, o erudito cientista, que essa lenda recordava apenas a pescaria das pedras de jade que eram feitas na província de Iutian, na China, ou em Cotan, de onde teriam partido os que se tornaram os conquistadores e civilizadores do México

(1) — Voyage au Jamundá.

(2) — O Muiraquitã, pág. 30.

e da América Central e trouxeram até o Amazonas as pedras de jade.

Efetivamente, na China, as pedras de jade eram “pescadas” nos rios por turmas de soldados, que mergulhavam n’água e as jogavam nas margens sob a rigorosa fiscalização de um oficial do antigo império chinês, entretanto, convenhamos que só por um excesso de imaginação se poderá relacionar essa pescaria das pedras de jade com a lenda amazônica.

No tempo do ilustre cientista brasileiro, a cujos pacientes trabalhos de investigação tanto deve a nossa etnologia e o estudo dos mitos amazônicos, a imaginosa teoria que construiu sobre a proveniência asiática do Muiraquitã e a complicada emigração do jade, devia ter seduzido a não poucos espíritos. A nossa arqueologia e o indianismo em geral estavam ainda no período lírico e pouco objetivo dos largos voos da fantasia, por vezes mais literária do que científica. E, não raro, como ainda hoje acontece, sacrificava-se a belas e engenhosas fantasias o rigor objetivo de uma crítica, talvez fria, mas capaz de um avanço, mais seguro, rumo à verdade.

Hoje a fascinante hipótese de Barbosa Rodrigues poderá ser ainda objeto de divagações literárias, mas muito frágil para suportar uma análise mais cuidadosa e para prender os nossos mitos a uma origem remota e aos velhos deuses de algum Panteão oriental.

Parece-me difícil, com a escassez de elementos que se possuem, determinar qual foi o ponto de dispersão, entre as culturas ameríndias, do uso do Muiraquitã, como emblema de chefia e como amuleto e talismã ao qual se prendem crenças de fundo mágico-religioso e, possivelmente, totemista. Essa dificuldade, entretanto, não nos autoriza a ir buscar no Extremo Oriente a origem das pedras verdes das icamiabas, não só pelas razões acima expostas, como pelo fato do culto das pedras se encontrar esparso em múltiplas áreas de cultura primitiva e também pelas relações, que não podem deixar de ser assinaladas, como objeto de adorno, entre o Mui-

raquitã e o Tembetá. Convém lembrar o que refere La Pe-rouse a respeito do uso do Tembetá labial entre algumas mulheres indígenas. Ele era como que um emblema de pudicícia, pois que as mulheres que o usavam, ao lhes pedirem que o tirassem, mostravam-se encabuladas como se lhes tivesse sido feita uma proposta indecorosa.

E' ainda de se notar que o uso do Muiraquitã não se restringiu, ao que parece, no Brasil, à área cultural amazônica. Afora os que Raimundo Lopes encontrou nas estearias do lago de Cajuá, no Maranhão ⁽¹⁾, vários Muiraquitãs de pedra verde foram encontrados em Pernambuco ⁽²⁾, o que demonstra ter sido seu uso esparsos numa vasta área de distribuição das nossas tribus.

Os Muiraquitãs de Cajuá — diz Raimundo Lopes ⁽³⁾ — “representam uma técnica adiantada, análoga à do México e mais ainda à de Costa Rica, de modo a não se confundir com a jade oriental e assumindo formas animais, a rã especialmente.”

O erudito pesquisador das palafitas maranhenses, conclue, relativamente à teoria da proveniência asiática do Muiraquitã, com as seguintes palavras, que, de bom grado, subcreveríamos: “Nas suas imaginosas hipóteses, hoje inaceitáveis, Barbosa Rodrigues deu ao Muiraquitã uma origem oriental e um papel predominante. O que acabamos de dizer, porém, acolchetando-se às investigações que abalaram a famosa teoria da origem asiática da jade, basta para mostrar como a ciência atual se afasta daquelas locubrações, em grande parte baseadas em fictícias interpretações de lendas.”

“Dentro mesmo, porém, de um critério positivo, o Muiraquitã, análogo do amuleto *chalehiuitl* mexicano, tinha de certo uma alta significação como pedra de chefe e emblema

(1) — Raimundo Lopes — *A civilização lacustre do Brasil*, em “Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro” — Vol. I, n.º 2 — 1924.

(2) — Mário Melo — *Apontamentos para a etnografia pernambucana* (Adornos indígenas) — Em “Jornal do Comércio”, do Recife — 11 de abril de 1935.

(3) — Obr. citada.

de estirpe ou tribu, e de cujas formas animais se desprende um caráter técnico.”

Perfeitamente. Mas não caberá aqui a pergunta: — não tinham, acaso, os Muiraquitãs alguma relação com as crenças religiosas dos povos que o adotaram? Como emblema de chefia, não terá tido um significado totêmico e não será daí que lhe vem o caráter de objeto sagrado, de poder mágico?

E' o que vale a pena investigar.

RITOS E SÍMBOLOS DE UMA RELIGIÃO QUE SE PERDEU

Quanto aos elementos míticos e religiosos que das civilizações precolombianas dos Incas, Maias, Toltecas, Aztecas, Chibchas ou Muiscas podem ter chegado até a Amazônia e a influência que podem ter exercido na formação de diversas lendas, é um campo de investigações a explorar.

A propósito da cerimônia que realizavam as icamiabas à margem do lago do Espelho da Lua, parece-me interessante lembrar que as populações antigas do continente adoravam lagos e lagoas, não raro relacionando as suas cerimônias ao culto da Lua e do Sol e ao aparecimento de algum deus ou herói civilizador. Das confusas notícias dessas cerimônias se formaram as lendas de lagos fabulosos, como o de Paríma, Guatavitá, Eldorado, dos Xaraios e outros que constituíram a alucinação dos primeiros tempos da conquista americana. Êsses lagos, entretanto, existiam e alguma verdade havia relacionada àquelas lendas de cidades maravilhosas e de cerimônias que consistiam em arremessar ouro e esmeraldas no fundo das águas. Há o exemplo da cerimônia que, segundo conta Miguel Triana ⁽¹⁾, realizavam os Chibchas nas águas dos lagos, nos quais, entre cantos sagrados e ao som de instrumentos, iam mergulhar os chefes do povo e os sacerdotes, praticando, dêsse modo, um rito

(1) — Miguel Triana — *La civilisacion Chibcha*.

de purificação. Informa o mencionado autor que durante essas cerimônias eram arremessados no lago pequenos peixes de ouro, e os antigos historiadores da Colômbia dizem que os sacerdotes e caciques entravam no lago ou lagas, como a de Guatavitá, e, entre cantos litúrgicos, arrojavam às águas grande quantidade de ouro e de esmeraldas ⁽¹⁾. Outra versão dizia que a cerimônia era consagrada a uma cacica que se havia arrojado ao lago, onde continuava vivendo num palácio maravilhoso, ornado de ouro e de esmeraldas. O certo parece, porém, que se tratava de alguma cerimônia instituída por Bochicha ou Nemterequeteba, o Filho do Sol, ou de algum rito em honra à deusa Chia ou Sia, a Lua, pois, quer o Sol (Sue), quer a Lua, eram adorados pelos Chibchas. Seus altares “eram objetos naturais que por qualquer motivo chamassem a sua atenção.” Entre êsses lugares sagrados figuravam os lagos ou lagoas, “situados nos cimos das montanhas, como o de Guatavitá, em que o cacique ou Psiqua, depois de cobrir-se o corpo com pó de ouro, celebrava cada ano o “sunna”, a solene cerimônia de se submergir na presença de milhares de espectadores e ao som de cantos nas águas sagradas da lagoa” ⁽²⁾. Às vezes sacrificavam-se crianças nas altas penhas em honra ao sol.

Não estou, certamente, a querer ver nessas cerimônias dos Chibchas colombianos a realidade de que a lenda do lago de Jaci-uaruá seria um reflexo; estou somente a mencionar cerimônias relacionadas ao culto da Lua e do Sol, que bem poderiam pertencer a uma remota tradição religiosa da qual se conservasse vaga memória nas lendas, crenças e ritos de vários povos do continente, de mistura com outros elementos míticos originários de várias fontes.

Lembrarei que a forma da rã e do sapo é comum entre as diversas configurações zoomorfas, e, a meu ver, simbó-

(1) — Ver *Historia de la Provincia de S. Antonio del Nuevo Reino de Granada*, de Frei Alonso de Zamora e as obras de vários outros autores da época da conquista da Colômbia.

(2) — Carlos Cuervo Marquez — *Estudios Arqueologicos y Etnograficos*, vol. 2.^o, pág. 107 — Madri, 1920.

licas, das pedras verdes das icamiabas e que também se dizia que os Muiraquitãs eram encontrados vivos no lago do Espelho da Lua.

Vimos que os Chibchas arremessavam nos lagos pequenos peixes de ouro durante as suas festas ritualísticas. Esse mesmo povo acreditava que, fecundadas pelo Sol, as águas sagradas haviam dado nascimento à Rã Primordial, espécie de deusa aquática, símbolo de fecundação, semelhante à deusa egípcia Hiquit, também emersa das águas e representada na figura de uma rã sobre uma flor de lotus ⁽¹⁾. Aliás, a Grande Mãe dos Chibchas — **Bacué** — da qual, segundo a lenda, toda a raça se originou, safu de uma lagoa.

E' curioso assinalar que existem coincidências entre essas crenças e os ritos de que acima falei com a lenda do lago do Espelho da Lua, onde as icamiabas iam buscar as pedras verdes, pois sabemos que a representação de batráquios, como de peixes, é comum nos Muiraquitãs.

Não há dúvida de que a rã esculpida nas pedras verdes é um símbolo teogônico antigo que figura em várias mitologias e está comumente relacionado a um culto lunar, representando sempre uma potência creadora, a Grande Mãe, em cujo seio nascem todas as coisas. Porisso é um símbolo também da procriação ou da matriz fecundada. Poder-se-ia explicar neste simbolismo porque as icamiabas davam as pedras verdes em forma de rã ou peixe àqueles que eram pais de seus filhos ⁽²⁾.

(1) — Os egiptólogos chamavam Hiquit de “Deusa Rã” ou Sapo. Na mitologia egípcia representa um poder de ressurreição e se diz que tomou parte com Khnum (o Poder Úmido), o espírito que se move sobre a face das águas primordiais, na organização do mundo. Amuletos em forma de rã foram encontrados junto a diversas múmias. Alguns deles figuram no museu do Cairo, em Bulaq. Veja-se *Guide au Musée de Boulag*, pág. 146, de Gaston Maspero.

(2) — Como a rã, a forma de peixe era um símbolo cosmogônico arcaico que se encontra em relação, nas velhas religiões orientais, com o culto das grandes divindades femininas, Deusas Mães, como Ishtar, Milita, Astarté, Anait, Artemisa de Éfeso, Cibele, etc. Os primeiros cristãos usaram esse símbolo, que tomaram, provavelmente, dos Essênios e que se encontra também no culto dos habitantes da ilha de Creta, no período minóico.

Citei, como exemplo dêsse simbolismo, que se prende quem sabe a que antiga e perdida tradição religiosa, a crença dos Chibchas sôbre a sua origem de uma deusa aquática, pode-se encontrar, porém, o mesmo mito na deusa Centeotl, da mitologia azteca. Centeotl, que tinha diversos apelidos, como Tocitzin, “avó dos homens”, Tonacajoua, “a que sustenta”, Tzinteotl, “deusa das origens”, e também os de “nossa reverenda mãe”, “alma da terra”, era representada “como uma rã”, em cujo corpo numerosas bôcas se vinham abrir” (1). Simbolizava a terra, mãe de tôdas as coisas e, com o nome de Maiaquil, era a deusa da procriação, assumindo, então, a forma da Kali hindú e da Artemisa adorada como mãe da natureza na Ásia Menor, isto é, de uma mulher com numerosas mamãs. Essa **deusa rã**, que preside aos banhos, segundo Sahagun, representavam-na também, à semelhança da Isis egípcia e da Virgem-Mãe do Cristianismo, “como uma mulher que trazia nos braços uma criança.”

Na ordem dessas crenças, algumas de fundo totêmico ou onde há sobrevivências totêmicas, pode entrar o culto do Gnenco, “dono das águas”, entre os Araucanos, que era certo sapo que cuidava os poços e tinha poder sôbre a chuva (2). A êsse sapo os Araucanos faziam oferendas para pedir chuvas nas colheitas, pois êle era um **Pillan**, um tótem particular.

À forma do sapo ou da rã se prendem, ao par de um simbolismo teogônico, múltiplas superstições da magia dos po-

Entre os antigos povos arianos, o símbolo do peixe estava relacionado ao culto da Lua. A êsse respeito Albert Carnoy, em **Les Indo-Européens**, pág. 190, depois de dizer que entre os hindús a Lua era imaginada como “um vaso cheio de uma beberagem de vida e fecundidade”, acrescenta: “A lua crescente era às vezes considerada como um peixe, ao qual se atribuíam as mesmas virtudes maravilhosas de um vaso. E’ assim que entre os Irânios, a planta da Vida, **haoma** (= sansc. soma) é guardada pelo peixe que nada no mar celeste (**Vourucasha**) e reaparece sempre brilhante depois de ter mergulhado nas profundidades.”

(1) — Júlio Trajano de Moura — **Do homem americano**, em “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — Tomo 100, vol. 154, 1928.

(2) — Ricardo E. Latchan — **La organization social y las creencias religiosas de los antiguos araucanos**, — Em “Publicaciones del Museo de Etnologia y Antropologia de Chile” — Tomo 111 — ns. 2, 3, 4 — 1924.

vos ameríndios e outras regiões do globo. Onde quer que se registem práticas de magia ou de feitiçaria, na Antiguidade, na Europa medieval entre os nossos índios, nossos caboclos ou outras populações rurais do Novo Mundo, que misturaram o folclore ibérico com superstições e crenças afro-ameríndias, encontra-se o sapo representando o papel de agente mágico, encarnação de forças sobrenaturais e tido, não raro, como dotado de poderes terapêuticos e de uma irradiação maléfica ou benéfica, segundo os fins para os quais, na goecia popular, é utilizado. Aliás estas crenças relativas ao sapo coincidem com as que a respeito desse animal têm alguns ocultistas, como Papús e Elifas Levi, que julgam que esse batráquio é dotado de uma especial força astral e particular poder magnético ⁽¹⁾.

Entre os araucanos e os índios calchaquís se atribuíam ao sapo e à rã o poder de atrair a chuva e para os guaranís o sapo é protagonista de lendas e contos que lhe acentuam o caráter de creatura de origem demoníaca, formada pelo Anhangá. Entre diversos outros índios, o sapo, mesmo antes de penetrar na América o folclore ibérico, era objeto de práticas de feitiçaria. Atualmente, para as populações rurais que tiveram contacto com guaranís, araucanos e outros índios e que às superstições trazidas do Velho Mundo misturaram as práticas e crenças mágicas encontradas aqui, o sapo continua a representar uma figura importante da crença e da feitiçaria ⁽²⁾. O campesino rio-platense, por exemplo, lhe emprega a forma como amuleto e o utiliza em sortilégios para enfeitiçar, curar moléstias e provocar fenômenos meteorológicos ⁽³⁾.

(1) — Veja: Papús — *Traité élémentaire de Magie Pratique*. Elifas Levi — *Dogma e Ritual de Alta Magia*.

(2) — Entre os índios amazonenses diz-se que onde o pequeno sapo Arú não aparece a roça não medra. Esse sapo Arú transforma-se, segundo a crença desses índios, em um moço bonito que empunhando um remo vai buscar, nas cabeceiras do rio, a Mãe da Mandioca, para que venha fertilizar a terra e proteger a roça, fazendo chover, livrando-a da invasão das formigas e das ervas daninhas.

(3) — Veja: D. Granada — *Supersticiones del Rio de la Plata* — Montevideu, 1896. Juan B. Ambrosetti — *Supersticiones y Leyendas*, B. Aires, 1927. Ernesto Morales — *El sapo en el folclore argentino*, em "La Prensa", 27, novembro, 1932.

Na credence do nosso povo igualmente o sapo entra com sua influência mágica ou terapêutica para os bozós da feitiçaria ou as receitas extravagantes do curandeirismo.

E' interessante notar, além disso, que afora o papel simbólico que a rã e o sapo representam em velhas teogonias da antiguidade e nas crenças dos povos ameríndios — o que constitue um mistério para os hierólogos — prendem-se ao sapo curiosas credences relativas à magia sexual.

No folclore afro-brasileiro, por exemplo, como nota Gilberto Freyre, "o sapo tornou-se o protetor da mulher infiel que, para enganar o marido, basta tomar uma agulha enfiada em retroz verde, fazer uma cruz no rosto do indivíduo adormecido, e coser depois os olhos do sapo. Por outro lado, para conservar o amante sob o seu jugo, precisa apenas a mulher de viver com um sapo debaixo da cama, dentro de uma panela. Neste caso, um sapo vivo e alimentado com leite de vaca. Ainda se emprega no Brasil o sapo, na magia sexual ou no feitiço, cosendo-lhe a bôca depois de cheia de restos de comida deixada pela vítima" (1).

Se acolchetarmos estas credences do fetichismo e da magia popular, cheia de reviviscências totêmicas, ao simbolismo religioso que toma os batráquios, em várias mitologias, representações de divindades femininas — as Deusas Mães dos cultos matriarcais — resultará evidente o significado sexual que tinham os amuletos verdes das icamiabas em forma de rã ou sapo.

Igual sentido sexual, em vista de sua relação com o culto da Lua, da água e da Grande Mãe, pode ser encontrado relativamente aos muiquitãs ictiomorfos ou em forma de peixe. A êsse propósito lembraremos que o mito de expressão mais acentuadamente sexual da mitologia indígena da Amazônia é o **Piraiauara** (2) ou Bôto, do qual, talvez, deriva o

(1) — Casa Grande & Senzala — pág. 238 — 2.^a edição, Rio, 1936. E' interessante assinalar, quanto à idéia sexual filiada à rã e ao sapo, a fato dos órgãos sexuais da mulher serem chamados, na campanha rio-grandense, de Sapo ou Sapinho.

(2) — **Piraiauara** — **pira** — peixe; **i** — água; **ara** — dono. Peixe dono das águas E' o Bôto.

mito da Iara ⁽¹⁾, representação feminina de caráter sexual do fantástico D. Juan ameríndio que anda, à noite, à margem dos rios e igarapés, a seduzir incautas cunhantãs.

O mito do Bôto, **Piraiauara** ou **Igpupiara**, como o chamam os índios, é conhecido. O Bôto, segundo a crença dos ingênuos caboclos amazonenses, é um animal diabólico que à noite sobe à praia, onde, por um poder mágico inexplicável, se transforma em jovem de maravilhosos atrativos — uma espécie de príncipe encantado para o sonho das jovens tapuias. Pobre da cunhantã cuja virgindade florescente se torna objeto de cobiça dêsse golfinho lascivo! Ele tem o poder de assumir as feições que mais vivamente podem impressionar, naqueles ermos selvagens, no meio das sugestões de uma natureza exuberante e ardente, os sentidos e a inquieta curiosidade da cabocla sensual ou simplesmente sonhadora. Conhece tôdas as subtilezas da arte de seduzir, tôda a magia das palavras e das carícias que tonteiam e excitam a sensualidade, sabe de todos os segredos da paixão que perturba e que enlouquece de sonho e de desejo. Brutal ou lírico segundo os casos, não há cunhantã que resista ao sortilégio das suas artes de conquistador. A vítima se lhe entrega, entre inquieta e apaixonada, como numa alucinação, presa nos laços do mágico fascínio que sôbre ela o monstro exerce.

Na crença do tapuio, o Bôto se limita a seduzir as donzelas para, depois de saciado o desejo, reassumir a sua forma repelente e viscosa e desaparecer nas profundidades do lago ou do rio. O **Piraiauara**, entretanto, segundo algumas lendas de fonte ameríndia, seduz as cunhantãs para levá-las para seu reino encantado, no fundo das águas. Do mesmo modo procede a **Iara** com relação aos homens ⁽²⁾.

(1) — O mito da Iara, naturalmente se transformou, com a chegada dos europeus, numa espécie de sereia de cabelos louros, muito brancos, que seduz pelo fascínio do seu canto e arrasta suas vítimas para o fundo das águas.

(2) — **Piraiauara** e **Iara** ou **Uiara** são, a nosso ver, o mesmo mito bi-sexual. Os homens vêem o **Piraiauara** em forma feminina e então é a **Iara**; as mulheres o vêem sob feições masculinas.

O caráter sexual do mito, como demonstramos, é evidente e não deixa de ser curioso notar sua relação com os zoo-litos verdes das icamiabas e com a lenda segundo a qual os muiiraquitãs se encontravam vivos, em forma de peixe, no lago do Espêlho da Lua ⁽¹⁾.

E' ainda digno de ser mencionado, pelo seu caráter de mito aquático e sexual, o mito de **Pai-Tunaré**, tão semelhante ao **Piraiauara** e estreitamente ligado, como veremos, às icamiabas.

Segundo a lenda, apareceu outrora, na região da Serra do Ereré, uma horda de mulheres que tinha abandonado todos os homens, conservando consigo apenas um ancião chamado **Pai-Tuna**.

Os filhos nascidos do consórcio entre essas mulheres e o velho **Pai-Tuna** eram todos sacrificados, salvando-se unicamente as meninas.

Uma das mulheres, porém, teve pena de matar seu filho e, para conservá-lo, o escondeu numa gruta no meio da floresta.

A esse propósito é oportuno mencionar o fato relatado pelo autor dramático Amorim (?), citado pelo prof. Hartt (Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, vol. V, ano de 1885), de uma alucinação epidêmica que atacava, nas margens do Amazonas, caboclos e caboclas, dando-lhes o irresistível desejo de se arrojarem n'água, onde diziam ver cousas maravilhosas e onde as **Iaras**, em forma feminina para os homens e masculinas para as mulheres, os chamavam.

Contava Amorim que as pessoas atacadas pela crise, após uma fase de convulsões epiléticas ou histéricas, começavam a proferir frases sem nexos, dizendo-se, afinal, possuídas pelas **Iaras**, que através dos possessos ou das possessoras respondiam a pergunta e profetizavam.

O fenômeno, a ser verdadeiro, não passaria de uma alucinação semelhante a que se verifica nas Macumbas, quando o "Santo" se apodera da filha do terreiro. Aqui o mencionamos apenas para apresentar um exemplo do caráter bi-sexual do mito — feminino para os homens, masculino para as mulheres.

(1) — Não é fora de propósito lembrar que no culto das deusas-mães da mitologia afro-brasileira dos **candomblés**, **batuques** ou **macumbas**, a deusa que representa a "imago" materna é **Iemanjá**, identificada no Brasil com a Mãe d'Água, que é também a Iara. Ora, **Iemanjá**, que resume o culto da sexualidade feminina, é uma "mãe de peixe" ou "mãe peixe", pois que, segundo A. B. Ellis, **Ieie** significa mãe e **eja**, peixe. Além disso o Orixá **Iemanjá** ou fetiche da Mãe d'Água é representado nos "candomblés caboclos", como assinala Artur Ramos (**O Negro Brasileiro**, pág. 218), metade peixe, metade mulher. O simbolismo sexual dos fetiches ou amuletos pisciformes resulta, portanto, evidente.

Aí o menino cresceu até se fazer moço, ignorado por todos. Certo dia, porém, tendo as outras mulheres espreitado os passos da mãe do rapaz, descobriram o esconderijo de Pai-Tunaré — assim se chamava o moço —. Sequiosas de desejo, foram as mulheres entregar-se a Pai-Tunaré. Este receoso de ser descoberto pelo velho Pai-Tuna, pediu a sua mãe que o escondesse noutro lugar. Depois de muito procurarem, resolveu-se que Pai-Tunaré, transformado em peixe, se escondesse no fundo do lago.

Quando a mãe queria falar com ele, ia à beira do lago e gritava: — Pai-Tunaré! Pai-Tunaré! E então um enorme peixe aparecia na margem do lago que, transformando-se num belo jovem, ia conversar com sua mãe.

Não tardaram as mulheres em descobrir a nova morada de Pai-Tunaré e, chegando à margem do lago, gritavam: — Pai-Tunaré! Pai-Tunaré!

Aí o moço aparecia e elas o arrebatavam para a satisfação de seus anseios.

Prossegue a lenda contando como o ciumento Pai-Tuna veio a descobrir a existência de Pai-Tunaré, como o pescou com uma rede tecida com os cabelos das mulheres e como, afinal, o matou, pendurando seus órgãos sexuais à entrada de uma gruta.

A lenda termina com a fuga das mulheres, as quais, tendo abandonado Pai-Tuna, foram constituir uma comunidade feminina que vivia sem homens.

Aparece evidente, como vemos, na lenda de Pai-Tunaré, o mito ictiológico de caráter sexual como o do *Piraiawara*.

Se lembrarmos as relações que já apontamos entre o símbolo do peixe com o culto da Lua, com o culto, portanto, de divindades femininas das culturas de fundo matriarcal — que estudaremos na terceira parte dêste livro — se nos apresentará claro o caráter sexual ou o significado sexual das formas do Muiraquitã. Todo um conjunto religioso-mágico, possivelmente de fundo totemista, vemos que começa a aparecer em conexão com uma cultura de predominância matriarcal, em que o problema do sexo não podia deixar de re-

presentar um papel importante na organização do culto e na estrutura social, baseada na idéia de que a vida procede da Grande Mãe.

Tal é a Ci dos nossos índios, que está no fundo de tôdas as coisas.

Poder-se-ia ainda filiar o simbolismo sexual dos muiraquitãs às circunstâncias especiais em que eles eram doados, pelas icamiabas, aos homens que as iam visitar e às virtudes atribuídas a essas pedras verdes, julgadas, no Amazonas, poderosos talismãs de amor ⁽¹⁾.

E' evidente pois que se trata de amuletos aos quais está ligada uma idéia de sexualidade, talvez ritualística, talvez de sentido religioso relativo a uma primitiva concepção de sexualidade cósmica. As configurações dessas pedras verdes, de peixe, batráquio ou mesmo cilíndrica — que evoca um culto fálico ⁽²⁾ — indicam claramente, como acima demonstramos, uma idéia de sexualidade, talvez de mistura com concepções de magia primitiva e de crenças totemistas.

A interpretação que damos ao Muiraquitã, como objeto sagrado — amuleto, fetiche, talismã — em estreita relação com um culto impregnado de simbolismo e magia sexual, parece-nos que resolve, de modo racional e de acôrdo com o sentido íntimo das lendas e mitos que estudamos, o mistério das pedras verdes.

Para a solução dêsse problema, entretanto, não necessitamos ir buscar num passado remoto e nalgum distante país do Oriente, na Índia, na China, ou no Egito ou na antiga

(1) — Uma das virtudes do Muiraquitã é a de prevenir partos laboriosos.

(2) Julgo desnecessário demonstrar a larga irradiação que tem o culto do Falus e do Ionis nas culturas primitivas e como êsse culto está representado em numerosos ídolos de barro e de pedra dos nossos índios. Os exemplos na cerâmica de Marajó são numerosos assim como nos artefactos de vários outros índios do Amazonas. Também julgo desnecessário estender-me em considerações sobre o fundo sexualista dos ritos de iniciação dos jovens e donzelas, das culturas totemistas, como em tôrno das explicações psico-analistas dadas às cerimônias dos povos primitivos, aos tótems tabús, cerimônias e mitos, especialmente aos mitos femininos e mitos aquáticos, como a Mãe d'Água, a Iara e Iemanjá.

Mesopotâmia, a pátria do Muiraquitã e das crenças, culto, mitos e simbolismo religioso que lhe dizem respeito.

Basta-nos estudar mais profundamente a estrutura e o significado dos nossos mitos em relação estreita ao ambiente cultural em que floresceram e à vida psíquica que os engendrou.

Veremos, em próximos capítulos, que prosseguindo na análise dos mitos amazônicos, especialmente do mito de Izí ou Iuruparí, o Filho do Sol, podemos chegar a desvendar, dentro de um critério histórico cultural, o segrêdo das icamiabas ou do reino das cunhã-teco-ímas.

Os Franceses no Brasil

(Notas para um estudo completo)

por WALTER SPALDING

I

O Brasil, desde a sua descoberta, foi uma espécie de pomo de discórdia não somente entre Portugal e Espanha, mas também entre os demais países europeus, especialmente Holanda e França, que várias e grandes expedições enviaram à brasileira terra, com o fim de conquistá-la e nela estabelecer colônias.

A origem de tôdas essas sangrentas rivalidades entre Portugal e Espanha e entre estes dois países com a Holanda, a França e mesmo Itália e Alemanha, foi, pode-se dizer, a bula do papa Eugênio IV concedendo, em 1436, ao infante D. Henrique, a pedido dêste, para a **Ordem de Cristo** ⁽¹⁾, tôdas as terras descobertas e por descobrir, conquistadas e por conquistar aos infiéis, desde o cabo Bojador, descoberto, ou dobrado pela primeira vez por Gil Eannes, em 1434, até à Índia, inclusive.

(1) — Rocha Pita, I, 91, explica essas conquistas para a **Ordem de Cristo** dizendo que o Infante D. Henrique conseguira do rei D. Manuel, seu irmão, que tôdas as terras descobertas por portugueses "ficassem adjudicadas à Ordem de N. S. Jesus Cristo, da qual era grão-mestre, alta dignidade que depois, com os dois mestrados de Santiago e de Aviz, por bula do pontífice Júlio III, passada no ano de 1551, uniu el-rei D. João III perpétuamente à coroa e domínio dos reis de Portugal, que possuem esta parte da América como grão-mestres e perpétuos administradores da dita ordem."

Mas, o que principalmente aumentou essa rivalidade, foi a famosa bula **Inter Coetera**, do papa Alexandre VI, datada de 4 de maio de 1493, que dividia o novo continente em duas partes uma das quais pertenceria à Espanha e a outra a Portugal ⁽²⁾. Os demais países julgaram-se porisso prejudicados e reclamaram. Como, porém, não fôsem atendidos, nem mesmo depois do tratado de Tordesillas, a 7 de junho de 1494, pelo qual foi a dita linha demarcatória transferida de 370 léguas para oeste, a partir das ilhas de Cabo Verde, em vez de cem como ficara demarcada pelo papa.

Tudo isso, porém, não passou de letra morta, pois as lutas continuaram entre Espanha e Portugal, aproveitando-se disso os países desgostosos da divisão, especialmente Holanda e França para conquistarem parte das terras recém-descobertas do Novo Mundo, o **Nouus orbis**, ou **Ínsula Atlântica**, de Sebastião Münster, conforme seu esquisitíssimo mapa das Américas, em que ainda figura, nas alturas de São Francisco, na América do Norte, a celeberrima Cipangú, Zipangú, como êle escreve.

E' de justiça, porém, notar-se que êsse mapa de Münster é muito bom, si o confrontarmos com os de Waldseemüller, de 1507 e 1516, os mais antigos mapas sobre a América.

Segundo escreveu o P. Anchieta em suas cartas, os primeiros estrangeiros que aportaram nas costas brasileiras

(2) — Konrad Kretschmer, em sua **Historia de la Geografia**, tradução espanhola de L. Martín Echeverría, escreve: "Castilla había reconocido a Portugal, em 1479, la posesión de la costa de Africa, y la India, y por consiguiente, la de las tierras que Colón había descubierto y que éste pretendia que correspondían a la India. Pero España provocó el arbitraje del Papa Alejandro VI, según el qual debería servir como línea de separación el meridiano que corría de Polo a Polo 100 leguas al O. de las islas Azores o de Cabo Verde. Esta divisoria, llamada línea de demarcación, fué confirmada por una nueva bula (septiembre de 1493) (*), según la que extendía también al otro lado de la esfera terrestre, dividiendo, por lo tanto, la Tierra en dos hemisferios, uno español y otro portugués."

(*) — Esta segunda bula de Alexandre VI quer-nos parecer inexistente. Rocha Pita, cit., fala numa de 1493 e noutra de 1494, mas nada diz a respeito do tratado de Tordesillas. F. J. de Santana Nery em seu excelente livro **Le Pays des Amazones**, fala na bula dando-a como escrita em 15 de julho de 1500 e diz que foi modificada mais tarde, nada provando, porém. Nestes mesmos erros caíram muitos escritores antigos entre os quais deve-se notar o P. Simão de Vasconcelos, o cronista da S. J. no Brasil. Seria interessante uma pesquisa detalhada em tórno dêste assunto.

foram os franceses, em 1504. Infelizmente o grande apóstolo não nos dá o nome do navegante francês que arribou na Baía. E' possível, porém, que tenha sido Binot, ou Robinet Paulmier de Gonneville, ou mais possivelmente João Diniz, de Honfleur.

Sabe-se com certeza que João Diniz visitou o Brasil em 1508. Binot sabe-se que zarpou de Honfleur em 1503 com à Índia Oriental, tendo aportado no Brasil, nas costas de Santa Catarina, ou São Vicente, e depois pelas redondezas de cabo Frio e Pôrto Seguro. O navio de Binot chamava-se **Espoir de Honfleur**, que teve, porém, fim trágico nas costas da Normândia, onde naufragou depois de terrível luta com piratas, salvando-se, apenas 20 dos 60 tripulantes de bordo, entre os quais um índio carijó, que denominara **Essomeric**. Esse índio, chegado à França, foi adotado por Binot que não tinha filhos, tornando-se tronco de larga descendência.

A-pesar-da mais rigorosa proibiçãõ portuguesa na confecção de mapas e globos terrestres, afim de evitar a propagação das terras de seus domínios, os franceses as conheciam muito bem, mormente os navegantes de Dieppe e Honfleur, sendo até levados índios para Ruão, em 1509, onde foram expostos.

Portugal, em 1519, teve conhecimento dessas viagens clandestinas dos franceses e tudo fêz para evitá-las, desde a diplomacia aos tribunais, nada conseguindo. Em vista disso, transigiu e entrou em negociações com os próprios corsários, dos quais merecem especial menção João Afonso, e João Angelo, mais tarde Visconde de Dieppe. Hugo Roger, em 1521, empreendeu também uma viagem à costa do Brasil.

Em 1526, tendo Portugal tido notícias de que uma flotilha francesa visitava as costas brasileiras, enviou Cristóvão Jaques para combatê-la.

Compunha-se a flotilha dêsse navegante português de 5 caravelas e uma nau. Nada, porém, viu nesse ano de 1526 de anormal. Em 1527, viajando pelas costas brasileiras encontrou-se com três navios franceses, atacando-os. Feriu-se combate que durou um dia inteiro, perdendo os franceses

os navios que foram postos à pique e ficando muitos dos tripulantes prisioneiros. Jaques, quando entregou a feitoria de Pernambuco a Antônio Ribeiro, levou estes franceses para a Europa, em 1528.

Dessa proeza de Cristóvão Jaques resultou séria complicação para Portugal, pois Francisco I, em consequência das reclamações dos armadores exigiu uma indenização de D. João III, que se negou a dá-la. Em vista disso o rei de França assinou uma carta de corso em favor de João Ango que, pelo ano de 1530, saqueou a feitoria de Pernambuco. D. João III viu-se, por êsse e outros fatos obrigado a capitular, firmando, em 1537, um tratado com a França, pelo qual ficavam estabelecidas em Irum e Fontearábia comissões mixtas de Portugal e França para tratarem das reclamações sobre tais fatos.

Mas antes dêsse tratado, em 1530 (31 de dezembro), partiu de Marselha, rumo ao Brasil, a nau **La Pélerine**, equipada a custa do barão de Saint Blancard, chefe das armas navais francesas. Era comandante de **La Pélerine** João du Perret. A nau trazia 18 peças de bronze, várias de ferro e outras armas, e 120 soldados, além de material e munições para uma fortaleza.

Du Perret chegou em Pernambuco em março de 1531, estabelecendo-se na ilha de Itamaracá, segundo frei Vicente do Salvador, onde construíram uma fortaleza que ficou sob o comando de De La Motte.

La Pélerine, depois de carregada de gêneros do país, seguiu para a França tendo sido, porém, aprisionada pelos guarda-costas portugueses no estreito de Gibraltar.

De La Motte foi, no mesmo ano, atacado por Pero Lopes que o aprisionou com todos os seus companheiros.

E assim ficou frustrada a primeira tentativa de colonização francesa no Brasil.

Depois dêsse fato, vários outros navios franceses aportaram no Brasil, mas sem intuitos de conquista, ao menos aparente.

Em 1555, porém, recomeçam as conquistas francesas com a vinda de Villegaignon ao Rio de Janeiro.

João Fernando Denis, em sua obra *Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes de ce royaume* ⁽³⁾, a respeito da entrada de Villegaignon na Guanabara, escreveu: “Pelo ano de 1555 o almirante de Coligny lançou os olhos para a magnífica baía do Rio de Janeiro, então conhecida só pelo nome de **país da Guanabara**, e escolheu esta rica região que os mesmos portugueses desprezavam, para ali fundar um estabelecimento em que no porvir pudessem encontrar asilo os da religião reformada. O homem que o almirante escolheu para dar execução a êste projeto, era dotado de inteligência e valor, porém, dominado pela ambição a sua opinião não podia adotar um partido, nem estabelecer uma doutrina. Fundado que foi o forte que ainda hoje tem seu nome, Villegaignon pareceu abandonar de repente o partido que o enviara. Alguns ministros saídos de Genebra (recém-acalmada das lutas tremendas entre huguenotes e católicos, e onde Calvino ainda vivia, prègando a reforma e uma **igualdade** que, unida às suas cruéis vinganças e atrocidades inomináveis, podia bem ser o atual comunismo russo com seu séquito rubro de atrocidades e saques), alguns ministros saídos de Genebra e conduzindo alguns reformados, tinham ido estabelecer-se na Guanabara, mas foram perseguidos dum modo odioso e compelidos a ausentar-se para o meio das nações índias que não lhes negaram hospitalidade, ou, se acreditarmos relações menos vulgares, foi só depois de haverem conspirado contra o chefe da colônia e tentado assenhorear-se do forte, que os protestantes foram buscar abri-

(3) — João Fernando Denis foi um dos franceses mais amigos do Brasil, onde chegou em 1816 demorando-se alguns anos. De volta à França, chegou a ser administrador da Biblioteca de Santa Genoveva, em 1861, em cujo cargo muito fez pelo Brasil na França, tornando-o conhecido e estimado. Escreveu várias obras sôbre história e literatura brasileiras, destacando-se entre elas a que citamos. Colaborou nessa obra com Denis, outro francês ilustre que D. João VI chamou ao Brasil e que aqui viveu e morreu, — Hipólito Taunay. — Dessa obra, infelizmente, só temos em mão a péssima tradução portuguesa da Livraria Garnier de cujo I volume transcrevemos o trecho acima num português um pouco mais correto. A frase entre parênteses é nossa.

go no meio dos Tupinambás. Seja como fôr, não tardaram êles em voltar à França, e o próprio Villegaignon, cansado dos quatro anos de residência numa estreita ilha de onde não podia sair, resolveu voltar para a Europa, onde em breve faleceu deixando um nome odioso.”

Jean de Léry, um dos calvinistas que o acompanhou, em seu livro **História de uma viagem à terra do Brasil** ⁽⁴⁾, refere-se com palavras bem pouco lisonjeiras à obra de Villegaignon, apelidado pelos calvinistas **Caim da América**, segundo Fernando Denis e Léry.

Léry diz que o fundador da **França Antártica** era de grande inconstância religiosa, de vida, segundo lhe constou mais tarde, pouco limpa, e deshumano para com a sua gente, atraindo sôbre sua cabeça a odiosidade de católicos e calvinistas.

Roberto Southey ⁽⁵⁾, escreveu “Este homem (Nicolau Durand de Villegaignon), por intermédio de Coligny, representou a Henrique II que era da honra e interêsse da França empreender uma expedição à América; que tal tentativa distrairia a atenção e debilitaria a força dos espanhóis, que dali tiravam tão avultada parte de suas riquezas; que os naturais gemiam sob intolerável jugo e que para êles seria um bem e para o mundo uma glória libertá-los e abrir à Europa o comércio da América. Não sei porque lógica se podia isto aplicar ao Brasil, país que não era da Espanha, nem aos Portugueses, povo que não estava em guerra com a França. Tal era contudo o pretêsto público e Coligny deixou-se levar a prestar a sua influência a êste projeto, por lhe prometer Villegaignon em segredo, que abriria na Colônia um asilo aos protestantes.”

Isto mesmo confirma Léry, dizendo que Villegaignon, ou verbalmente ou por escrito, declarara que queria fundar um asilo para os da religião reformada em “um país chamado Brasil”, conseguindo destarte “a boa vontade de al-

(4) — Tradução ordenada literariamente por Monteiro Lobato, 1926.

(5) — HISTÓRIA DO BRASIL, vol. I, Southey nunca esteve no Brasil, tendo escrito a sua História só com documentos e obras obtidas em Portugal.

guns grãos senhores da religião reformada, dotados de sentimentos que Villegaignon dizia ter; entre estes figurava o finado almirante Gaspar de Coligny, de feliz memória, o qual, bem visto e aceito como era do rei Henrique II, lhe representou que se Nicolau de Villegaignon fizesse tal viagem poderia descobrir muitas riquezas e outras cousas de proveito para o reino; em vista do que mandou o rei que lhe dessem dois navios bem aparelhados e artilhados, além de dez mil francos para as despesas.”

As idéias de Villegaignon, porém, não puderam ser postas em prática, conforme desejava.

Chegando na baía da Guanabara, apossaram-se os franceses, sem ter encontrado resistência alguma, de uma pequena ilha que os naturais chamavam de **Sergipe** e que Villegaignon denominara **Ratier**, e mais tarde **Villegaignon**, e o forte que ali ergueu apelidou de **Coligny**. E dessa ilha não mais safu, datando, contudo, a sua correspondência do **Rio Guanabara na França Antártica** e, outros, escreviam **Ad flumen Genabara, in Brazillia, Franciæ Antareticæ, Provincia**. O próprio cosmógrafo André Thevet, religioso, que viera com Villegaignon intitula sua obra **Singularités de la France Antaretique, autrement nommée Amérique**.

A-pesar-de tôda essa barulhada nada resultou dessa expedição para a França, graças, pode-se dizer, à imperfícia de Villegaignon e sua crueldade para com os seus compatriotas, pois aos índios tratava admiravelmente bem.

Devido as suas atitudes dúbias em matéria religiosa, e prepotência no trato com seus homens, tentaram os franceses sob suas ordens uma conspiração que foi descoberta por traidores, resultando a expulsão de vários de seus súbditos e a morte de um ou dois. Isto, porém, enfraqueceu ainda mais o seu poderio.

Contudo, se não fôsse a vigilância e o patriotismo dos jesuítas, talvez hoje o Rio de Janeiro não seria a capital do Brasil, mas uma simples colônia francesa.

Assim foi que graças principalmente a Nóbrega, recebeu Duarte da Costa ordem de examinar a situação dos fran-

ceses e, logo depois, a Mem de Sá para expulsá-los o que foi conseguido com relativa facilidade, nos primeiros dias do ano de 1560.

Em carta ao Infante Cardeal D. Henrique, datada de São Vicente, 1.º de junho de 1560 ⁽⁶⁾, Nóbrega assim descreve os últimos instantes de Nicolau Durand de Villegaignon no Brasil: "A segunda maravilha de Nosso Senhor foi que, depois de combatida dois dias, não se podendo entrar e não tendo já os nossos pólvora, mais que a que tinham nas câmaras para atirar; e tratando-se já como poderiam recolher aos navios sem os matarem todos, e como poderiam recolher a artilharia que haviam pôsto em terra, sabendo que na fortaleza estavam passante de sessenta franceses de peleja, e mais de oitocentos índios e que eram já mortos dos nossos dez ou doze homens com bombardas e espingardas, mostrou então Nosso Senhor sua misericórdia, e deu tão grande mêdo nos franceses e nos índios que com êles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram todos, deixando o que tinham sem o poderem levar." E mais adiante continua: "Deste (Villegaignon, — **Villagalhão**, como escreve —) se conta que dizia que, quando El-Rei de França o não quisesse favorecer para poder ganhar esta terra, que se havia de ir confederar com o Turco, prometendo-lhe de dar por esta parte a conquista da Índia, e as naus portuguezas que de lá viessem, porque poderia aquí fazer o Turco suas armadas com a muita madeira da terra; mas o Senhor olhou do alto tanta maldade e houve misericórdia da terra e de tanta perdição de almas, e **mentita est iniquitas sibi**, e desfêz-lhe o ninho e deu sua fortaleza em mão dos portuguezes, a qual se destruiu o que dela se podia derrubar, por não ter o governador gente para logo povoar e fortificar como convinha."

Como se vê, Villegaignon que até se intitulara Rei do Brasil, como diz Nóbrega, tinha tenções sérias de ficar, mas,

(6) — CARTAS DO BRASIL (1549-1560), publicadas pela Academia Brasileira de Letras, sob a direção do Dr. Afrânio Peixoto.

em vista do fracasso, e de volta para a França, não mais quis retornar ao Brasil, morrendo na sua pátria onde deixou “um nome odioso”.

A-pesar-de tôdas essas tentativas desastradas, não desistiram os franceses da pretensão de se estabelecerem no Brasil, percorrendo ainda a costa desde as Guianas ao Rio de Janeiro.

II

Em 1583 tentaram estabelecer-se na Paraíba, sendo, porém, rechassados por Frutuoso Barbosa.

Escreve Southey (7): “Pôsto que constantemente rechaçados do Brasil, tôda vez que tinham tentado fundar ali uma feitoria que fôsse, não queriam os franceses abandonar o comércio daquele país. Fizeram agora do Paraíba o seu pôrto, onde se aliaram com os Pitagóares (Potiguaras), senhores das terras entre aquele rio e o Grande.”

Êsses aborígenas viviam em constante guerra com os Caetés, Tapuias, Tabajaras e Tupinambás.

Conseguiram os franceses, com facilidade, captar as simpatias dos potiguaras que fizeram seus aliados.

“Auxiliados pelos franceses, — continua Southey, — cometeram estes selvagens terríveis devastações nos estabelecimentos vizinhos, queimando engenhos de açúcar, assassinando e devorando (8) todos quantos podiam apanhar. Os

(7) — HISTÓRIA DO BRASIL, vol. II.

(8) — Esta história da antropofagia dos índios, não passa de lenda. O que faziam era matar o mais valente dos adversários aprisionados e, depois de assar-lhe as carnes, comer cada guerreiro um pedacinho, talvez do tamanho de uma unha da mão, para adquirir a coragem desse valente adversário, aumentando a que já possuíam. Ora, francamente, entre esse fato e a antropofagia tão falada, vai alguma distância, pois que antropofagia quer dizer, parece-nos, comer carne humana para alimentar-se. Ora, os índios, na sua quase totalidade de “tipos” ou “nações”, não comiam carne humana para alimento, conforme dissemos, mas unicamente para cumprir um rito supersticioso. Não resta, porém, dúvida que foi tal rito que lhes valeu o título de antropófagos que lhes deram os antigos viajantes e primeiros civilizados que pisaram o solo brasileiro.

povos de Pernambuco e Itamaracá pediram proteção ao governo, e deram-se ordens para colonizar e fortificar o Paraíba."

Coube a Frutuoso Barbosa o comando da expedição organizada nas vizinhas capitanias. Partiram os expedicionários pondo em Barbosa as suas melhores esperanças.

Eis, porém, que franceses e potiguaras atraíram a força de Frutuoso a uma emboscada onde perdeu a maior parte de sua gente. Os demais, descontentes, abandonaram o comandante que se viu obrigado a voltar a Pernambuco.

O povo, depois dêsse desastre, mais desolado ficou pois que, franceses e potiguaras, soberbos com a vitória, mais ousados se tornaram, depredando tudo.

Queixas sôbre queixas e pedidos de socorro recebe quase que diâriamente o governador Barreto.

Mas êste, já velho e cansado, não podia comandar nenhuma expedição, mormente contra semelhantes inimigos. Aflitiva era a situação tanto do povo perseguido como do governador que se via impotente para correr em seu auxílio, quando, de volta da desastrosa expedição que Felipe II confiara a Diego Flores de Valdez para segurar o estreito de Magalhães, depois que Drake tentara apossar-se do Perú, aporta à Baía o resto da malograda expedição, — seis navios dos 23 que haviam partido de Sevilha!

Barreto vê aí a salvação. Solicita o auxílio de Diego Flores para expulsar os franceses do Paraíba. Flores aceita a incumbência e, auxiliado pelos dois navios de Diogo Vaz da Veiga que, em viagem para Goa, haviam aportado à Baía, partem ambos para Pernambuco, "onde se levantaram tropas que marcharam por terra, enquanto avançava a força naval. Havia no rio quatro navios franceses. Entrou Flores, investindo-os com a sua capitânia, a nau de Diogo Vaz e todos os escaleres."

Aterrorizados, abandonam os franceses os seus navios incendiando-os e partem para terra, onde, unidos aos Potiguaras, tentam uma defesa, sendo, porém, derrotados com grande facilidade, e repelidos, e quando as forças de terra

chegaram, deu-se início ao levantamento de um forte que Flores confiou ao seu oficial, Francisco Castrejon, com 50 homens bem armados e municidados.

Barbosa também ali se achava, havendo divergência entre o espanhol e o português ⁽⁹⁾. Vendo, por fim, Barbosa que nada conseguia, voltou a Pernambuco e enviou um memorial a el-rei, relatando os fatos.

Nesse meio tempo é o forte atacado por franceses e portugueses. Castrejon rechaça-os duas vezes, e parte em seguida para Itamaracá, numa fuga vergonhosa, perdendo vários de seus homens pelo caminho.

Sabedor disso organiza Barbosa novo contingente em Pernambuco, rechaça o invasor, e toma conta do forte, chamando, em seguida, para o auxiliarem os Tupinambás que se estabelecem nas redondezas.

Não descansaram, contudo, os franceses. Expulsos da Paraíba, onde Jaques Riffault não conseguiu manter-se, partem mais para o norte, depois de terem refeito novamente as suas forças na França.

Vários franceses haviam ficado entre os índios e quando os ingleses, nesse mesmo ano de 1583, tentaram também apoderar-se do Brasil, ou parte dêle, e fundar uma colônia. Chefiava essa primeira expedição que se quis apossar de São Salvador, Robert Withrington. Felizmente nada conseguiu a-pesar-do auxílio dos índios e franceses, tendo seguido, com os outros ingleses que atacaram São Vicente, Rio de Janeiro e outros pontos para o Norte estabelecendo-se na Guiana que ainda hoje lhes pertence.

Em 1594, de volta da França, Jaques Riffault, que contava com o apôio do morubixaba **Ovirapire** (não será o mesmo **Otuimiri** que Diogo Campos em sua **Jornada do Maranhão** (citada por Southey) diz ser capitão francês?), Jaques

(9) — Deve-se notar aqui que, depois do desastre de Alcacer-Kibir, em que se “evaporou” el-rei D. Sebastião, subiu ao trono o velho e decrepito cardeal D. Henrique. O ouro espanhol consegue anexar Portugal à Espanha, assumindo o governo dos dois países Felipe II, que, depois toma o nome de Felipe I. Assim, de 1580 a 1640 Portugal e Espanha formavam um só país.

Riffault aliado à gente dêsse morubixaba, entra no Maranhão onde se estabelece. Mais tarde, ao partir para a Europa, deixa a sua colônia entregue a Carlos Des Vaux, Senhor Des Vaux. Riffault, porém, nunca mais voltou e nem sabe ao certo qual foi o seu fim.

Des Vaux, cansado de esperar a volta de Riffault, e grande amigo dos índios, conseguiu, com a benevolência dêstes, partir para a França, “onde expôs a Henrique IV a idéia de fundar uma colônia em um país admiravelmente rico, lindo e sadio” (10). Des Vaux empregava, assim, para captar as simpatias do rei para o Brasil, quasi as mesmas palavras de Villegaignon em 1555.

Henrique IV, porém, para averiguar o que dizia Des Vaux enviou ao Maranhão o Senhor de La Ravardière, Daniel de La Touche. Êste depois de seis meses de estudos e exames na colônia, partiu para a França. Mas ao chegar soube da nova do assassinato de Henrique IV (1610). Não desanimou, contudo, e obteve da rainha regente Maria de Médicis, a necessária licença para organizar uma companhia destinada a colonizar o Maranhão.

A essa companhia associaram-se vários nobres, entre os quais o barão de Molle e Gros-Bois, Senhor de Sancy, Nicolau de Harlai, e Francisco de Rasily, Senhor de Rasily e Aumelles. Estes dois obtiveram da rainha carta patente de tenentes-generais, em nome d’el-rei cristianíssimo nas Índias ocidentais e territórios do Brasil.

“Deu-lhes uma bandeira esplêndida com as armas de França em fundo de azul celeste; por divisa um navio com ela mesma ao leme, e o filho à proa, empunhando um ramo de oliveira, que da mão dela recebera, e por mote **Tanti dux foemina facti, 1611**. E a pedido de Rasily, que mais por motivos de piedade do que de ambição tomara parte na empreza, ordenou ela ao Provincial de París que designasse quatro capuchinhos para irem como missionários. Como

(10) — P. Rafael Galanti, S. J. — HISTÓRIA DO BRASIL, vol. I.

chefe da missão foi Cláudio d'Abbeville, que escreveu a história desta jornada" (11).

Compunha-se a expedição de católicos e huguenotes, dentre os quais se distinguui o Senhor de La Ravardière, organizador da companhia.

Depois da bênção solene da bandeira, da espada de Rasilly, e quatro cruzeiros que foram entregues aos missionários, pelo bispo de Saint Maló, partiu a esquadra do pôrto de Cancale, na Bretanha, a 19 de março. Compunha-se ela de três navios: **La Régente**, em que iam Rasilly e La Ravardière; **La Charlotte**, comandada pelo barão de Sancy, e **Sainte-Anne**, comandada pelo irmão de Rasilly.

A companhia tinha todos os característicos de uma empresa bem intencionada, tendo todos os aventureiros que se lhe juntaram feito solene promessa, escrita e assinada, de fidelidade e obediência aos oficiais.

Depois de uma viagem movimentada, tendo, logo ao sair de Cancale, sido obrigados a atracar num pôrto inglês devido forte temporal, chegaram, a 24 de julho à ilha de Fernando de Noronha, onde obtiveram informações de um português que alí vivia com alguns índios e índias, e a 26 chegaram à ilha de Upaomerí, que denominaram de Santana, por ser este o dia da festa dessa santa.

Nesse ancoradouro encontraram dois barcos de Dieppe, cujos tripulantes lhes prestaram utilíssimas informações, principalmente sobre a disposição dos índios, que continuava a ser a mesma com relação aos franceses.

A-pesar-disso desembarcaram com toda a precaução, e Des Vaux, que já os conhecia, foi imediatamente procurá-los tendo entrado na maior das 23 aldeias que por alí havia, sendo muito bem recebido.

Cláudio d'Abbeville (12), na relação dessa viagem, diz que os portugueses, chamados **Pêros** pelos índios, eram

(11) — Robert Southey, ob. cit., vol. II. — A tradução portuguesa da **História do Brasil**, de Southey, anotada e comentada pelo Cônego Fernandes Pinheiro, que teria feito cousa melhor ficando calado.

(12) — Cit. por Southey.

muito mal vistos. Aliás, depois das crueldades praticadas por Pero Coelho ⁽¹³⁾ naquelas partes do Brasil, nem outro podia ser o sentimento indígena para com os portugueses. Daí a amizade dedicada aos franceses que muito bem os tratavam, distinguindo-os, mesmo, de um modo especial.

Na ilha acomodaram-se os franceses plantando nela uma cruz, ergueram um forte e ao lado dêste um armazém e pouco mais além uma casa para os missionários. Ao forte deram o nome de São Luiz, em homenagem ao novo rei de França, Luiz XIII, então ainda uma criança, e em honra do ilustre antepassado do jovem rei, o grande Luiz IX, canonizado em 1297. À baía deram o nome de Santa Maria, e à casa dos missionários capuchinhos o de Convento de São Francisco.

Com um sistema todo especial de catequização, mais e mais captaram os franceses a simpatia e amizade dos indígenas, o que, também cada vez mais, os fazia odiar aos portugueses, lembrando-se das crueldades de Pero Coelho e outros.

Assim, na maior harmonia, aborígenes e franceses viveram mais de um ano.

Em 1613, porém, volta-se a atenção dos portugueses para o Maranhão.

Gaspar de Sousa recebe ordens de prosseguir na descoberta e conquista do rio das Amazonas e partes adjacentes.

Representações feitas à côrte de Madrí fizeram-na recuar pelo Pará.

A sede do governador foi transferida para Olinda, e o comando de uma expedição especialmente organizada para tal fim a Jerônimo de Albuquerque. Êste partiu, em seguida, com quatro navios e cem homens rumo do Ceará, onde convidou Martim Soares para fazer parte da expedição, dei-

(13) — A nosso ver o apelido — **Pêros** — dado aos portugueses pelos índios tem sua origem nas tristes façanhas de Pero Coelho, a quem, certamente, chamavam simplesmente **Pero** os companheiros, saindo daí a denominação genérica de **pêros** aos componentes da força de Pero Coelho e depois a todos os demais portugueses.

xando em seu lugar a Estêvão de Campos, e partiu imediatamente para a Baía das Tartarugas, nos baixios de Jericoara. Aí levantou uma palissada a que denominou Nossa Senhora do Rosário, despachando, logo após, Martim Soares com um dos navios para reconhecer a ilha do Maranhão. Ventos contrários, porém, impediram-lhe a volta, arrastando-o às Antilhas de onde se tocou para a Europa. Daí por diante na mais se soube dêsse expedicionário. Certo é, porém, que Martim Soares Moreno conseguira notícias detalhadas da ilha e dos que nela residiam, quer índios, quer franceses, e que estes alí se haviam estabelecido, fundando um forte e uma vila a que deram o nome de São Luiz.

Albuquerque, cansado de esperar o regresso ou notícias de Martim Soares, deixou quarenta homens às ordens do sobrinho na Baía das Tartarugas e seguiu para Pernambuco.

Em 1614, a côrte de Madrí convidou Diogo de Campos Moreno, parente próximo de Martim Soares, a cooperar na obra de colonização do Maranhão. A 26 de maio dêsse mesmo ano chega a Recife, onde já encontra os preparativos para uma expedição nova ao Maranhão, em auxílio aos que ficaram no forte de Nossa Senhora do Rosário.

O governador do Brasil, Gaspar de Sousa, organizou a expedição sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, a quem como adjunto e colateral o sargento-mor Diogo de Campos Moreno.

E lá partiu a nova expedição rumo ao Maranhão, a 24 de agôsto de 1614, miseravelmente provida de mantimentos e outras provisões que eram de absoluta necessidade. Levava apenas seis mil alqueires de farinha, todo o alimento para a manutenção da expedição, Deus sabe para quantos meses, caso nada mais conseguissem pelo Maranhão.

Diz Southey que a expedição ia “miseravelmente provida... sem vinho, azeite, medicamentos, médico nem cirurgião-barbeiro. De socorros espirituais, contudo, não levava mímica. Dois capuchinhos de Santo Antônio haviam oferecido voluntariamente os seus serviços: o P. Fr. Cosme de São Damião era um, e o outro o P. Fr. Manuel da Pie-

dade, brasileiro de nascimento, de família nobre e versado na língua tupí. Nenhuma ajuda receberam do governador êsses missionários, o que bem mostra qual não seria a penúria do tesouro; pessoas pias, contudo, os supriram não só com paramentos e alfaias de igreja, mas também com abundantes provisões de que puderam socorrer eficazmente os aventureiros. Com sua afabilidade, zêlo e não fingida virtude ganharam e mereceram estes frades a boa vontade de todo o armamento (tripulação). Animavam e acoroçoavam a gente, mas ao mesmo tempo tão perfeitamente conheciam a deficiência de tudo o necessário, que chamaram esta a jornada milagrosa” (14).

Por terra, rumo do Maranhão, onde se deveria juntar a Albuquerque e Diogo de Campos, partiu do Rio Grande (do Norte) o índio Felipe Camarão com sua gente. Camarão, porém, chegando na Baía das Tartarugas, não mais quis continuar, em vista dos danos sofridos na áspera jornada por terra.

III

Não menos cheia de peripécias foi a jornada por mar. Mas finalmente chegaram à Baía das Tartarugas onde, a 4 de outubro celebraram a festa de São Francisco e no domingo seguinte a de Nossa Senhora do Rosário, com missa cantada, procissão, revista geral, parada, etc.

Daí mandaram Belchior Rangel reconhecer a ilha do Maranhão, onde os franceses já haviam construído uma pequena vila, e onde hoje fica a cidade de São Luiz do Maranhão, capital do grande Estado. Depois de quatro dias voltou Belchior com a nova de ter descoberto um sítio excelente, em um lugar chamado Guaxenduba, e onde poderiam fortificar-se sem serem vistos pelos inimigos.

Animados com essa notícia para lá seguiu a grande maioria da expedição, desembarcando em Guaxenduba sem

(14) — HISTÓRIA DO BRASIL, vol. II.

a mínima dificuldade. Logo, porém, foram descobertos e tiveram que tratar incontinentemente da construção de um forte, a qual foi confiada ao engenheiro Francisco de Frias, denominando-o Santa Maria.

E foram iniciadas as hostilidades.

Dos franceses Rasilly e o capuchinho Cláudio d'Abbeville e outros haviam voltado à França, ficando a direção da ilha e forte de São Luiz a cargo de La Ravardière unicamente.

A 19 de novembro fere-se o primeiro combate e os franceses são derrotados, pedindo La Ravardière tréguas, propondo que fôsem à França dois fidalgos, um português e um francês, e outros dois à Espanha, “para expor o caso, — conforme se lê no documento de tréguas, — a seus respectivos soberanos, e conhecer suas vontades relativamente à posse do Maranhão”, tendo os portugueses durante o tempo da espera da resposta francos o seu ingresso e saída. Pouco, porém, duraram essas tréguas, pois motivos vários entre os quais a questão cerrada de Espanha pela posse do Maranhão que considerava patrimônio legítimo da coroa de Portugal.

Finalmente, após várias escaramuças e combates, os franceses vêm-se perdidos e La Ravardière entrega-se com a condição de poder voltar para a França com todos os seus, dentro do mais curto prazo possível. La Ravardière, porém, vai preso a Pernambuco de onde, mais tarde, segue para Portugal onde o conservam preso durante três anos. E assim, em fins de 1615, são também expulsos do Maranhão os franceses.

Este revez, porém, não os desanimou ainda.

Vários grupos de franceses, saídos da ilha de São Luiz, não querendo voltar para a França, internaram-se no Brasil, onde continuaram, aliados aos índios, a fazer correrias, dando origem, ainda, a celebre questão da Guiana Francesa, questão essa que somente terminou em 1900, graças à mediação do Barão do Branco.

Em 1624, organiza-se em Ruão uma companhia, à qual

Luiz XIII concedeu o privilégio do comércio “em tôda a Guiana do Orenoco ao Amazonas”. Chamava-se essa empresa *Compagnie de la France Equinoxiale*, vindo iniciar os seus trabalhos com grande número de famílias de lavradores que se estabeleceram ao norte da Guiana.

A estas famílias, reuniram-se, depois, todos os demais franceses que ainda vagavam pelo interior do Pará e do Maranhão, voltando a hostilizar os portugueses.

Diz Rocha Pombo ⁽¹⁵⁾: “E’ agora que os franceses cuidam de ir de novo afoitamente hostilizando os portugueses pelo lado do sul. Não passou muito tempo, no entanto, sem que fôsem obrigados a convencer-se de que se excediam na exagerada confiança com que teimavam em experimentar a fortuna investindo algumas das porções menos povoadas do patrimônio português. Já haviam sido, em 1567, expulsos da baía da Guanabara; em 1615, de São Luiz do Maranhão. Agora, as suas aspirações na América do Sul fixam-se na Guiana Francesa, mas desmedidamente ampliada à custa do Brasil. E a França toma uma attitude decisiva, como quem tinha pôsto pé no continente, segura do seu direito.”

Daí lutas, — das quais algumas chegaram a ter sérias conseqüências, custando-nos quasi uma guerra com a França, já em plena República, — que duraram dois séculos e meio.

Felizmente esta contenda tôda, depois do excelente trabalho do Dr. Joaquim Caetano da Silva ⁽¹⁶⁾, e, finalmente, graças ao Barão do Rio Branco que conseguiu a organiza-

(15) — HISTÓRIA DO BRASIL, parte VI, Cap. II.

(16) — Joaquim Caetano da Silva nasceu na vila do Jaguarão, Rio Grande do Sul, em 1810, e faleceu em Niterói em 1873. Escreveu este ilustre historiador: *Questões americanas, O Olapoc e Limites do Brasil*, além de diversos outros sobre lingüística, figurando entre estes uma apostila ao dicionário de Moraes.

ção do Tribunal Arbitral da Suíça ⁽¹⁷⁾, foi a 1.º de dezembro de 1900, assinada a sentença ficando resolvida definitivamente a questão bi-secular do seguinte modo: — I) o rio Yapoc ou de Vicente Pinzon do art. 8.º do tratado de Utrecht, é o rio Oiapoc que se lança a loeste do cabo de Orange, conforme os documentos apresentados pelo Brasil, e que o *thalweg* dêste rio fica constituindo definitivamente a primeira parte da divisa entre o Brasil e a Guiana Francesa; — II) o limite interno será a linha do *divorcium aquarum*, da cabeceira principal do Oiapoc seguindo pelo fastígio dos montes Tumucumaque até a fronteira holandesa ⁽¹⁸⁾.

Foi esta questão da Guiana Francesa a mais complicada, delicada, e de maior duração na América do Sul.

Enquanto durava a questão da Guiana, e quem sabe se, talvez, em virtude dessa questão que já vinha de longe, tentaram os franceses nova investida contra o Rio de Janeiro em 1695, chefiada por De Gennes, que, aliás, nada conseguiu, e depois, em 1710, outra sob a chefia do valente comandante João Francisco Duclerc.

Em consequência do tratado de Methuen, concluído em 1703 entre a Inglaterra e Portugal ⁽¹⁹⁾, os franceses, mais uma vez descontentes, tornaram a invadir o Brasil, pondo seu alvo no Rio de Janeiro.

(17) — Nesse Tribunal fêz-se a França representar por Mr. Bihouard, como embaixador especial, e mais o marquês de Monclar e Mr. Albert Grodet. O Brasil foi representado unicamente pelo Barão do Rio Branco. Os membros do tribunal foram os seguintes: Walther Hauser, presidente da Confederação Suíça; Ernest Brenner, vice-presidente; Eduard Müller, coronel chefe do departamento militar; Joseph Zemp, advogado; Adolph Deucher, médico; Robert Comtesse, advogado, e Marc-Emil Ruchet, advogado.

(18) — Conf. Rocha Pombo, ob. cit. — Para maiores detalhes sobre esta questão, leia-se o cap. II da parte IV, da *História do Brasil*, de Rocha Pombo, bem como a *Memória*, de Joaquim Caetano da Silva, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, em 1851.

(19) — O tratado de Methuen tirou seu nome do estadista inglês, João Methuen, falecido em Lisboa em 1706. Methuen era membro da Câmara dos Comuns (1690), tendo sido, em 1691, enviado a Portugal em missão especial. Em 1697 foi nomeado Lord chancellor da Irlanda, e em 1701 enviado novamente a Portugal para concluir o tratado que tem seu nome, sobre importação e exportação dos produtos desses dois países.

O primeiro que, depois desse tratado, veio às brasílias terras, foi Duclerc.

As riquezas do Brasil e em particular as do Rio de Janeiro haviam sido levadas à Europa enormemente exageradas, um legítimo **El Dorado**. Luiz XIV, conhecendo essas fábulas e tendo-as como realidade, e além disso, querendo tirar uma desfôrra de Portugal, visto este tomar parte ativa contra a França na guerra da sucessão da Espanha, autorizou seus súbditos a formarem sociedades ou companhias de corsários e invadir as colônias portuguesas.

Em Brest, vários armadores, em vista da autorização real por elles solicitada, armaram em segredo uma regular esquadra composta de 5 navios grandes e uma balandra guarnecidos por cerca de mil e quinhentos homens, destinada a invadir o Rio de Janeiro. O comando dessa esquadra foi confiado ao gadalupense João Francisco Duclerc.

Em meados de agosto de 1710 aparece a esquadra na barra do Rio de Janeiro, onde apresou uma sumaca vinda da Baía, a qual enganaram com a bandeira inglesa que os franceses hastearam para tal fim.

Sabendo-se, porém, logo do sucedido, e avançando a balandra a fortaleza de Santa Cruz fêz fogo, obrigando os franceses a voltar. Velejaram, então, para a Ilha Grande, que bombardearam e devastaram a-pesar-da resistência que lhes opôs o capitão de ordenanças João Gonçalves Vieira. Abastecidos rumaram para o norte e tentaram desembarcar na Tijuca e na praia de Socopemba (hoje Copacabana), não o tendo, porém, conseguido graças à atividade de Francisco de Castro Morais, governador do Rio de Janeiro, empossado havia pouco (30 de abril de 1710). Finalmente, a 11 de setembro, guiados por 2 negros que prenderam na Ilha Grande, desembarcaram em Guaratiba e daí seguiram, por Camorim e Jacarepaguá até o Engenho Velho, onde passaram a noite de 18 para 19, saqueando e depredando a fazenda dos jesuítas.

Fernando Denis assim resume a aventura de Duclerc: “Não se atreveu a entrar a barra e desembarcou sua gente

em Guaratiba, numa praia deserta. Pelo meio das montanhas dois negros o conduziram, e na cidade entrou sem obstáculo, penetrando até a uma de suas praças principais ⁽²⁰⁾; atacado ali pelo povo, foi obrigado a recolher-se ao edificio da Alfândega, onde capitulou, ficando prisioneiro de guerra, com todos os que compunham a expedição" ⁽²¹⁾.

O povo, na fúria em que estava, não poupava os francezes que ia encontrando pelas ruas, tendo perecido a maior parte dos invasores, pois sòmente escaparam os que o exército aprisionou, em número de 440.

Isto aconteceu a 19 de setembro. A 21, apresentaram-se os navios francezes novamente na barra, parecendo dispostos a bombardear a cidade. Duclerc, porém, pediu que se lhes enviasse um emissário, com uma ordem sua, afim de virem cirurgiões e para que os navios voltassem à França, depois de restituírem a sumaca apresada em agosto, bem como a tripulação que haviam aprisionado.

Os cirurgiões vieram, mas foram trucidados pelo povo, pois nem mesmo Castro Morais, na sua defesa, em resposta às acusações de Duguay-Trouin, no ano seguinte, a elles se refere, como veremos.

Os prisioneiros foram distribuídos alguns pelas fortalezas do Rio de Janeiro e pelas dos demais portos do Brasil, especialmente para a Baía. Nenhum foi remetido para Pernambuco.

E' interessante a carta d'el-rei a Castro Menezes, que Fernandes Pinheiro põe, em nota, ao que diz Southey:

(20) — Chegaram os francezes até a **Lagoa da Sentinela**, entre as ruas do Areal e Nova Conde. O nosso exército estava acampado no Campo do Rosário. Foi o capitão Bento do Amaral Coutinho, com sua força de estudantes que primeiro atacou Duclerc na Lagoa da Sentinela. Retirando-se, porém, costearam o morro do Destêrro (hoje Santa Teresa) e entraram na cidade onde foram atacados pelo povo guiados pelo trinitário Fr. Francisco de Menezes. Tentaram, então, subir o morro do Castelo, mas a artilharia cortou-lhes o passo, obrigando-os a entrincheirar-se no edificio da Alfândega.

(21) — Fernando Denis, ob. cit.

“Francisco de Castro Menezes. Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Vendo o que me escrevestes em carta de 9 de novembro p.p. do que determináveis obrar com os prisioneiros franceses tomando o expediente de os mandar nas embarcações que saíssem para outras partes, assim por diminuir esta gente e ficardes com menos cuidado, como também por haver mantimentos com que se possam sustentar, escrevendo aos governadores que os tenham seguros até a minha ordem, representando-me que o cabo Mr. Duclerc, e um religioso do Carmo, que fôra por capelão dos franceses, tínheis tenção de mandar para mais longe, por serem estes dois sujeitos demasiadamente inquietos, e que não convinha tornarem para a França, para não moverem seu Rei a outras facções semelhantes: Me pareceu dizer-vos que tendes obrado bem na expedição que tomastes em mandar estes prisioneiros franceses para os portos do Brasil, advertindo-vos, porém, que só o fazeis para a Baía, porque não convém na conjuntura presente passem para Pernambuco, e a Mr. Duclerc e ao religioso do Carmo envieis para a mesma praça em uma nau de guerra para que se não dê ocasião a que possam fugir, e ao Governador da Baía aviso o que há de obrar neste particular. Escrita em Lisboa a 7 de março de 1711. — Rei. — André Lopes de Loore. — Para o Governador do Rio de Janeiro.”

Duclerc, porém, não foi enviado para a Baía, tendo ficado no Rio de Janeiro, no colégio dos jesuítas, passando, em seguida a residir em uma casa da rua de São Pedro, pertencente ao tenente Tomaz Gomes da Silva. Esta última residência foi escolhida pelo próprio Duclerc.

Mas, aí, muito antes de receber Castro Morais a carta acima transcrita, foi Duclerc assassinado na noite de 18 de março, sem que se ficasse sabendo quem foi o criminoso e sem que a guarda, que especialmente ali fôra postada para vi-

giar o prisioneiro francês, o tivesse notado. Este crime ficou em profundo mistério, attribuindo-se a Castro Morais cumplicidade nêle.

A respeito diz Southey: Não foi isto, por certo, ato de fúria popular; só podia ser obra de vingança privada, sendo causa, segundo tôdas as probabilidades, o ciúme. Mas não se tirou devassa, como em todo o caso cumpria, principalmente num caso em que estava envolvida a fé nacional" (22).

Segundo Southey, e é também nossa opinião, o Governador do Rio de Janeiro culpa alguma teve nesse triste acontecimento, embora esteja provado que os guardas a tal não se opuseram. E' que talvez êles tivessem interêsse em se ver livre do incômodo prisioneiro.

Quanto a ter ficado o crime impune, nada se pode dizer ao certo, pois Castro Morais declara terminantemente "que se não pôde verificar, pois mais diligências que se fizessem", qual foi o matador.

Em todo o caso, foi de más conseqüências para o Brasil e para Castro Morais êsse acontecimento.

IV

Chegada a notícia à França, os ânimos lá exaltaram-se.

Escreve Fernando Denis: "Havia nessa época em França um homem dotado de extraordinária energia, Duguay-Trouin, que resolveu vingar Duclerc. Era evidente que o bom êxito desta expedição dependia da sua presteza, e que não convinha dar aos inimigos tempo de se arrependerem: a 11 de setembro de 1711 pairava êle já à vista da baía (Guanabara), onde, à fôrça, entrou. Não obstante as fôrças portuguezas serem, segundo se diz, dez ou doze mil homens, aos quais se deve juntar um considerável número de mili-

(22) — Ob. cit., vol. V. — Foi dêsse volume que extraímos, também, a carta, transcrita em nota pelo C. Fernandes Pinheiro, que é de opinião ter sido Francisco de Castro Morais cúmplice na morte de Duclerc o que, como ficou dito, não cremos.

cianos e negros armados, Duguay-Trouin apossou-se da ilha das Cobras, desembarcou mil e oitocentos homens no Saco do Alferes, e dispôs tudo para o assalto” (23).

A frota francesa compunha-se de 18 vasos tripulados por cêrca de 4.000 homens de desembarque, e 738 bôcas de fogo. As fôrças de Castro Morais compunham-se de 10.000 homens de linha, 5.000 de milícias e 600 índios, além do poderoso auxílio das fortalezas de Santa Cruz, Praia Vermelha, Villegaignon, São Sebastião, Santiago e outras. A cidade estava, pois, bem armada e bem defendida. Mas a surpresa desorientou, ao que parece o Governador que ficou completamente inerte, a-pesar-de ter, além de tudo auxílio da esquadilha comandada por Gaspar da Costa que alí ficara para proteger a cidade, pois que, na véspera da entrada dos franceses haviam recebido notícias da chegada dêstes. Antes, porém, já aviso idêntico recebera, tendo-se preparado para a defesa como nada apparecesse, julgou se trataasse de rebate falso. Daí a surpresa e desorientação.

Escreve Rocha Pombo: — “Pode imaginar-se o efeito que a surpresa dêste golpe de audácia devia ter produzido no ânimo da população e no dos encarregados de defender a praça. Vendo frustrado o seu plano de defesa, em vez de tentar ainda o que era possível contra os inimigos, mandou Gaspar da Costa em outras ocasiões tão lúcido e inquebrantável, picar as amarras aos seus navios, e pôs-lhes fogo ao abicarem em terra. Perdera êle tôda a sua presença de espírito, mal se soube ao certo que batia o inimigo às portas: é provável mesmo que se achasse então afetado de algum mal físico, pois êste homem sempre se portara com denodo nos momentos mais difíceis e de maior perigo. O que é certo é que a vergonha e o despeito lhe causaram agora no cérebro um desarranjo de que nunca mais se restabeleceu” (24).

Na ilha das Cobras colocou o almirante francês as suas baterias e a 14 de setembro resolveu desembarcar com tôdas as suas tropas, saqueando tôdas as casas e fazendas da re-

(23) — F. Denis, ob. cit.

(24) — Rocha Pombo, ob. cit., parte VI, cap. IV.

dondeza da cidade. Enquanto isso, Castro Morais deixava-se ficar, como se nada houvesse, no seu acampamento do Campo do Rosário, vendo, “impassível, sem o mais ligeiro sinal de repulsa, como os invasores saqueavam as casas e recolhiam gado e o mais que encontravam nas vizinhanças da cidade” (Rocha Pombo).

E', porém, possível que o Governador esperasse que os franceses entrassem pelas ruas da cidade para cair de chôfre sobre eles, como supõe Rocha Pombo, e é bem de crer-se, a-pesar-de nada se poder afirmar categoricamente.

Mas Duguay-Trouin era por demais experimentado para meter-se em semelhante situação e concentrou seus homens na ilha das Cobras e praia fronteira, e enviou, em seguida, a Francisco de Castro Morais a seguinte intimação por um tambor de sua tropa:

“O rei, meu amo, querendo, senhor, tirar satisfação da crueldade exercida para com os oficiais e tropas que aprisionastes o ano passado; e estando S. Majestade bem informado que depois de terdes feito assassinar cirurgiões a quem tínheis permitido desembarcar dos seus navios para pensar os feridos, deixastes ainda morrer de fome e de miséria a parte restante destas tropas, retendo todos em cativeiro contra o teor da convenção de trocas ajustadas entre as coroas de França e Portugal ⁽²⁵⁾, mandou-me S. M. empregar seus navios e suas tropas, para obrigar-vos a que vos entregueis à discrição, e restituais todos os prisioneiros franceses; assim como obrigar os habitantes desta colônia a pagar contribuições bastantes para puní-los de sua crueldade, e que possam amplamente indenizar a S. M. da despesa que fêz com armamento tão considerável. Não quis intimar-vos a

(25) — Refere-se Duguay-Trouin ao tratado firmado em 1537, de que falamos no início deste trabalho.

que vos rendais antes de ver-me em estado de obrigar-vos a isso, e habilitado a reduzir a cinzas o vosso país e a vossa cidade, se vos não renderdes à discrição do rei, meu amo, que me ordenou não destruisse aqueles que de boa vontade se submetessem e se arrependessem de o ter ofendido na pessoa de seus oficiais e das suas tropas. Sei, também, senhor, que foi assassinado o Sr. Duclerc que os comandava; não quis usar de represálias contra os portugueses, que caíram em meu poder, por não ser intenção de S. M. fazer guerra de modo indigno de um rei cristianíssimo; e eu quero crer que sois honrado, e portanto não tereis tido parte neste vergonhoso assassinato; mas isto não basta: S. M. quer que me nomeeis os autores do crime (que me entregueis, aliás) para fazer-se exemplar justiça. Se demorardes em obedecer a sua vontade, nem todos os vossos canhões, nem tôdas as vossas trincheiras, nem tôdas as vossas tropas me impedirão de executar as suas ordens, e levar o ferro e o fogo por todo êste país. Espero, senhor, vossa resposta: dai-a pronta e decisiva; do contrário conhecereis que, se até agora vos poupei, foi tão sòmente para poupar-me a mim mesmo o horror de confundir inocentes com culpados” (26).

A esta atrevidíssima carta, respondeu Castro Morais defendendo-se das acusações, mas sem a necessária energia, e sem aquele amor pátrio de Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Camarão e Henrique Dias, aos holandeses, que não só responderam à altura, mas agiram de acôrdo.

E’ a seguinte a resposta de Francisco de Castro Morais:

(26) — Cit. por Rocha Pombo, ob. cit. Também a resposta de Morais vem citada pelo mesmo autor.

“Vi, senhor, os motivos que vos obrigaram a vir de França a êste país. Quanto ao tratamento dos prisioneiros franceses, foi êle segundo o uso da guerra; não lhes faltou pão de munição, nem outro qualquer socorro, embora não merecessem pelo modo por que atacaram êste país do rei, meu amo, sem comissão do rei cristianíssimo, mas praticando apenas a piratagem. Entretanto, concedi a vida a 600 homens ⁽²⁷⁾, como estes prisioneiros poderão certificar. Eu os defendi contra o furor dos negros, que pretendiam passar todos a fio de espada; enfim, não lhes faltei com coisa alguma, tratando-os segundo as intenções do rei meu amo. Quanto à morte do Sr. Duclerc, cumpre-me declarar que por solicitação dêle próprio o pus na melhor casa desta terra, onde foi morto. Quem o matou? Eis o que se não pôde verificar, por mais diligências que se fizessem tanto por minha parte, como por parte da justiça. Asseguro-vos que, se se descobrir o assassino, será punido como merece. Em tudo isso nada se passou que não seja pura verdade, tal como vô-la exponho. Quanto à entrega desta praça, quaisquer que sejam as ameaças que me façais, tendo-ma confiado o rei, meu amo, não tenho outra resposta para dar-vos senão que estou pronto a defendê-la até a última gota do meu sangue. Espero que o Deus dos exércitos me não abandonará em tão justa causa, como a da defesa desta praça, da qual quereis apoderar-vos sob frívolos pretêstos e fora de tempo.”

Tal a resposta, bastante digna, embora fraca, pois se nota que a preocupação maior do Governador foi defender-se das acusações.

(27) — Castro Morais inclue neste número cêrca de 200 feridos que se haviam salvo e curado.

Contudo, a sua ação foi simplesmente a de um fraco. Em vez de defender a praça “até a última gota de seu sangue”, como declarara a Trouin, logo após os primeiros tiros dêste sôbre a cidade, desanima entregando-se, afinal.

No dia seguinte ao das trocas de cartas, 20 de setembro, Duguay-Trouin inicia o bombardeamento dos entrincheiramentos portugueses. Com verdadeiro furor cai sôbre a cidade a artilharia francesa. O pânico, á tardinha, domina a todos. Povo e soldados fogem espavoridos. E a artilharia continua, lançando nuvens de fumo e fogo sôbre a cidade que, a-pesar-de muito bem municuada e com quase quatro vezes mais gente que os franceses, nada faz. Para cúmulo desaba violento temporal. Trouin, contudo, não cessa a artilharia que confunde os seus ribombos com o ribombo dos trovões. Relâmpagos no céu. Chuva, fumo e fogo. E o povo a correr para os arrabaldes, abandonando tudo. O Governador proibira a retirada do mínimo que fôsse sob penas severas. Porisso, agora, fugiam todos sem levar um alfinete que fôsse. Mas fugiam. Castro Morais, desesperado, desatinado, consulta em repetidos conselhos os seus oficiais. E resolvem, afinal, nessa mesma noite de 21 para 22, retirar a tropa de linha da praça, indo acampar no Engenho Novo e, depois, no Iguaçu.

Noite ominosa, chamou-a Rocha Pombo. E essa noite foi, realmente, ominosa. Nunca se viu, antes, e nem depois, fato semelhante na história do Brasil. E nem mesmo parecido. Cêrca de 16.000 homens, com uma esquadilha (a de Gaspar da Costa que enlouqueceu depois), várias fortalezas e bem municuados e artilhados, fugirem de 4.000 homens, e algumas bôcas de fogo! Quanto pode o susto de uma surpresa e a ousadia, temeraria até, de um comandante, como foi a de Duguay-Trouin!

O que foi essa noite imensa e lúgubre, dí-lo Manuel Gonçalves Velho na seguinte carta, datada de 7 de dezembro de 1711, registada por Varnhagen, na sua **História do Brasil**. Gonçalves Velho, testemunho presencial, dirige-a a um amigo de Lisboa:

“De São Bento foram fugindo alguns, com... gente do regimento da Junta (do Comércio) e também alguma da terra; porém o grosso da mais gente tôda estava com muito ânimo, e geralmente se entendia que o inimigo fazia grande dano aos edifícios da cidade, mas que nunca a chegaria a tomar; e que, com era impossível que a saída fôsse tão feliz como a entrada, pelos fracos terrais que aquí reinam, davam os navios como prisioneiros, assim porque a gente que estava no outeiro de São Diogo se não atrevia a descer ao campo, como também se esperava o sr. Antônio de Albuquerque, com socorro de Minas. Nisto se discursava por fora, quando os de dentro faziam uma junta, onde a maior parte dos votos foi — que se fizesse uma retirada. Só o sargento-mor da Colônia a impugnou com grandioso vigor, dizendo ao Governador “tivesse por inimigos quem tal lhe aconselhava”; e dizia “porque êle tinha dado homenagem nas mãos de El-Rei desta praça, e era obrigado a defendê-la até a última gota de seu sangue, tanto mais quando se não via ainda nenhum estrago”. O Juiz de Fora votou: “Que visto a praça se não poder defender, como diziam os cabos, se mandasse boletim ao inimigo, e com algum pretêsto houvesse tréguas por três dias, dentro dos quais se retirassem munições e mantimentos, se guarnecessem as fortalezas, e se avisasse os moradores para que tirassem o seu preciso, e passasse o têrço da Ordenança de Baltazar de Abreu a guarnecer a marinha da outra banda, e que se visse primeiro, na segunda-feira, o estrago que faziam umas peças que o inimigo tinha cavalgado no outeiro (morro da Saúde) pelas quais se entendia quererem ganhar a cidade por ataque”. Porém Baltazar de Abreu que guarnecia com seu têrço a marinha da cadeia, não esperou por isso, porque no domingo, à noite,

destacou e fugiu com a sua gente, o que importara pouco se atrás disso se não levantassem vozes de que todo o mundo ia desertando os seus postos; e chovendo nisto as partes ao Governador, foi nêle tal a confusão, que não cuidou mais que na fugida, e em fazer fugir; porque foi despedindo ordens aos cabos dos postos que se retirassem, porquanto êle o fazia também.” E ainda que alguns o impugnaram fazer, todavia houveram de obedecer às repetidas ordens que lhes foram dadas; e com efeito, pelas onze horas da noite de domingo, 21 de setembro, se largou miseravelmente a cidade. O Governador, com a maior parte da gente paga, foi parar ao Engenho (Engenho Novo) dos Padres, e tôda a mais gente se foi metendo por êsses caminhos e matos; onde, se se houvesse de individuar os desarranjos, fomes, mortes de crianças, desamparo de mulheres, e tôda qualidade de misérias, fôra um nunca acabar. Mulher houve que se achou morta abraçada com uma criança de peito, e outra assentada junto dela, a qual, perguntando-se-lhe o que fazia alí, respondeu — estava esperando que sua mãe e sua irmã acordassem. Ajuntando-se a mais terrível noite de chuva e escuro que se pode considerar, que pôs os caminhos de sorte que em algumas partes se passava com água pelos peitos, e parecia aos passageiros o espetáculo de um naufrágio. Na cidade ficaram só cousa de uns 200 ou 300 prisioneiros, que soltando-se das prisões, acenaram aos seus que podiam vir, que estava deserta a cidade: e nela entraram na segunda-feira ao jantar, a qual acharam cheia e recheada de todo o preciso; porque a maior parte dos moradores não tirou de sua casa um alfinete, em razão de que o Governador, na ocasião do rebate, lançou um bando: “Que ninguém tirasse nada de sua casa — pena de ser tomado por perdido”; e

no domingo lançou outros pelas seis horas da tarde: "Que ninguém se afastasse dez passos do seu pôsto — pena de morte"; e pelas dez da noite se fugiu, desconcertadamente, com tal confusão que poucos ou nenhuns se cuidaram de entrar em suas casas. E assim, sem gota de sangue, veio a cair em mãos do inimigo uma cidade tão rica, estando socorrida de gente, munições e mantimentos, com que pudera resistir a muito maior poder, se houvesse quem o soubesse dispor. Assim como os Governadores e capitães levam as glórias dos bons sucessos, assim também nos adversos carregam sobre eles os clamores. Todos clamaram sobre o Governador Francisco de Castro Morais, de tal sorte que de um dia para outro se viu, de Governador, exposto aos opróbios que se podem fazer do mais miserável homem; porque diziam que por traição havia entregado a terra. E sendo eu dos que mais defendem esta opinião, não posso deixar de confessar, pelas circunstâncias que precederam, que a traição não tem outra côr."

E aí está todo o successo da jornada francesa.

V

Duguay-Trouin, depois de entrar na cidade, entregou-a ao saque de seus súbditos que nada perdoaram.

Diz Rocha Pombo e também Southey, que Trouin quis evitar o saque, chegando, mesmo, a fuzilar alguns de seus soldados. Mas estes a nada atenderam e o comandante francês, para não perder mais gente, deixou-os à vontade.

Nessas condições, bem poderiam os portuguezes cair sobre eles, como o fizeram com a gente de Duclerc. Mas o desânimo era tanto que de nada se lembrou o Governador, e nem idéias tinham os seus oficiais. Esperavam, somente, o reforço de Minas. Mas, quando este chegou, já tudo estava

consumado e Antônio Albuquerque, cheio de indignação, nada pôde fazer senão sancionar o pacto feito entre Castro Morais e Duguay-Trouin.

Depois de ter dado mostras do que era capaz, e receando o refôrço que sabia estar em caminho, o comandante francês estava com pressa de retirar-se. Mas o Governador mais uma vez antecipou-se num gesto de fraco, reunindo o seu conselho que deliberou fôsse uma comissão ter com Trouin e negociar o resgate da cidade. A comissão, composta do presidente do tribunal e de um mestre de campo, ofereceu-lhe o mais que “na conjuntura era possível, 600.000 cruzados”. Duguay-Trouin rejeitou a proposta. Queria 12.000.000 (doze milhões) de cruzados, e mostrou aos mensageiros de Castro Morais “como estava dispondo as cousas para inutilizar quando o fogo não pudesse consumir, de modo a ser completa a destruição.”

Como ficou dito, esperava-se a cada momento um refôrço, e alguns negros desertores lhe confirmaram a notícia dizendo mais que à Ilha Grande já havia chegado uma fôrça de cêrca de 1.200 homens. Em vista disso, à noite, e no maior silêncio Duguay reúne as suas fôrças e pela manhã do dia seguinte apresenta-se ante as posições portuguezes. Castro Morais assusta-se e envia nova embaixada oferecendo aos franceses além dos 600.000 cruzados mais 10.000 de fortunas particulares, além de 200 bois e 100 caixas de açúcar. Duguay-Trouin, com pressa de se retirar, aceita a nova proposta, à qual acrescenta que a contribuição devia ser paga dentro de 15 dias, ficando 12 oficiais como reféns e, **num gesto de generosidade**, permite que os moradores resgatem, mediante pagamento à vista, os objectos que lhes conviesse, isto é: o produto do saque a que se haviam entregue os franceses. E o convênio foi assinado a 10 de outubro de 1711, um dia antes da chegada de Albuquerque com cêrca de 6.000 homens em auxílio da cidade, mas nada mais pôde fazer em vista da attitude de Castro Morais. Albuquerque estava com isso realmente aborrecido e escreveu a el-rei:

“Em 21 de setembro me chegou notícia às Minas de que havia entrado no pôrto desta cidade a armada francesa... Partindo a 28 do mesmo mês com perto de 6.000 homens formados em 10 têrços... em 17 dias cheguei às vizinhanças desta cidade, e parecendo-me a acharia ainda defendendo-se, tive aviso do dito Governador de que a havia perdido, pedindo-me a viesse restaurar. Prossegui a minha marcha, despedindo ordens às Minas para vir mais gente, mantimentos e gados... Ao descer da serra, me chegou outro aviso do dito Governador, noticiando-me se tinha determinado a capitular com o inimigo; e logo, sem demora me fêz terceiro aviso com a certeza de haver ajustado a compra da cidade e fortalezas... E como me parecesse desacêrto grande o tal ajuste, pois se poderia esperar êste meu socorro, ainda tendo-se-me pedido, quanto mais sabendo-se já que vinha em marcha, a continuei até supunha estariam as munições, que por muitas vezes tinha pedido; e havendo pólvora bastante, achei só **quatro cunhetes de balas**, sem esperança de se poder alcançar mais alguma; em cujos termos, e com a certeza de que também se haviam perdido as fortalezas da barra... me resolví a fazer alto com as minhas tropas distante desta cidade quatro léguas; e mandando saber do dito Governador os termos em que estava o tal ajuste, mostrando-lhe tenção de o querer remover, me respondeu o que consta da sua carta, que com esta será presente a V. M., e também outra que nos escreveu o bispo; e porque êste negócio e ajuste estava já tão adiantado, com reféns passados, não os havendo da sua parte, e os moradores comunicando-se com muita familiaridade com os inimigos e comerciando com êles, me pareceu suspender qualquer operação pela contingência do sucesso, falta de munições, e a que po-

deria haver da parte dos moradores e soldados dos têrços, pois todos se consideravam já sossegados, tratando das largas conveniências, que acharam em contratos de sociedade, de cem e duzentos mil cruzados, que logo se satisfaziam em ouro; porém na consideração de que estes motivos obrigariam os inimigos a demorarem-se para reduzirem todos os gêneros do seu saque a moeda e a ouro, e que poderiam contrair perniciosa amizade com os povos pelo carinho com que os tratavam, e que não seria fácil impedir-se-lhes, por falta de poder da parte do Governador, me resolví a avizinhar-me mais a esta cidade... mandando logo tomar os postos e estradas, por onde os nossos podiam entrar ao dito comércio” (28).

Em vista da presença de Albuquerque, e da attitude por este tomada, e mais, sabendo-o Duguay-Trouin militar de talento e nomeada, esperava ansiosamente o pagamento do restante da contribuição afim de zarpar. Não tinha, porém, muita esperança em receber o pagamento na época marcada. E realmente, só a 4 de dezembro foi o restante pago e Duguay-Trouin, no mesmo dia, receoso, reembarcou com sua gente, carregando quanto podia. Deixou, entretanto, entregue aos jesuítas, as pratas e objetos de culto saqueadas às igrejas, para que êsses religiosos os entregassem ao bispo. Foi êste o único gesto nobre do ousado francês na cidade do Rio de Janeiro!

Southey, referindo-se ao custo do resgate da cidade, escreve o seguinte (29):

(28) — Cit. tal é aquí transcrita por Rocha Pombo, ob. cit., parte VI, cap. IV.

(29) — HISTÓRIA DO BRASIL, vol. V, nota, à pág. 157.

“O Patriota, de outubro de 1813, dá a seguinte forma à distribuição da contribuição paga aos franceses:

A fazenda real	67:697\$344
A casa da moeda	110:077\$600
O cofre da bula	3:484\$660
O cofre dos ausentes	6:372\$880
O cofre dos órfãos	9:733\$220
Francisco de Castro Morais	10:387\$820
Lourenço Antunes Viana	6:784\$320
Francisco de Seixas da Fonseca	10:616\$440
Rodrigo de Freitas	1:166\$980
Braz Fernandes Rola	6:062\$080
Paulo Pinto	3:031\$040
Francisco da Rocha	1:356\$000
Antônio Francisco Lustosa	859\$600
Tomé Farinha de Carvalho	785\$600
Os padres da Companhia	4:866\$000
O prior de São Bento	1:575\$680
Cristóvão Rodrigues	1:643\$200
	246:500\$464

Estes 246:500\$464 equívalem 616.251 cruzados, tanto receberam os franceses.”

Varnhagen acrescenta: “Até uma nau inglesa de 56, que estava no pôrto e que se havia retirado mais para o fundo da baía, caíu prisioneira, e teve de resgatar-se a dinheiro” (30).

Cheio de si, ufano com a fortuna tida no Rio de Janeiro, tentou Duguay-Trouin atacar a Baía sob o pretêsto de libertar o resto de seus compatriotas ali presos, mas em verdade para aumentar o produto de sua rapinagem. Mas foi mal sucedido, tendo que arribar a Caiena, onde em consequên-

(30) — HISTÓRIA DO BRASIL, já citada.

cia de um naufrágio perdeu parte da fortuna que levava à bordo, em ouro e prata.

Em consequência da capitulação, e talvez, principalmente, devido a carta de Albuquerque a el-rei, foi Castro Morais sentenciado a degrêdo e prisão perpétua num dos portos da Índia “por falta de ânimo e discernimento”.

Com esta, terminam, enfim, as investidas francesas contra o Brasil, que, aliás, ainda continua em luta, no norte, contra os ocupantes da Guiana que pretendiam anexar àquelle território parte do Brasil. Esta luta que durou mais de dois séculos, conforme ficou dito, só terminou em 1900, como explicamos páginas atrás.

VI

Não obstante a divergência da questão de limites da Guiana, a França e o Brasil estreitaram as suas relações, muito devendo nossa pátria, nas artes e nas letras especialmente, aos franceses.

Houve, aliás, mormente depois da independência, certa simpatia pelo grande povo francês, simpatia esta que até hoje se conserva, a-pesar-de sermos ainda tão mal conhecidos e apreciados pela culta e grande nação Européia.

D. João VI, amigo das letras e das artes, a-pesar-de corrido pelos franceses de Napoleão de sua pátria, ao instalar-se no Brasil quis cercar-se de homens cultos e chamou à sua nova pátria, que elevara a reino, artistas franceses.

Foi assim que, em 1816, desembarcaram no Rio de Janeiro uma pléiade de ilustres artistas: Hipólito Taunay, membro do Instituto de França; Augusto Taunay, irmão do precedente, estatuário; Debret, pintor, que tantas obras de valor histórico nos legou; Grandjean de Montigny, arquiteto; Francisco Bonrepos, escultor, ajudante de Augusto Taunay; Francisco Ovídio, professor de mecânica; Simão Pradier, e mais os dois Perrez que chegaram pouco mais tarde. Além dêsses deve-se mencionar ainda Lebreton que veio ao Brasil incumbido de organizar o Instituto de Belas Artes.

Outros, ainda, vieram mais tarde, aumentar o número da “colônia francesa”, ficando grande parte dêles o resto de sua vida no Brasil, onde deixaram descendência que é, ainda hoje, padrão de glória para as artes e letras brasileiras. Aí estão, como monumentos perenes, a obra do Visconde de Taunay, que fala alto e eloqüentemente à alma nacional. Suas obras são genuinamente nacionais e nenhum brasileiro legítimo ultrapassou-o em patriotismo e brasilidade. Esta obra continua-se ainda no filho do ilustre Visconde, Afonso D’Escragnolle Taunay.

Temos ainda, entre muitos outros, Escragnolle Dória, brasileiro dos melhores, historiador ilustre apaixonado pesquisador de nossa história.

Dentre os muitos viajantes que percorreram o Brasil de Norte a Sul especial menção devemos fazer do insigne Saint-Hilaire ⁽³¹⁾, observador hábil e sagaz, cujos estudos sobre o Brasil de outrora são ainda hoje lidos e disputados.

Sábio naturalista, Saint-Hilaire conseguiu levar para Paris a maior coleção da época, quer de plantas, quer de

(31) — Agostinho (Augusto) Francisco César Provençal de Saint-Hilaire, nasceu em Orléans em 1799 e aí faleceu em 1853. Iniciou sua vida de viajante no Holstein. Em 1816 veio para o Brasil onde iniciou e formou coleções de zoologia e botânica, de real valor. Em 1822 voltou para a França levando consigo “uma das mais valiosas coleções de espécimes de história natural colhidos no seu tempo”. Constava essa preciosa coleção de 24.000 plantas de 6.000 espécies diferentes, a maior parte desconhecidas até então; 2.000 aves; 16.000 insetos; 135 quadrúpedes e numerosas espécies de répteis, peixes, além de grande número de minerais. Saint-Hilaire foi professor de botânica na Faculdade de Ciências, de Paris. Em 1830 elegeram-no membro do Instituto de França. De suas coleções fez, de colaboração com A. de Jussieu e Cambassèdes, bela descrição no livro *FLORA BRASILIAE MERIDIONALIS*, ou “História e descrição de todas as plantas que crescem nas diferentes Províncias do Brasil” (1825).

Além dessa importante obra escreveu Saint-Hilaire mais as seguintes:

VIAGEM NAS PROVÍNCIAS DO RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS (1830). VIAGEM NO DISTRITO DOS DIAMANTES E NO LITORAL DO BRASIL (1833). VIAGEM AS NASCENTES DO RIO DE SÃO FRANCISCO (1847-1848). A AGRICULTURA E A CRIAÇÃO DOS ANIMAIS DOS CAMPOS GERAIS (1849). VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL (Brasil) e outras.

A “Viagem ao Rio Grande do Sul” acaba de ser vertida para o português (1935) por L. Azeredo Pena.

aves, insetos, quadrúpedes e outros animais além de bom número de espécimes de minerais.

O que nos legou Saint-Hilaire é valiosíssimo sob todos os pontos de vista.

Sôbre a influência dêsses grandes franceses que vieram ao Brasil, e “cuja falta a França sentiu”, no dizer de Fernando Denis, ouçamos o que êste escreve:

“Se os ingleses foram os primeiros que desenvolveram entre os brasileiros o gôsto dos melhoramentos industriais; se foram êles que imprimiram, sobretudo, ao país essa atividade comercial que os franceses auxiliariam mais tarde, e cujos resultados tem em parte recolhido, aos últimos principalmente compete reivindicar essa anterioridade de iniciação nas artes e nas ciências, que um deve sempre a outro povo, e que faz durável época na história do seu desenvolvimento social” (32).

E ainda aí estão, no Rio de Janeiro, recordando essa pléiade ilustre de franceses, o aqueduto da Carioca e numerosos outros edifícios, hoje históricos, que seria longo enumerar, bastando citar ainda a Praça do Comércio, obra de Grandjean de Montigny, e um dos mais notáveis edifícios do Rio de Janeiro de então, e a estátua de D. Pedro I (estátua equestre).

Os dois mais antigos e respeitáveis jornais brasileiros foram, também, fundados por franceses: o **Jornal do Comércio**, que apareceu pela primeira vez em 1827, teve como fundador Seignot-Planchet, e o proprietário do **Jornal do Brasil** foi Henrique de Villeneuve. A primeira livraria fundada no Rio de Janeiro teve como proprietário Pedro Plancher, seguindo-se a esta a antiga casa editora **Garnier**, a qual muito devem as letras pátrias. Entre os fundadores de nossa Academia de Medicina figuram os franceses Maurício Fèvre e Francisco Sigaud. Um dos mais antigos diretores do observatório astronômico do Rio de Janeiro foi Soulier de Sauves. Foi ainda um francês, Eduardo Heill que realizou as pri-

(32) — Obra cit.

meiras ascensões em balão em São Paulo, onde também deixou seu nome gravado nos anais da história o inventor Hercules Florence. Alexis Gary foi dos primeiros organizadores de nossa obra higiênica, sendo ainda hoje designados por “garys” os que trabalham na limpeza das ruas da capital da República.

Entre os viajantes devemos citar mais d’Orbigny, que sôbre nosso sistema oro-potamográfico, etc., nos legou obras de inconfundível valor. Gorceix, Pissis, Périgot, descobridor do carvão nas regiões do sul, Castelnua, Frontin, são tantos outros nomes que a história do Brasil menciona com simpatia e carinho.

Não podemos, porém, encerrar êste trabalho sem uma referência especial aos grandes soldados do nosso exército, em cujas veias o sangue francês corria: Leverger ⁽³³⁾, Mallet, Murat, Baurepaire-Rohan...

A nossa Academia de Letras conta entre os seus membros vivos e mortos, descendentes ilustres de franceses, como Murat e o jamais assás louvado Santos Dumont que é hoje, mais do que nacional, a glória do universo. Se, terrível e cruel foi a atitude francesa nos primeiros anos do Brasil, assás recompensados fomos com os homens ilustres que na paz nos mandou a grande França.

Olhemos ainda para a classe estudiosa, para a juventude brasileira que se inicia na vida: em grande proporção é ela educada por mestres franceses, padres e freiras, que, por

(33) — Augusto Leverger, almirante e mais tarde Barão do Melgaço. Foi por várias vezes presidente da província do Mato Grosso, em cuja capital, ainda hoje, é carinhosamente conservada a sua memória. Quando os paraguaios invadiram, em 1865, aquela província, Leverger não se conteve: apresentou-se ao presidente e, com um punhado de homens, foi ao encontro do atrevido invasor, poupando o Brasil da vergonha de ver seu território invadido, sem o inimigo “receber sequer um tiro de pistola”, como êle o diz em carta a um amigo. Taunay, que muito o admirava, escreveu-lhe a biografia: **AUGUSTO LEVERGER — Almirante Barão do Melgaço — Antemural do Brasil em Mato Grosso.**

Cristo e pela cultura atravessaram o oceano trazendo as luzes da instrução a esta parte jovem ainda do grande globo terrestre. E olhemos para aquela grandiosa missão do Araguaia, onde os padres dominicanos, num esforço supremo de civilização, educam, sem olhar cansaças, desinteressadamente os nossos índios.

Se, pois, a França muito mal nos fez, nos faz, agora, muito bem.

Esqueçamos o mal do passado pelo bem do presente.

Litígio com Santa-Catarina

Investigações históricas e geográficas
sôbre os limites do Rio-Grande-do-Sul

Por Dante de Laytano.

Publicado, em março de 1931, no "Correio do Povo", o presente estudo do nosso confrade dr. Dante de Laytano, revelava, ainda no início de suas atividades literárias, uma organização de historiador, que mesmo a mocidade não conseguia absorvê-lo.

Fomos solicitar-lhe, naquela época, a transcrição do estudo na revista do Instituto entretanto não obtivemos autorização, alegando seu autor que se tratava apenas duma divulgação na imprensa diária de assunto que apaixonava o público mas que não constituía novidade histórica como se exigiria numa publicação especializada.

Acontece que as questões de limites estaduais passaram a ser matéria de direito constitucional de acôrdo com disposições expressas na carta federal de 16 de julho de 1934 e daí a oportunidade da reimpressão do trabalho do dr. Dante de Laytano. — (N. da R.).

Uma memória preciosa — A "Descrição geográfica e histórica da divisa litigiosa entre os estados do Rio-Grande-do-Sul e Santa-Catarina" do P. Geraldo J. Pauwels, S. J. é o estudo mais substancioso na apreciação imparcial da zona litigiosa e a nossa pequena crônica não poderia desprezá-lo para melhor esclarecimento da questão.

Vamos nos restringir sòmente ao litígio do rio Sertão e do rio Glória.

A opinião dos autores — Entre as trinta e tantas obras que abordam a questão podemos ver que a maioria de seus autores são pelo limite do rio Sertão. Cândido Mendes de Almeida (Atlas do Império do Brasil), 1868; Joaquim Manuel de Macedo nas suas “Noções de Corografia do Brasil”, 1873 II — pág. 282:

“A Província do Rio-Grande-do-Sul” — 1887 — pág. 247 de Alfredo Nogueira; “Rio-Grande-do-Sul” — 1897 — de Alfredo Varela; “Anuário Catarinense” de 1904 — pág. 40 de José Artur Boiteux; “Corografia de Santa-Catarina” — 1905 — pg. 18 — de General José Vieira da Rosa; “Resumo da Corografia de Santa-Catarina, 1906 — pág. 7; “Corografia do Brasil”, edição de 1906 — pág. 215 — de Alfredo Moreira Pinto; “Elementos de Corografia do Brasil” — ed. 7.^a — pág. 159 de Henrique Martins; “Compêndio de Corografia do Brasil” — 2.^a ed. de 1910, pág. 292 — de Feliciano Pinheiro Bitencourt; Dicionário Geográfico do Rio-Grande-do-Sul” — 2.^a ed., 1914 — de Otávio Augusto de Faria; “Curso metódico de geografia” — 5.^a ed., 1915 — pág. 477 — de J. M. de Lacerda; “Limites inter-estaduais” — 1917 — pág. 35 do Capitão de fragata Thiers Fleming; “Terra Catarinense” — 1920 — pág. 1 — de Crispim Mira; “Compêndio de Corografia do Brasil” — 7.^a ed., 1922 — pág. 395 de Mário da Veiga Cabral; “Geografia - Atlas do Brasil” — 2.^a ed., 1924 — pág. 135 de F. Brigueu.

Estes autores são unânimes em afirmar que os limites do Rio-Grande são pelo rio Sertão. Não queremos citar os outros autores que estendem os nossos limites até o rio Araranjá (¹).

(¹) O engenheiro Benno Hofmann escreveu, ao mesmo tempo, também no “Correio do Povo”, interessantes retificações geográficas aos nossos estudos históricos. Aproveitamos, para a nova impressão do trabalho, esses elementos até, então, inéditos, pois não eram eles do conhecimento de nenhum escritor rio-grandense. Ao em vez de esboçar-se uma polémica, o autor dos comentários sôbre o litígio, nos forneceu ótimo subsídio...

Geografia dos rios Sertão, Glória e Mampituba — O Sertão nasce a NE do município de S.-Francisco-de-Paula, distrito de Campo-Bom, com o nome de rio Bonito. Desce do sul do planalto da serra da Pedra e depois de ter recebido o arroio do Leão toma o nome de rio do Braço e quando recebe o arroio da Cachoeira finalmente toma o nome de rio Sertão. Corre de NO-SE e tem uma extensão de 70 km. dos quais apenas os últimos 30 kms. são navegáveis ⁽²⁾. O rio da Glória nasce entre os rios Santana e Camisas em Campo-Bom, município de S.-Francisco-de-Paula, com o nome de arroio das Perdizes. Ao descer a serra entre as bôcas da serra do Cavalinho e do Fachinal forma uma linda cascata de mais de 100 metros de altura. É denominado rio da Esperança assim que recebe, à margem esquerda, o arroio do Boi e quando na margem direita, logo abaixo, recebe o arroio da Roça da Estância toma o nome de Praia-Grande. Depois muda para o nome de rio Verde e abaixo da barra do rio Monteiro tem, então, o nome de rio Glória. Tem o comprimento de 80 kms. sendo navegáveis os últimos 13 ⁽³⁾. “Rio Mampituba — mede 18 e meio quilômetros desde a junção do rio Sertão e Glória. Junção esta que deu origem ao Mampituba (mandi — peixe e tuba —

(2) “O curso superior do Rio Sertão não é o arroio “Bonito”, porém o “Leão” que toma o nome de Rio do Braço após receber à sua margem esquerda o arroio “Bonito”. Rivalizando em volume de água, os arroios Leão e Bonito, cabe porém ao primeiro o direito de ser considerado o continuador do Rio do Braço, por ser êle que, visivelmente, mantém o rumo geral dêste último, ao qual cabe por sua vez, pelos mesmos motivos, a primazia de ser considerado o curso superior do Sertão. Não é também com o “Arroio da Cachoeira” que o rio do Braço forma o Sertão, porém sim com o “Rio Canoa” — sendo o Cachoeira apenas um afluente do Canoa” (B. H. — Réplica cit.).

(3) “O arroio “das Perdizes” não forma o curso superior do Glória. Esse curso é porém formado pelo arroio “Josaphat”, cujas nascentes ficam nos “Campos de Jordão” (Rincão do Campo dos Negros), também no município de São-Francisco, porém cerca de 20 quilômetros ao sul das cabeceiras do arroio das Perdizes. Aquele arroio, após ter descido a serra, tomá o nome de arroio “da Roça da Estância”, que por sua vez, após se lhe juntar do arroio “da Esperança”, toma o nome da “Praia Grande”, para mais adiante receber o de “Rio Verde” e além o de “Glória”. O

muto, etim. de Vieira da Rosa ou mã-pituba, coisa arejada na etim. de Teodoro Sampaio). Corre até a foz da sanga da Madeira no sentido de O-E e daí até o passo das Tórres para SE voltando depois à primitiva direção. A barra é muito estreita. Tem de 4 a 5 metros e às vezes recha completamente. A profundidade do Mampituba é variável: no lugar denominado Potreiro tem 1,5 e na barra Glória tem 5 mts. A largura é de 60 mts. (4) Tem apenas dois afluentes: um na margem esquerda, a sanga da Madeira e à margem direita a Sanga da Água-Boa (5).

Demarcação oficial dos limites — “Antes de tudo deve salientar-se o fato que para todo o trecho da divisa que do Pelotas vai ao Oceano, não se sabe de decisão alguma das autoridades competentes que a tenha legalmente estabelecido” (Geraldo Pauwels na sua ob. cit 1737) — Fundado o

arroio Esperança, acima citado, é portanto um afluente do curso superior do Rio Glória, e não o próprio curso deste. É ele formado pela junção do arroio do “Boi” e do arroio das Perdizes (também chamado “do Taím-bêzinho”, nome da cascata que ele forma ao descer o aparado da serra, existindo ainda dúvida qual destes dois arroios deve ser considerado como sendo o curso superior do Esperança” (B. H. — Réplica cit.).

(4) “O Rio Mampituba na sua barra tem usualmente a largura de 50 a 60 metros e a profundidade de 2,50 a 3,00 metros, profundidade esta que abaixa para 1,50 metro e menos, logo após o alargamento da sua foz, já sob a influência da rebentação do mar. É verdade que a sua barra é variável, mas não é este porém um fenômeno permanente, isto é, a sua barra não está em constante movimento, mantém-se porém, às vezes até por anos, na mesma localização até que uma ressaca a faça romper em outro ponto, mais ao Sul, onde imediatamente retoma regular largura, que por vezes baixa a 30 ou 40 metros durante o seu novo avanço para Norte, não me constando porém ter ela algum dia baixado a 4 ou 5 metros. Quanto ao fechamento da barra anterior, este se produz sempre após a abertura da nova barra. Quanto à profundidade do rio, em seu curso inferior, não é tão pequena, assim, por exemplo, a profundidade do “Potreiro” é de 5 metros e não de 1,50” (B. H. — Réplica cit.).

(5) “Quanto aos seus afluentes, recebe ele ainda à margem direita, além da “Sanga da Água Boa”, a “Sanga da Lagoa”, sanga do desaguentamento e reguladora do nível da pequena lagoa que se acha ao pé da Villa de Tórres”. (B. H. — Réplica cit.).

presídio militar do Rio-Grande era mister que se procedesse uma demarcação, pois se separavam as terras da capitania de S.-Paulo que ficassem para o sul da vila de Laguna até os fins do domínio português. O brigadeiro José da Silva Pais que fôra nomeado para comandante fêz um detalhado relatório ao Governador do Rio-de-Janeiro mas não fêz a mínima referência aos limites quando esta medida era de tôda necessária e talvez a tivesse ocultado para que os espanhóis dela não tivessem conhecimento.

1747 — A carta Régia de 17 de julho de 1747 elevava o presídio do Rio-Grande à categoria de vila e dava como limites certos com Laguna e Curitiba. Esta ordem também não foi executada e isto se pode atribuir à falta dum govêrno civil visto que a tropa acampada no Rio-Grande tinha outras funções.

1751 — Gomes Freire de Andrade dando instruções ao ouvidor Manuel José de Faria sôbre a organização dum govêrno civil e disposições dum vilamento nem sequer falou em limites porque naturalmente julgava que estabelecida as divisas com Paranaguá não era mais necessária outra demarcação, para tôdas as terras que ficassem ao sul daquela capitania. Tanto é verdade isto que na carta que transforma a comandância militar em govêrno civil do Rio-Grande está estabelecido até o lugar em que se deverá erguer o pelourinho e nada se diz quanto aos limites.

1760 — Neste ficou a comandância do Rio-Grande completamente livre de Santa-Catarina mas isto nada alterou porquanto a administração civil dependia diretamente do Govêrno do Rio-de-Janeiro e só sob o ponto de vista militar havia algum forte interêsse mas para tal não era preciso cuidar dos limites norte da nova capitania, segundo o pensamento do próprio govêrno que apenas via no sul um ponto estratégico de defesa dos domínios portugueses e nada mais. De 1760 para cá também não houve medida alguma para tratar dos limites e apenas em 1780 a metrópole tomou providências

para fixar os limites pelo rio Pelotas. Naturalmente isto não era suficiente mas também não se falou mais embora a Capitania de Santa-Catarina fôsse, em 1807, restaurada de sua união com Rio-Grande e em 1821 quando a ouvidoria de Pôrto-Alegre foi separada da capitania de Santa-Catarina e se constituiu em ouvidoria independente.

As linhas divisórias segundo três hipóteses diversas —
A resultante dêste descaso oficial pelos nossos limites foi estabelecer a mais absoluta confusão quanto a verdadeira linha divisória e temos assim três correntes diferentes. Alguns, como Lucas Boiteux, Pereira Pinto e Correa Pinto, defendem o ponto seguinte: as divisas do Rio-Grande devem ser pelo rio Tramandaí mas “esta solução é històricamente mal fundamentada, pois a carta de Correa Pinto (documento que os escritores catarinenses citam como decisivo) não merece fé alguma e mesmo se merecesse e se as pretensas demarcações de Silva Pais (Brigadeiro governador que dividiu Santa-Catarina do Rio-Grande) e de Faria (então ouvidor da capitania sulina) fôssem realidade, nem assim a questão estaria decidida porque estas delimitações seriam anteriores à fundação da comandância do Rio-Grande, de cujos limites se trata; à declaração de Pereira Pinto, porém, é simples afirmação que sôbre ser isolada, não aduz nem razão nem motivo algum”. (Memória cit.). A segunda hipótese: limite pelo rio Araranguá. Geograficamente seria a divisa mais natural do Rio-Grande e José de Saldanha na sua “Descrição da capitania do Rio-Grande-de-S.-Pedro-do-Sul”, Visconde de S. Leopoldo nos seus “Anais da Província de S.-Pedro e o General Andréa, governador de Santa-Catarina, nas “Observações” sôbre a “Memória” de Jerônimo Coelho são unânimes em afirmar que o Rio-Grande é limitado ao N. pelo rio Araranguá, mas quanto à verdade histórica deixaremos para um outro estudo visto a presente crônica não abordar diretamente o caso mas sim a terceira hipótese, isto é, aquela que marca os limites do Rio-Grande-do-Sul pelo rio Mampituba, que parece ser a mais verdadeira não só pela tradição como pelos documentos. “Extrato da Ilha de Santa-Catarina, seu continente e mais partes

dependentes daquele governo; cuja notícia se dá ao sr. Governador Francisco de Sousa de Menezes” é o trabalho mais antigo e mais interessante que se conhece e que marca a linha divisória do sul de Santa-Catarina pelo rio Mampituba. Quando ao tempo a memória foi escrita 5 anos depois da separação do Rio-Grande, 8 anos depois de o mesmo Sousa de Menezes se lembrar da divisa pelo Tramandaí”. “Portanto se nesta memória o Mampituba é indicado, sem ressalva, de espécie alguma, como divisa, é forçoso admitir que em 1765 era aceito e observado o limite pelo álveo dêste rio, antes que Sousa de Menezes reclamasse o litoral até o Tramandaí, antes que o governo rio-grandense estendesse sua competência até o Aranguá. Por outra, o documento mais antigo sôbre a linha divisoriamente o Rio-Grande e Santa-Catarina, coloca-a no rio Mampituba”. Sebastião Francisco Betâmio, em 1780 na sua “Notícia particular do Continente do Rio-Grande-do-Sul” dá o rio Mampituba como linha divisória do N. do nosso Estado. João Alberto de Miranda Ribeiro, governador de Santa-Catarina, em 1793, num rápido relatório fala dos limites pelo rio Mampituba. Paulo José Miguel de Brito escreveu uma Memória Política em 1816 que não só tem importância pela época, pois neste decênio o sul do Brasil passou por grandes modificações como também pela afirmação categórica com que escreve sôbre os limites pelo rio Mampituba. Pouco mais tarde aparece a “Corografia Brasílica” de Aires de Casal que também cita o Mampituba como linha divisória entre as duas capitanias. Dois outros documentos desta época também afirmam tal limite. Estes documentos são: uma petição de Antônio Mendes de Carvalho e uma “Memória Histórica da Província de Santa-Catarina, relativa às pessoas que a tem governado”. Agora temos a seguinte conclusão que o motivo dêste pequeno ensaio histórico, sendo o Mampituba formado pelo Glória e Sertão é evidente que a linha divisória pelo próprio Mampituba deve começar pelo rio Sertão (°).

(°) O material das notas juxtapõem-se ao texto original do estudo. O nosso ensaio foi publicado em partes, diversos artigos o completam e,

A verdadeira linha divisória é pelo rio Sertão — Quando afirmamos que a linha divisória deve começar pelo rio Sertão partimos de grandes autores e também do princípio que o Sertão é um rio de importância, que não se pode tê-lo como um mero acidente hidrográfico e parece portanto que merece uma apreciação mais digna. A questão embora não seja tão velha já em 1907 Krohberger no seu mapa de Santa-Catarina dá a linha divisória pelo rio Sertão e até 1911, mais ou menos, todos os autores, alguns mais antigos até, falam do Sertão como divisa. Salienta-se que todos estes autores são respeitabilíssimos.

Se entrar em detalhes históricos da questão vamos finalizar citando o nosso autor: “As conclusões práticas que se devem tirar são as seguintes: 1.º) O Sertão é rio no próprio sentido da palavra, não obstante sua comunicação com o Glória, por meio dum furo entre êste e o Canoas, a qual é apenas um dos vários casos de espichamento dum curso por outro; 2.º) O Sertão, se o não foi sempre, pelo menos atualmente é um curso mais importante do que o Glória, sendo que êste, mais tempo menos tempo está condenado a notável atrofia-mento, a não ser que haja intervenção da mão do homem, o que não é provável nem talvez possível; 3.º) Embora pelo mesmo motivo num futuro remoto o atual Alto-Glória venha constituir parte do Sertão, êste todavia tem seu curso superior no rio do Branco e sua continuação; 4.º) Por isto e pelos motivos expostos em outro lugar (O ponto principal, porém, de ataque contra o limite pelo Sertão, é a natureza dêste rio, pois afirma-se que na realidade nem é rio, segundo o general Vieira da Rosa, acatado historiador) antes o Sertão constitue o prolongamento principal do Mampituba e deve ser fixado definitivamente como divisa entre os estados do Rio-Grande-do-Sul e Santa-Catarina e depois: “Em suma; quanto ao limite pelo Mampituba não obstante a não exis-

como em todo o trabalho seriado, não faltam repetições, alterações, etc. mas o essencial era deixar a investigação como ela apareceu no seu tempo.

tência de qualquer demarcação legal, Santa-Catarina pode evocar o fato do convênio de 1805, seguido duma posse pacífica de mais de cem anos, a situação é bem diferente no que diz respeito à divisa pelo Glória. Sua legitimidade depende integralmente da opinião dêste rio ser a verdadeira ou pelo menos a principal continuação do Mampituba, suposição esta que de modo algum se pode dizer que corresponda à realidade, antes pelo contrário, julgamos que pelos motivos expostos a primazia cabe ao Sertão, de modo, que êste como o mesmo direito que o Mampituba deve ser reconhecido como limite entre os dois estados”.

Territórios litigiosos — a) Entre os rios Glória e Sertão, rios que formam o Mampituba. b) Entre os rios Pelotas e Contas e os taimbés da Serra-Geral. c) Entre o Mampituba e Araranguá. Podemos classificar estes territórios entre as zonas litigiosas de caráter puramente histórico e geográfico porque existem mais duas faixas de terras, que têm apenas um caráter de litígio administrativo apenas sancionadas por um vulgaríssimo êrro político. Estes outros territórios são: a) Entre os rios Mampituba e Tramandaí e b) Entre os rios Touros e Contas.

As nossas razões históricas — A primeira zona litigiosa compreende o distrito de Praia Grande e é esta que fica entre os rios Glória e Sertão. Já nos referimos aos autores mais acatados (e não são poucos, pelo contrário, ultrapassam a trinta) que dão como verdadeiro os limites do Rio-Grande-do-Sul pelo Sertão. Esta afirmativa dos tratadistas é sustentada pelos cartógrafos de três séculos. Vieira da Rosa, que é um dos mais apreciáveis historiadores e geógrafos do Brasil caiu em êrro quando disse que a questão litigiosa estava definitivamente resolvida pelo rio Glória, pois o Sertão não tinha a menor importância hidrográfica. Geraldo Pauwels na sua preciosa memória: “Descrição geográfica e histórica da divisa litigiosa entre os Estados do Rio-Grande-do-Sul e Santa-Catarina”, refuta as considerações de Vieira da Rosa baseando-se nos mais modernos conceitos da ciência geográfica con-

temporânea. O rio Glória está condenado a desaparecer e o Sertão que é o verdadeiro berço do Mampituba permanecerá indestrutível e os limites naturais só poderão ser por êste mesmo Sertão. A segunda zona litigiosa: entre os rios Contas e Pelotas e os taimbés da Serra-Geral mereceu do maior estudioso da questão os seguintes comentários: No planalto o Rio-Grande-do-Sul foi despojado dum extenso território, em consequência da fundação de Lages, tendo sido, porém, fixado posteriormente o limite legal pelo Pelotas, mas até as cabeceiras dêle; a divisa desde então observada, a do rio das Contas, foi dolosa e clandestinamente introduzida por Correa Pinto (intrépido e arbitrário bandeirante paulista, que foi um dos primeiros povoadores do nosso planalto noroeste por onde abriu caminhos e demarcou campos e limites), e por isso ilegal. O limite no trecho intermediário, embora nunca explicitamente demarcado pela autoridade competente, foi desde princípio e continua ainda pela linha dos taimbés da Serra-Geral, de acôrdo com a praxe sempre seguida nas delimitações das unidades administrativas no sul do Brasil; a reta que aparece em mapas e livros, é produto espúrio de autores modernos e não tem nenhuma razão de ser. Exposto isto podemos concluir: 1.º — que prontamente e sem dificuldade pode ser reconhecido como limite definitivo o Mampituba e a linha dos taimbés; 2.º — que depende de ulteriores negociações verificar qual dos dois galhos do Mampituba deve constituir divisa, e se o Rio-Grande quer abrir mão do título legal que possui quanto ao território, situado entre os rios Pelotas e Contas e os taimbés da Serra, aceitando como limite definitivo o último dêstes rios; em ambos os casos deve ser determinada uma linha para ligar a respectiva nascente à linha dos taimbés” (Mem. cit.). A terceira zona litigiosa está compreendida entre os rios Mampituba e Araranguá. José Saldanha engenheiro da Comissão de demarcação de limites de 1783 e mais tarde segundo governador das Missões foi o autor da primeira descrição geográfica de Santa-Catarina e isto provavelmente em 1807. “A capitania do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul está situada entre as latitudes austrais da Amé-

rica meridional, contadas na costa do Mar de $28^{\circ} 53' \frac{1}{2}$ e de 33° exatos desde a Barra do Rio-Araranguá que separa para o Norte as Jurisdições pertencentes ao Govêrno da Ilha de Santa-Catarina, até o lugar do Marco Português, erigido na mesmo Costa do Mar em 1784..." Tão precioso documento existe apenas em manuscrito no arquivo particular do general Corrêa Câmara em Pôrto-Alegre e transcrito, pela primeira vez, na substanciosa Memória de Geraldo Pauwels, que nos temos referido insistentemente por ser o trabalho de maior valia neste assunto (¹). José de Saldanha era português e um técnico completamente insuspeito, daí a importância que se deve dar à sua notícia. Em 1842 o general Andréa, chefe do Imperial Corpo de Engenheiros, fazendo algumas "observações" em tôrno da "Memória" do tenente coronel Jerônimo Coelho diz, segundo Silva Mafra, o seguinte: "E não é êste negócio a desprezar; antes muito conveniente será que se marque distintamente uma linha divisória, desde um ponto na praia, a foz do Araranguá, por exemplo, e seguindo êste rio, subir a serra e procurar o galho mais notável do Pelotas". Finalmente o Visconde de S. Leopoldo nos seus célebres "Anais" apresenta cinco fatores decisivos do domínio do Rio-Grande-do-Sul naquela zona litigiosa: "1.º — Até 1805 a jurisdição rio-grandense se estendia até o Araranguá, de fato pelo menos; 2.º — Foi por convenções particulares, naturalmente entre os governos das duas capitanias, que o limite setentrional do Rio-Grande foi fixado pelo Mampituba; 3.º — Não obstante as passagens dos rios Araranguá, Mampituba e Tramandaí ainda em 1810 eram arrematadas em Pôrto-Alegre; 4.º — A última guarda catarinense ficou estacionada sôbre o Araranguá ainda depois da nova delimitação, onde, segundo diz o autor, estava ainda hoje; 5.º — Conseqüência disso foi originar entre os rios Mampituba e Araranguá uma espécie de terreno neutro cujos habitantes não sabiam a que jurisdição per-

(¹) Os dados geográficos que aparecem em notas foram colhidos do relatório de serviço de 1918 a 1922 da comissão de estudos do canal de Pôrto-Alegre-Tôrres, divulgados pelo citado autor do artigo em resposta às nossas pesquisas.

tenciam”. Resta portanto solucionar apenas um caso de direito. As outras duas faixas de terras que faltam apreciar são: primeira — entre os rios Mampituba e Tramandaí — que carece de fundamento histórico para se afirmar que pertence a Santa-Catarina como estuda o historiador Lucas Alexandre Boiteux esquecendo-se que a ordem de arrematar os passos dos rios Araranguá e Tramandaí, dada por Silva Pais à câmara de Laguna é de 1737 e tôdas as concessões de sesmarias, feitas pela mesma câmara, datam dos anos de 1738 a 1741 e destas concessões se provaria que os limites de Santa-Catarina iriam até o canal do Rio-Grande. “Da mesma forma, aliás, poderia ser demonstrado que o território em questão pertence a São-Paulo, por ter o governador, conde de Sarzedos, concedido nêles sesmarias nos anos de 1735-37”. Ora evocar documentos duma época em que estes territórios pertenciam à Capitania de S.-Paulo e mais tarde à Comandância de Santa-Catarina que exercia sua competência até os “montes que desaguardam para a Lagoa Imirim” (hoje Mirim) é um erro histórico absolutamente imperdoável. Quando em 1771 o marquês de Lavradio, então vice-rei do Brasil, ordenou que as passagens pelos rios Mampituba, Araranguá e Tramandaí fôsem arrematadas pelo governador do Rio-Grande a Câmara de Laguna protestou enèrgicamente. E com referência à carta de Corrêa Pinto, fundador de Lages é cheia de falsidade pelas razões que são bem conhecidas, pois êste explorador do nosso interior estava de luta aberta com o Rio-Grande por interêsses comerciais. Numa velha trama em que andaram envolvidos o sertanista, Silva Pais e Sousa Menezes vê-se fàcilmente que se procura defender a todo transe fortunas particulares. Esta questão vem completamente estudada e esclarecida na opulenta memória que temos citado. E a segunda faixa do território em exposição é aquela que fica entre os rios Touros e Contas. Trecho atravessado pelos paulistas e portanto que tem uma história mais esclarecida dadas as pesquisas frutíferas que se conhecem realizado para estabelecer-se os caminhos dos nossos primeiros povoadores e não resta a menor dúvida que o Rio-Grande prejudicado desde 1773 foi lesado

sem aperceber-se. Consultando os autores temos no “Resumo da Corografia de Santa-Catarina” de 1906 a divisa exata pelo Touros-Contas-Pelotas e José Boiteux, 1904, pelo Touros-Barrocas-Pelotas. José Maria de Lacerda é pelo Barroca-Touros-Pelotas. Joaquim Macedo e Alfredo Moreira Pinto são pela divisa por Barroca-Touros-Pelotas e Cerquinha. João José Coutinho, Cândido Mendes de Almeida, Lucas Boiteux, Thiers Fleming e Mário da Veiga Cabral são pelo Barrocas-Touros-Cerquinha e Pelotas.

Um incidente característico — A zona litigiosa mais discutida é esta que fica entre os rios Sertão e Glória. Mais discutida no sentido de ter apaixonado as administrações municipais dos territórios e as suas respectivas populações ⁽⁸⁾.

Num estudo sintético provamos com todos os argumentos históricos e geográficos mais valiosos possíveis que estas poses pertenciam de direito ao Rio-Grande-do-Sul e para tal nos firmávamos em autores reputadíssimos como João José Coutinho, Cândido Mendes de Almeida, Joaquim Manuel de Macedo, Alfredo Nogueira, Alfredo Varela, José Boiteux, José Vieira da Rosa, “Resumo da Corografia e Santa - Catarina”, Alfredo Moreira Pinto, Henrique Martins, Feliciano Pinheiro Bitencourt, Otávio Augusto de Faria, J. M. de Lacerda, Thiers Fleming, Mário da Veiga Cabral e F. Briguet. Apenas encontramos dois autores, Lucas Boiteux e José Vieira da Rosa, que marcam as nossas linhas divisórias pelo rio Glória.

Na mensagem que o governador do Estado de Santa-Catarina apresentou, em 14 de agosto de 1916, ao Congresso Representativo faz menção de diversas tentativas das autoridades

⁽⁸⁾ “...O Praia Grande, hoje não mais está ligado ao Rio Verde, porém sim ao Canoa. Em 1915, em consequência de uma grande enchente, e devido ao caráter permeável do solo, o Rio Praia Grande, que ao tomar o nome de Rio Verde, corria a uma pequena distância do Rio Canoa, rompeu a faixa de terreno que o separava d’este último, e passou a ser tributário do mesmo, cortando-se completamente a sua ligação com o Rio Verde, fato que ainda hoje perdura, mas que fácil seria remover, fazendo-se voltar a situação antiga” (B. H. — Réplica cit.).

de Tôrres no sentido de exercerem jurisdição no território entre os rios Verde e Sertão pelo simples fato de aqueles rios terem no seu prolongamento o nome de Mampituba ou por ter figurado num mapa de Santa-Catarina de 1907 esta região como pertencente ao Rio-Grande. No relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior de 1920 pelo dr. Protásio Alves donde se extraíram as presentes notícias ainda vem uma série de comentários do mesmo governador sôbre a debatidíssima questão das nascentes naturais do Mampituba ⁽⁹⁾.

Comentários com absoluta falta de argumentação, pois nêles vêm cousas dêste teor: "Parece que tais dúvidas decorrem ou do fato de se considerar naquele Estado que o Mampituba, que só conserva êste nome em uma pequena extensão de seu baixo curso, tem o seu prolongamento natural no afluente da margem norte, denominado Sertão, ou da circunstância de se haver erroneamente, feito figurar em um mapa de Santa-Catarina impresso em 1907, êste último rio como limite sul dêste com aquele Estado por sua zona litorânea. O que é certo, porém, é que tanto o rio Sertão como os demais que afluem pelas margens direita e esquerda do Mampituba e Verde, não são rios que tenham as suas cabeceiras na Serra-Geral e sim em lagoas formadas abaixo desta, é que sòmente o rio Verde é dos galhos do Mampituba, o único que se prolonga com maior curso na mesma direção geral leste-oeste dêste último por entre contrafortes da Serra-Geral até grande altura desta serra". Estudaria a superioridade hidrográfica do Sertão, que repetimos, mais uma vez,

⁽⁹⁾ "...e ter sido, aliás erroneamente, admitido ser o Rio Glória o curso superior do Mampituba, baseado certamente, no maior volume de água que apresenta aquele sôbre o rio Sertão, na sua confluência com êste. Considerando porém não ser o volume de água o fator preponderante na classificação do curso superior de um rio, porém sim, o rumo que tem êste curso em relação ao rumo geral do tronco, isto é, dever-se considerar como sendo o curso superior de um rio aquele que menos se afastar do rumo geral do tronco, cabe ao Rio Sertão o direito de ser considerado o verdadeiro curso superior do Mampituba, sendo sensível a diferença angular entre os rumos Mampituba-Glória e Mampituba-Sertão, a favor do último" (B. H.— Réplica cit.).

é a nascente natural do Mampituba, são desnecessários maiores comentários. Em 18 de novembro de 1915 o general Salvador Pinheiro Machado, no exercício da presidência do Rio-Grande telegrafava ao governador de Santa-Catarina solicitando-lhe intervenção afim de cessar algumas irregularidades, pois a Coletoria de Araranguá estava cobrando impostos no distrito da Glória, pertencente ao nosso município de Tôrres. Ao mesmo tempo dêstes acontecimentos o governador daquele Estado vizinho reclamava contra “as autoridades rio-grandenses que tentavam exercer jurisdição policial e judiciária no 2.º distrito do município de Araranguá tendo ainda publicado editais intimando os moradores a pagarem impostos em Tôrres”. O superintendente de Araranguá informou, então, em resposta as consultas do govêrno que a lei provincial n.º 272, de 4 de maio de 1848 estabelecera os limites da freguesia de Araranguá pelo rio Mampituba e que os habitantes desta região eram jurados e exerciam cargos policiais catarinenses em 1880 quando se “elevou à freguesia ainda se respeitou o limite”. Trocados vários telegramas ficou resolvido que a situação seria apreciada pelo Congresso Nacional enquanto isto se mantinha “statu quo” a parte contestada, embora ainda ficasse sob a competência de Santa-Catarina. Por lei n.º 1.768, de 29 de março de 1883 Joaquim Galdino Pimentel, presidente da Província do Rio-Grande-do-Sul, dividiu em dous distritos de paz o então distrito da freguesia de S.-Domingos-das-Tôrres. Mas uma medida administrativa do nosso govêrno, que em 22 de novembro de 1890 alterou as divisas policiais do têrmo de S.-Domingos-das-Tôrres, e nada mais se tentou fazer para solucionar-se o caso a não ser um memorial que em 29 de junho de 1884 a Câmara de Tôrres “convencida de que a Província de Santa-Catarina estava de posse ilegítima de importante zona de Tôrres dirigiu um memorial à Assembléia Geral “solicitando a descriminação dos respectivos limites territoriais”. Agitada assim a questão ela ainda não teve solução ⁽¹⁰⁾.

(10) A Constituição Brasileira, nas suas Disposições Transitórias, art. 13, estabeleceu normas sôbre as questões de limites interestaduais.

O município de Tórres e o problema econômico da Praia Grande — A Praia Grande é a região que fica entre os rios Glória e Sertão. Justamente na zona litigiosa. Tem uma importante posição comercial, agrícola e industrial. Toda a sua produção escoia por Tórres porque esta região da serra é o único mercado da Praia Grande. Bom Jesús, S.-Fran-

É o seguinte o texto do art. 13:

Dentro de cinco anos, contados da vigência desta Constituição, deverão os Estados resolver as suas questões de limites, mediante acôrdo direto ou arbitramento.

§ 1.º — Findo o prazo e não resolvidas as questões, o Presidente da República convidará os Estados interessados a indicarem árbitros, e se estes não chegarem a acôrdo na escolha do desempatador, cada Estado indicará Ministros da Côrte Suprema em número correspondente à maioria absoluta dessa Côrte, fazendo-se sorteio dentro os indicados.

§ 2.º — Recusado o arbitramento, o Presidente da República nomeará uma comissão especial para o estudo e a decisão de cada uma das questões, fixando normas de processo que assegurem aos interessados a produção de provas e alegações.

§ 3.º — As comissões decidirão afinal, sem mais recurso, sobre os limites controvertidos, fazendo-se a demarcação pelo Serviço Geográfico do Exército.

Desta maneira, até 16 de julho de 1939, as questões de limites deverão ser solucionadas por acôrdo direto ou arbitramento, por processo judicial perante a Côrte Suprema, a quem cabe, também, tomar conhecimento das incursões, outro lado originado pelo litígio.

Passados os cinco anos que trata a Constituição, isto é, depois de 16 de julho de 1939, as questões de limites serão resolvidas pelas maneiras ditas nos parágrafos do artigo aqui mencionado.

“As decisões das Comissões, nos casos do § 3.º, são **irrecorríveis**: trata-se de um ato judicial, que se pratica em virtude de poder conferido pelo Povo aos nomeados pelo Presidente da República, de 17 de julho de 1939 em diante, poder que as leis não podem modificar.

As normas de processo, a que as Comissões devem adstringir-se, são fixadas, isto é, editadas, pelo Presidente da República. O poder legislativo federal não tem qualquer ingerência; a *fortiori*, o poder legislativo estadual. É preciso porém, e aqui cabe o **judicial control**, que as normas estabelecidas pelo Presidente da República assegurem aos interessados a produção de provas e de alegações.

É de notar-se que a Constituição, com o art. 13 das Disposições Transitorias, excluiu qualquer atribuição do poder legislativo a faculdade de

cisco e Caxias são compradores das produções de Praia Grande. Não se trata, como pode parecer a primeira vista, um fenômeno vulgar de intercâmbio porque neste caso os nossos municípios entrariam com suas produções por ali mas Santa-Catarina abastece-se pelo norte de seu Estado e Praia Grande tem super-produção proveniente da falta de transporte. As estradas mais próximas e mesmo boas são as do município de Tôrres mas onerava o produto com a taxa de exportação, prejudicando assim o mercado de Praia Grande. Aproveitando a situação revolucionária de 1930 do Brasil a população e todos os interessados de Praia Grande resol-

votar leis para a execução da Constituição. Trata-se de regras **self-executing**" (Pontes de Miranda — "Comentários à Constituição da República dos E. U. do Brasil" — Tomo II — pág. 583-84).

A Constituição Federal ainda diz que "os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outros ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas em duas legislaturas sucessivas e aprovação por lei federal. (Art. 14).

Competindo exclusivamente ao Senado como a iniciativa de tais leis que interessam determinadamente a um ou mais Estados (Art. 41 § 3.º) uma vez que agora se procurou dar ao Senado atribuições naquilo que mais diretamente interessa aos Estados ao passo que pela Constituição de 1891 o Senado colaborava na votação de tôdas as leis, no momento sua ação é bastante restrita. (Araújo Castro — "A Nova Constituição Brasileira" — pág. 314 not. 6).

A Constituição Estadual de 29 de junho de 1935, no art. 11 de suas Disposições Transitórias, adotou idênticas normas da carta federal para a solução das questões de limites intermunicipais.

Restringiu-se a nossa lei básica em transportar para os casos municipais os itinerários propostos para os Estados, segundo a carta federal e fez ligeiras alterações que se exigiam. Assim ao em vez da demarcação pelo Serviço Geográfico do Exército; de acôrdo com o laudo, a Secretaria das Obras Públicas lhes fará a demarcação, além de outras modificações conforme a técnica dos poderes.

Quando, no art. 2, da vigente Constituição Estadual, atende-se sobre o território, reza o seguinte: "O território do Estado divide-se em municípios e continua a ser o da antiga província de S.-Pedro-do-Rio-Grande-

veram tomar uma atitude definitiva. Se em 1884 era Tôrres que reclamava, em memorial, o domínio da Praia Grande, em 1931 Praia Grande, também em memorial pedia anexação de seu território ao município de Tôrres ⁽¹¹⁾.

do-Sul, salvo modificações estabelecidas com expresse consentimento dos órgãos competentes”.

“Não acolheu a Comissão Constitucional a emenda (I) n.º 92 — Camilo Martins Costa, que mandava suprimir a referência à antiga Província do Rio-Grande-do-Sul, e, assim justificada: — Compreende-se que a anterior Constituição de 14 de julho de 1891, atendendo ao elemento histórico, se tivesse reportado à antiga Província do Rio-Grande-do-Sul. O passado histórico imediato é o Estado. Óbvio, portanto, é que a determinação do território seja feita sob referência à situação imediatamente anterior” (Maurício Cardoso — Constituição do Estado do Rio-Grande-do-Sul — pág. 10).

(11) — Diante dos incidentes verificados na zona litigiosa, foi, ainda no ano de 1931, entre o Rio-Grande e Santa-Catarina, assignado um protocolo cujo cumprimento parece desconhecido. Tomou parte nos trabalhos da comissão mixta, então, organizada, o sr. Othelo Rosa, brilhante historiador patricio, que, pelo nosso Estado, defendeu o ponto de vista do Rio-Grande.

Fortificações do Rio Grande do Sul

por ANÍBAL AMORIM

SUMÁRIO — O Rio Grande do Sul e a pequena valia das suas obras de defesa fixa — O general Silva Pais e as primeiras fortificações que ali se levantaram — Seu objetivo — O general Vertiz ataca a cidade do Rio Grande — Seus entrincheiramentos — As obras de 1836 que os Farrapos nela construíram — Defesa de São José do Norte — Iniciativa do governador Marcelino de Figueiredo — Atitude dos farroupilhas — Defesa de Itaqui — Os dois fortins da cidade, à margem do rio Uruguai — Defesa de Jaguarão — Suas fortificações erguidas em 1865 — Seu objetivo — Paralisação delas em 1867, por ordem do governo imperial — O que ali fez o general Andréa — Defesa de Bagé — Medidas do governo brasileiro, durante a guerra com o Paraguai, no tocante à defesa do Rio Grande — Defesa de Santana do Livramento — Construção dos três redutos dessa cidade fronteiriça — A comissão Gomes Jardim de 1866 relativa ao plano da defesa desta província — Algumas idéias do seu relatório — A comissão Niemeyer de 1874, com o mesmo fim — O futuro visconde de Maracajú é nomeado para substituir o coronel Conrado Jacó de Niemeyer — Informações colhidas nos relatórios dessa comissão — A cidade de Caçapava e o projeto do capitão José Maria Pereira de Campos — Um trecho do relatório do então major, ora general, Moraes Castro — Opinião do general Ricardo Jardim — Uruguaiana — Seus entrincheiramentos, ao tempo da guerra com a Tríplice Aliança — O que ali fizeram os paraguaios em 1865 — O forte de Caxias — Notícias a seu respeito, extraídas de um relatório do Conde d'Eu — O que disse esse antigo marechal do nosso Exército — Defesa de São Gabriel — O forte Duque de Caxias nessa cidade — Sua forma — Data de sua construção — Defesa de Alegrete, por ocasião da guerra dos Farrapos — Defesa de Santo Amaro — O general Silva Pais constrói ali um fortim em 1737 — Cidade do Rio Pardo — O forte Jesus, Maria e José, que a defende — E' levantado em 1752 — Pouco tempo depois é atacado pelos índios Tapes — Defesa de Santa Maria — Os entrincheiramentos de São Martinho, erguidos em 1776 pelos espanhóis — Cidade de Porto Alegre — Suas obras de defesa estendiam-se até à Várzea — Forte de Itapoã — Sua tomada aos Farrapos pelas tropas imperiais a 23 de Agosto de 1836 — Outras fortificações menores, havidas no Rio Grande do Sul — O famoso forte de Santa Tecla, construído ao tempo da invasão espanhola no Brasil (1776).

Atenta à sua especial situação de província fronteiriça com dois países estrangeiros, o Rio Grande do Sul devera de contar um bom número de obras de defesa fixa, à semelhança do que fizeram os portugueses, com relação a outras regiões brasileiras de igual ou menor importância comercial e política.

As primeiras fortificações levantadas em território rio-grandense do sul datam de 1737, graças à iniciativa do brigadeiro José da Silva Pais. Foram elas construídas na cidade de São Pedro do Rio Grande.

Visavam defender a entrada da barra dessa cidade dos ataques que contra ela planejavam os espanhóis do Rio da Prata.

Em 1776 sofreram elas vários insultos das tropas do general Vertiz, inimigo dos portugueses estabelecidos e entrincheirados em São José do Norte.

Essas obras desapareceram com o andar dos tempos, restando apenas delas uma linha de entrincheiramento no istmo, com o fim de cobrir a cidade, do lado da campanha, a qual linha, por seu turno, foi sendo danificada pelas grandes marés naquela parte da costa meridional do país.

Em 1857 era essa fortificação considerada de segunda classe.

Em 1836, ao tempo da guerra dos Farrapos, construíram-se várias obras de defesa no Rio Grande, umas devidas às tropas legais, outras aos farroupilhas. Algumas delas apoiaram seus flancos direitos no desaguadouro da Lagoa dos Patos, e os esquerdos no saco da Mangueira.

DEFESA DE SÃO JOSE' DO NORTE

Foi fortificado em 1773 pelo governador Marcelino de Figueiredo. Compunha-se do forte de São José e de um reduto no pontal da barra, com um total de nove canhões. Ali entrincheiraram-se as tropas legais em 1840, resistindo às tropas dos rebeldes, ao mando de Bento Gonçalves e Davi Canabarro.

Outras obras foram levantadas em 1835 pelos farroupilhas, durante a guerra separatista (1835-1844), na pequena península de São José do Norte. Constavam elas de sete baterias, salientes, unidas por cortinas. Desaparecidas.

DEFESA DE ITAQUÍ

Era ela constituída por dois fortins, levantados na cidade de Itaquí, à margem do rio Uruguai. Dispunham êles de um paiol de pólvora. No seu comêço, esta obra de defesa estava sob a jurisdição do Ministério da Marinha. Desaparecida.

DEFESA DE PÔRTO ALEGRE

Compunha-se de entrincheiramentos, erguidos no pequeno istmo que lhe fica à entrada. Tinham os flancos apoiados no litoral. Eram ao todo onze baterias, com cortinas e re-deados de fossos entre a cidade e a Várzea, terminando no Guaíba.

Durante a guerra dos Farrapos, um dos feitos mais notáveis consistiu na tomada do forte de Itapoã (perto de Pôrto Alegre) pelas tropas legais ao mando do coronel Francisco Xavier da Cunha, a 23 de agosto de 1836, com o auxílio da flotilha do comandante Greenfell ⁽¹⁾. Era esta obra de defesa um obstáculo à livre navegação da Lagoa dos Patos, entre a cidade do Rio Grande e a capital da província.

Achava-se armada com alguns canhões, tendo a apoiá-la o fortim do Junco. Xavier da Cunha apoderando-se dela, fê-la arrazar imediatamente.

(1) João Pascoe Greenfell, um dos 42 oficiais ingleses, que, sob a chefia de Lord Cochrane, foram contratados por D. Pedro I, logo após a Independência à qual aderiram noventa e tantos oficiais de marinha portuguesa, em serviço no Brasil.

DEFESA DE JAGUARÃO

Em 1865 começou-se a construir uma linha contínua, rodeando a cidade de Jaguarão, com as extremidades apoiadas na margem do rio do mesmo nome, na fronteira da República Oriental do Uruguai, em frente à ex-cidade de Artigas, atualmente Rio Branco.

Motivaram o levantamento desta obra os acontecimentos do ano anterior, em que a cidade brasileira foi invadida por uma força militar uruguaia, ao mando do coronel Muñoz.

Em 1867 um delegado do governo imperial desaprovou a construção da linha contínua, por dispendiosa, fazendo sustar as respectivas obras.

Mandou, ao mesmo tempo, levantar o forte que, antes, fôra projetado e iniciado pelo general Soares de Andréa, no local denominado Cerrito, perto da cidade.

Em ruínas.

DEFESA DE BAGE'

Em 1867, em plena guerra com o Paraguai, cuidou o governo de resguardar alguns dos pontos mais importantes da província do Rio Grande do Sul.

A invasão e a ocupação de Uruguaiana pela gente de Lopes vieram abrir um pouco os olhos aos estadistas do segundo Império. O brigadeiro Ricardo Jardim, no seu relatório de inspeção do Rio Grande do Sul, em 1867, fala de quatorze obras destacadas, que naquele ano se executaram em Bagé, com o fim de cobrir a cidade e seus arredores. Esse general aprovou-as. Ainda em 1877 se achavam elas em boas condições.

Creio que só lhes restam, presentemente, as ruínas.

DEFESA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

Por sua importante posição de cidade fronteiriça com o Estado Oriental sempre mereceu ela alguma atenção da parte do governo do Império, que ali mandou construir três

redutos. São de argila meio arenosa. Um dêles tem 26 metros de frente sôbre 28 de fundo, voltando a dita frente para S.-O. A magistral tem um desenvolvimento de 108 metros.

Os outros dois redutos são de forma quadrada, tendo um dêles 29 metros de lado e o outro 31 metros. Sua construção vem de 1865.

Em 1866 o govêrno do Brasil nomeou o brigadeiro Ricardo José Gomes Jardim para examinar e dar parecer sôbre as fortificações da província do Rio Grande do Sul.

Gomes Jardim notou que tôdas as obras de fortificação se achavam suspensas, quer as permanentes da cidade do Rio Grande e Vila de Caçapava, quer as passageiras, com as de Jaguarão e Bagé. Em seu relatório êste general era de opinião que o entrincheiramento não concluído, do Rio Grande, em que já se havia despendido a soma de 480 contos, devia de ser conservado, a-pesar-da natureza arenosa do solo em que assentava. Era de mister acrescentar-lhe algumas obras, orçadas em 130 contos, com o fim de reforçar as muralhas de tijolos.

Pensava êle ainda que a linha contínua de fortificações de campanha, principiada em Jaguarão em 1865, circunscrevendo a mesma cidade e apoiando seus extremos na margem esquerda do rio- não devia de continuar. Opinava ser preferível, atento o valor da posição, que se levasse avante o projeto do general Soares de Andréa (2), isto é, da construção de uma obra permanente no logar denominado Cerrito, à pequena distância de Jaguarão, orçados os respectivos trabalhos em 350 contos. Quando às obras defensivas, mandadas construir em Bagé, afim de a pôr ao abrigo de um ataque imprevisto dos paraguaios, achava o brigadeiro Jardim que foram elas bem delineadas.

(2) Refiro-me a José da Vitória Soares de Andréa, nascido na cidade do Rio de Janeiro, a 13 de setembro de 1812, e nela falecido a 1.º de junho de 1891, reformado no posto de marechal do Exército.

Seu pai, Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava, nasceu em Lisboa a 29 de janeiro de 1781 e faleceu na vila de São José do Norte a 2 de outubro de 1856, tendo sido reformado no posto de marechal, por decreto de 17 de fevereiro de 1852.

Em 1868 já havia em Bagé quatorze dessas obras de caráter passageiro.

Com relação ao forte hexagonal da vila de Caçapava, já se achava concluída em 1867 a muralha da escarpa. Para terminação dêsse trabalho pedia o crédito de 285 contos.

Além dêsse forte, levou-se a efeito, a construção de algumas fortificações de campanha, nelas gastando-se 77 contos.

No citado relatório refere também o mesmo general que no Arsenal de Guerra de Pôrto Alegre não havia artilharia em bom estado para armamento das fortificações da província.

Em 1874 seguiu para o Rio Grande do Sul, por ordem do governo, o tenente-coronel Conrado Jacó de Niemeyer, incumbido de fortificar os seus principais pontos estratégicos, bem como estudar o plano geral de defesa do extremo sul do país.

Como se vê, só depois de terminada a guerra com o Paraguai é que os nossos estadistas se lembraram de fortificar, devidamente, uma das regiões mais importantes do Brasil, sob o tríplice aspecto militar, comercial e político.

Em 1876 foi o tenente-coronel Niemeyer dispensado dessa comissão, sendo nomeado para o substituir o coronel Barão de Maracajú, o qual, pouco depois, foi designado para chefiar a comissão demarcadora dos nossos limites com a Bolívia, ficando porisso, as fortificações do Rio Grande do Sul a cargo do major Ernesto Augusto da Cunha Matos.

Quanto às fortificações de Uruguaiana, foram elas concluídas e armadas em 1877.

A comissão de 1865, nomeada para elaborar um plano de defesa das nossas fronteiras meridionais, levantou em torno de Uruguaiana uma série de pequenas fortificações passageiras, que já em 1886 eram consideradas em ruínas, delas ainda existindo nessa data algumas lunetas e duas fle-xas, com os maciços mais ou menos cobertos pela vegetação,

estando os seus fossos entulhados. A câmara municipal da cidade de Uruguaiana obteve concessão para demolir essas obras. E assim desapareceram elas. Entretanto, aquela cidade fronteiriça, por sua situação topográfica, dominando as terras circunvizinhas e grande extensão do rio Uruguai, parece talhada para sede de um campo entrincheirado.

DEFESA DE CAÇAPAVA

Em 1865 projetou-se a construção de uma série de obras, tendentes a defender a cidade de Caçapava da possível invasão de forças inimigas.

A princípio ali se levantaram algumas obras destacadas, que não mereceram a aprovação do general Ricardo Jardim, inspetor das fortificações do Rio Grande do Sul.

Mandou êste general que naquela vila se construísse um forte de forma hexagonal, que devia servir de reduto. Era de alvenaria de pedra bruta. Sua altura, acima dos alicerces, media 7^m,75. O terreno em que se levantaram foi comprado a Joaquim Lourenço de Brito, em 1857, em virtude de portaria do presidente do Rio Grande, datada de 14 de dezembro de 1850. Custou 1:155\$000. Sua construção orçou pela soma de 80:789\$162.

O projeto dêste forte foi organizado pelo capitão José Maria Pereira de Campos, em 1850, sendo nesse mesmo ano iniciados os respectivos trabalhos.

Em 1900 o então major, ora general de divisão, Ildefonso Pires de Moraes Castro, apresentou um relatório acêrca desta fortificação rio-grandense do sul, relatório do qual extraíu os seguintes apontamentos:

“Ergue-se esta obra a um quilômetro da cidade, em um de seus pontos mais elevados. E’ de frente bastionada. Os seus lados extremos têm 102 metros de comprimento, formando um hexágono. As faces de cada bastião teêm 34^m,50 de comprimento. Os flancos apresentam 11^m,50; as cortinas 26^m,75.

Dêste forte sòmente os parapeitos foram concluídos, os quais são de alvenaria de pedra, com argamassa de cal e areia.

A altura da crista interior, acima do terrapleno, é de 4^m,20. A da crista exterior é de 6^m,70, com relação ao plano horizontal correspondente ao pé do talude exterior. Em tôda a sua extensão, o parapeito apresenta a mesma altura." Mais adiante acrescenta o general Moraes Castro:

"De duas de suas cortinas e da parte dos respectivos flancos, as muralhas foram apenas levantadas à altura do terrapleno, achando-se outra (a que dá entrada par o forte) completamente aberta. As demais, assim como os flancos e faces, acham-se na altura geral ou comum da linha de fogo. Além das muralhas ou parapeitos, nenhuma outra obra foi começada no forte (interna ou externamente). Nem mesmo os fossos foram abertos. Os materiais, pedra, cal e areia, e a mão de obra empregados neste forte, são de primeira qualidade."

Segundo esta descrição, o forte de Caçapava, que ficou inacabado, deve achar-se ainda em bom estado de conservação, a-pesar-de começado há cêrca de 70 anos, e de haver ficado em abandono, desde aquela data. A alvenaria alí empregada avaliou-se em perto de 7 mil metros cúbicos. A área do polígono externo do forte é de 27 mil metros quadrados. A área interna é de 18 mil metros quadrados (3).

O relatório da Guerra de 1860 diz que o govêrno imperial julgava preciso um crédito de 140 contos para a prosseguimento das fortificações de Caçapava e da cidade do Rio Grande, segundo o parecer do general Alcântara Bellegarde, que também propôs se construissem 12 quartéis naquela província meridional, orçando tôdas as despesas em 3.340 contos.

Em 1866 mandou-se proceder a alguns reparos nas fortificações de Caçapava, Jaguarão, Bagé, Rio Grande, São Borja e Itaqui.

(3) Informações oficiais da 7.^a região militar ao Inspetor Geral das Fortificações da República, em data de 6 de novembro de 1915.

DEFESA DE URUGUAIANA

Situada à margem esquerda do rio Uruguai, na fronteira com a República Argentina, esta cidade mereceu alguns olhares do governo do Império, que ali, após a invasão paraguaia, fez construir alguns entrincheiramentos, de terra, dispostos em duas linhas. A primeira era formada de lunetas, das quais ainda restam alguns vestígios. Na segunda havia duas lunetas e duas flexas.

Em agosto de 1865 os paraguaios ocuparam esta cidade e trataram de fortificá-la para melhor se defenderem, como se defenderam, até a capitulação de 18 de setembro do mesmo ano. Retomada pelos brasileiros, estes levantaram um forte, à margem do rio Uruguai, de alvenaria de tijolo para quatro canhões. Foram igualmente construídas algumas obras destacadas, as quais tinham por objetivo a defesa do lado oriental da cidade.

O forte Duque de Caxias, que ali se edificou, era uma pequena obra abaluartada. Ficava à margem do rio e à pouca distância do quartel.

Possuía quatro plataformas para bôcas de fogo e três paioís.

Em 1886 achava-se êle regularmente conservado. Destinava-se a impedir um desembarque dentro do seu raio de ação (Informe extraído de um relatório de inspeção do Conde d'Eu, aos estabelecimentos militares do Rio Grande do Sul, no ano de 1885, na qualidade de comandante geral de artilharia).

Diz o Conde d'Eu neste mesmo relatório:

“Em 1875 deu-se princípio à construção de três redutos destinados a garantir a cidade de Santana do Livramento, na divisão com o Estado Oriental, contra um golpe de mão a que se expõe infelizmente sua imediata proximidade da fronteira. E' sabido com efeito que a linha divisória com o Estado Oriental passa pelo meio do estreito logradouro público que separa as últimas casas de Santana da pequena povoação oriental denominada Rivera.

Êsses redutos, que ocupam os cumes das serras situadas

a leste daquele ponto e quase sôbre a linha da fronteira, estão bem situados, pois dominam perfeitamente a cidade e grande extensão do território vizinho.

São retangulares, tendo cada um o seu paiol e nos quatro ângulos plataformas para bôcas de fogo de campanha, atirando à barbeta. Infelizmente essas obras de fortificação passageira acham-se muito estragadas pela ação do tempo, tendo sido feitas em sua totalidade de terra, à exceção de uma delas que, por ter sido construída em terreno de argila muito arenosa, recebeu na escarpa um revestimento de alvenaria de pedras toscas, hoje em alguns pontos fendida e desmoronada.”

Achava o referido titular que estas obras eram insuficientes para a defesa de Santana do Livramento, completamente desprotegida do lado do norte.

Além disso, por sua exígua capacidade, cada um dos redutos não comportava mais de 180 homens de guarnição. Todavia, êsse antigo marechal do Exército, que tão notáveis serviços prestou ao Brasil na última fase da guerra contra o Paraguai, era de parecer que estas fortificações deviam ser conservadas e devidamente aproveitadas em um futuro plano de defesa da fronteira do nosso país naquelas paragens meridionais.

DEFESA DE SÃO GABRIEL

Para defesa dessa cidade levantou-se em 1842, ao tempo da guerra dos Farrapos, o forte mais tarde denominado “Duque de Caxias”. Era de forma irregular, com 600 metros de frente e 200 metros de fundo. Foi o próprio Luiz Alves de Lima e Silva quem, naquele ano, ordenou a sua construção, ao assumir o comando geral das tropas legais, no Rio Grande do Sul.

Ficava êsse forte entre a rua Coronel Soares e a antiga rua da Paz, na mesma cidade.

Em 1857 foi êle reconstruído e ampliado. O terreno para essa ampliação custou 2:000\$000.

Nessas obras gastou-se a quantia de 89:000\$000. Foi, anos depois, arrasado, levantando-se, em 1880, em seu lugar, um quartel para abrigar um batalhão de infantaria do Exército.

DEFESA DE ALEGRETE

Foi organizada, ao tempo da guerra dos Farrapos.

Em 1842 esteve esta cidade ocupada pelas forças do coronel Arruda, composta de 700 combatentes.

Daví Canabarro assaltou-a com mil e tantos homens. O comandante das forças legais, para aumentar os seus meios de defesa, fortificou-se em um outeiro, aí resistindo, por espaço de cinco dias aos ataques do inimigo.

Socorrido o coronel Arruda por um grande refôrço de tropas do Império, viu-se o chefe farroupilha obrigado a retirar-se precipitadamente.

DEFESA DE SANTO AMARO

Era constituída de um forte que o brigadeiro Silva Pais mandou levantar em 1737, à margem esquerda do rio Jacuí, no intuito de cobrir as linhas do Taquarí e do rio Pardo.

Desaparecido.

DEFESA DO RIO PARDO

Compunha-se ela do forte denominado “Jesús, Maria e José”.

Foi levantado em 1752, à margem esquerda do rio Pardo.

Em 1754 foi este forte atacado pelos índios Tapes, que não lograram sucesso. Prestou reais serviços na época da invasão dos espanhóis do Rio da Prata (1776), chefiados por D. João José de Vertiz.

DEFESA DE SANTA MARIA

Era constituída de um entrincheiramento, denominado de “São Martinho”, levantado em 1776, ano em que foi ela assaltada pelos espanhóis, e defendido pelo sargento-mor, Rafael Bandeira.

Arrasado, logo depois.

FORTE DE SANTA TECLA

E’ do tempo da invasão espanhola, no sul do Brasil (1776).

Deve-se a sua fundação a D. José de Vertiz, que depois de haver atravessado a fronteira do Rio Grande e tomado o forte do Rio Pardo, resolveu levantar o de Santa Tecla, nas margens do Rio Negro, na proximidade da foz do Piraizinho.

Construído e armado pelos espanhóis, teve, mais tarde, que render-se às fôrças de Rafael Bandeira (23 de março de 1776)). Foi então incendiado e arrasado no dia imediato.

Esta fortificação obedecia à forma pentagonal irregular, com três baluartes e dois semi-baluartes. Por algum tempo foi razão de discórdia, entre espanhóis e portugueses.



Além dessas obras de defesa, que acabamos de ver, houve ainda no Rio Grande do Sul: “Forte de São Gonçalo”, construído em 1775, à margem do rio Piratinim, na proximidade do sangradouro da Lagoa Mirim, e que se destinava à guarda de víveres da comissão de limites, ameaçada pelos indígenas da região; “Reduto de São Caetano”, situado ao norte da cidade do Rio Grande, levantado pelo governador José Custódio; “Forte de Santa Bárbara”, construído à margem do arroio dêsse nome. Guarneciam-no 500 homens de tropas regulares e alguns índios às ordens de D. Antônio Catani. Mais tarde foi êle tomado de assalto pelos paulistas, que defendiam o forte do Rio Pardo, levando para êsse tôda a artilharia e munições alí encontradas.

Em 1737 o brigadeiro Silva Pais fêz construir algumas fortificações ao sul da barra do Rio Grande, na costa do oceano, na proximidade do arroio Chuí.

Os Desdentados Fósseis Gravigrados

Carlos de Paula Couto

Os Desdentados, que formam um grupo ou ordem dos Mamíferos euterianos e que estão, há muito, em vias de extinção, foram representados, na era terciária, por formas muito mais numerosas e variadas do que atualmente, conforme se deduz pelo número de gêneros e espécies encontrado em estado fóssil.

Algumas dessas formas terciárias e também quaternárias pleistocenas ⁽¹⁾ eram gigantescas. Entre as principais citam-se os **Megaterídeos** ou Gravigrados, cujas características anatômicas ligam-nos ao atual grupo dos Bradípodos ou Preguiças, e os **Gliptodontídeos**, ligados, por certos caracteres anatômicos, aos **Dasípodos** ou Tatús atuais.

A América do Sul foi, mui provavelmente, a região do globo que alimentou os primeiros desdentados, pois, já no mais remoto eoceno ⁽¹⁾ da Patagônia, o saúdoso paleontologista argentino Fl. Ameghino descobriu o gênero **Dasypus** ou um seu

(1) Para maior facilidade no estudo da história da Terra, os geólogos dividiram a idade do nosso planeta nas seguintes eras e períodos:

Era primitiva (períodos arqueozóico e proterozóico, sem sinais de vida);

Era primária (períodos precambriano, cambriano, siluriano, devoniano, carbonífero e permiano, com criptógamos inferiores, moluscos, equinodermas, peixes, etc.);

Era secundária (períodos triássico, jurássico e cretáceo, com criptóga-

vizinho e um **Megaterídeo** de espécie indeterminada. O eoceno inferior de Sta. Cruz (Argentina) já nos forneceu fósseis de diversos tipos de Desdentados das famílias dos **Megaterídeos**, **Gliptodontídeos**, **Dasipodídeos** e até — o que é mais interessante — dos **Oricteropídeos**, cujos representantes atuais (*Orycteropus*) só são encontrados no antigo continente.

As épocas miocena e pliocena marcaram o apogeu de grupo dos Desdentados. Sem contar os outros, os Megaterídeos atingiram, com muitas de suas espécies, um tamanho gigantesco, chegando mesmo alguns a apresentarem o talhe dum Elefante atual. No período pleistoceno, êsses gigantes desaparecidos contemporanizaram com o homem primitivo americano, extinguindo-se logo após.

Os Gravigrados ou megaterídeos eram herbívoros. O seu crânio era alongado e duma largura quasi uniforme. O cérebro, pequeno. O maxilar superior era alto e forte e o inferior tinha largos ramos montantes. O número de seus dentes era variável segundo os gêneros e as espécies, chegando a 18 no *Megatherium*. Os membros eram fortes e pesados, providos de

mos superiores, fanerógamos, grandes répteis, primeiros mamíferos, etc.);

Era terciária (períodos eoceno, oligoceno, mioceno e plioceno, com mamíferos placentários, etc.);

Era quaternária (períodos pleistoceno e holoceno ou atual, com o aparecimento do Homem, que muitos consideram como terciário).

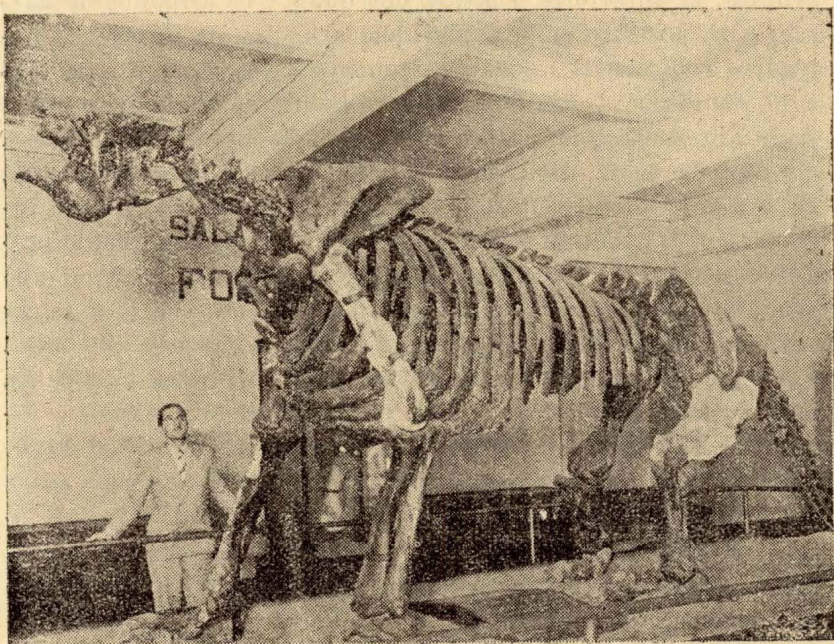
— Por esta rápida síntese, podemos notar que a vida em nosso planeta não se manifestou logo em toda sua plenitude atual; começou por ser apenas representada pelos seres mais ínfimos das escalas vegetal e animal, enriquecendo-se, pouco a pouco, com espécies novas e cada vez mais complexas, até atingir no Homem o seu ponto mais alto. Podemos supor — se nos apoiarmos nas mais modernas e arrojadas teorias transformistas — que, numa época geológica futura, o gênero humano terá desaparecido da face da Terra, como aconteceu com as antigas gerações de animais, cedendo o seu lugar a criaturas mais perfeitas ou, em outras palavras, a um super-homem. Não somos, porém, daqueles que admitem seriamente tal hipótese.

Pôrto Alegre, outubro de 1936.

A. C. M., Rua Pantaleão Teles, 1050.

Carlos de Paula Couto

garras respeitáveis. Em muitos países sul-americanos (Brasil, Argentina, Bolívia, etc.), têm sido encontrados fósseis de megaterídeos, cujos gêneros principais e mais conhecidos são: o *Megatherium*, o *Scelidotherium*, o *Megalonix*, o *Mylodon*, o *Lestodon*, etc. .



O gênero *Megatherium*, o mais importante, muito afim com os hodiernos tardígrados ou bradípodos e caracterizado por seu grande talhe e pela forma de seus dentes, compreende um grande número de espécies ainda mal definidas e tem por tipo a espécie denominada *Megatherium americanum* ou *M. Cuvieri*, do pleistoceno da América do Sul, que atingia o tamanho dos maiores Rinocerontes atuais ou até os ultrapassava. Esta espécie típica, da qual se vêem esqueletos montados em quasi todos os Museus de Paleontologia (Rio de Janeiro, Paris, Londres, Turim, Milão, etc.) e cujo exemplar mais famoso e também mais completo é o do Museu de Madri, apre-

senta as seguintes características principais: formas pesadas; os membros anteriores, armados de garras agudas e próprias para a preensão, são mais longos e mais fracos do que os posteriores que, além de mui pesados, apresentam um fêmur curto e duma largura descomunal; as patas, todas plantígradas, apresentam, as anteriores 4 dedos, dos quais três armados de garras, e as posteriores 3, sendo dois armados de garras; o polegar é rudimentar. A cauda, enorme e pesada, apresenta 15 a 17 vértebras. O crânio é relativamente pequeno; o seu osso jugal apresenta uma grande apófise descendente. Os molares, em número de 18, assás longos, prismáticos e quadrangulares, de composição complicada, apresentam-se em série ininterrupta, sendo o último algo menor do que os três ou quatro precedentes. As vértebras cervicais são em número de 7, as dorsais 16, as lombares 3, as sacras 5, as caudais 15 a 17, e as costelas são 32, sendo 16 para cada lado. A cintura escapular, formidável, apresenta grandes omoplatas e fortes clavículas. Este animal, que devia ter um andar pesado e bizarro, é designado, às vezes, sob o nome de **Preguiça gigante**. Sustentando-se sobre sua cauda forte e curta, servia-se êle de suas patas anteriores para inclinar ou desenraizar as árvores, cujas folhas ou ramos novos devorava. Conforme Ameghino, o homem primitivo americano caçava estes grandes desdentados e nutria-se com sua carne.

Os *Megatherium tarijense*, *M. antiquum* e *M. Ludi* são três espécies de menores proporções que a anterior. O *M. mirabile* é o representante provável do gênero na América do Norte.

Já se descobriu uma série de ancestrais dos Megatérios, pela qual se pode concluir que êsse grupo terminou completamente sua evolução na América do Sul. Nos terrenos pliocênicos da Patagônia, os gêneros *Zamierus*, *Interodon* e *Promegatherium* (Ameghino), cujos dentes tinham uma camada de esmalte sob o cimento, e que foram precedidos por sua vez, no mioceno da mesma região, pelo *Planops* e *Prepotherium* (êste já notado no oligoceno), cujas afinidades foram evidenciadas por Scott, representam o phylum primitivo dos megaterídeos. Os gêneros *Essonodotherium*, *Neoracanthus*, *Oenopus* e No-

throtherium e outros gêneros vizinhos do gênero **Megatherium** e pertencentes à mesma família **Megatheridæ**, foram seus contemporâneos no pleistoceno; entre estes, o **Neoracanthus** e o **Nothrotherium**, cujo tamanho devia regular como o dum grande cão ou dum grande macaco, eram talvez arborícolas, como a Preguiça atual, e provàvelmente subiam às árvores para procurarem seu alimento.

A maior parte das espécies do gênero **Megatherium** foi descoberta nos limos e areias miocenas e pliocenas da Argentina (Prata), Brasil, Chile, Equador, Bolívia e sul dos Estados Unidos, tendo sido descritas por Cuvier, Blumenbach, Owen, Lund, Ameghino, H. Gervais, Morene, Mercerat, Philippi, Leidy. No Brasil, Lund assinalou duas espécies do gênero (**Megatherium Cuvieri** e **M. Laurillardi** cf. **americanum**).

— A família dos **Megalonicidæ** é vizinha da dos **Megatheridæ**, compreendendo também animais de grande talhe. Os megalonicídeos distinguem-se dos megaterídeos por muitos caracteres, um dos quais é o intervalo ou diastema existente entre o primeiro molar, o qual, nos megalonicídeos, é semelhante a um canino, e os outros molares que, como o primeiro, têm todos uma secção quadrangular ou elíptica. A espécie típica da família é o **Megalonix Jeffersoni**, do tamanho dum boi e de proporções análogos às do **Megatherium**, com exceção do crânio, que é mais curto e mais maciço que o dêste. As patas anteriores têm 5 dedos, sendo o médio armado com uma enorme garra, comprimida e recurvada. Os seus restos fósseis têm sido encontrados nas cavernas pleistocenas dos Estados Unidos. Este país (Kansas, Texas) e mesmo Cuba têm fornecido outras espécies, entre as quais o **Megalonix rodeus** (Cuba). Lund assinalou 9 espécies do gênero **Megalonix** nas cavernas pleistocenas do Brasil (Minas Gerais), entre as quais o **M. maquinensis** e o **M. Kaupl**. Os costumes dêste desdentado deviam ser idênticos aos do Megatério.

Os gêneros **Gnathopsis** e **Morotherium**, da América do Norte, **Hapalops**, **Xyophorus**, **Analeimorphus**, **Eucholœops**, **Hyperleptus**, **Orthotherium**, etc. (Ameghino e Mercerat), do terciário da Patagônia, são vizinhos do gênero **Megalonix** e pro-

vam a sua origem sul-americana. O *Hapalops* é o ancestral do *Megalonix* melhor conhecido no terciário da Patagônia.

Contudo, Sinclair afirmou, em sua obra "Some Edentate — like remains from the Mascall beds", Univ. of California Public Dep. of Geology, vol. V, 1906, que existiu um megalonídeo no mioceno médio (Mascall beds) do Oregon, fato este que não foi, entretanto, confirmado. Mas o que é certo é que o gênero *Megalonix* existiu, durante o período plioceno superior ou pleistoceno inferior, nos Estados Unidos, tendo sido um dos tantos imigrantes que, partindo da América do Sul, atingiram a América do Norte, nos fins da época terciária e princípios da quaternária. O *Megalonix* foi o único dos desdentados gravígrados que, na América do Norte, conseguiu sobreviver por mais tempo, atingindo o pleistoceno médio, pois estava melhor adaptado que os outros a um clima em vias de resfriamento.

— O *Nothropus priscus*, assinalado por Burmeister no quaternário da República Argentina, é próximo parente das Preguiças (*Choloepus*) atuais da mesma região.

— O gênero *Scelidotherium*, vizinho também do gênero *Megatherium*, é, sem dúvida, um dos mais interessantes da ordem. Foi descoberto, em 1838, por Richard Owen, durante a célebre viagem de circumnavegação do Beagle, baseado em ossadas fósseis encontradas em Punta Arena por Charles Darwin. O esqueleto então descoberto media 2m.50 de comprimento por 1 metro de altura; a cabeça era estreita, pequena, alongada, comprimida lateralmente; a insólita largura de seus fêmures, que deviam ser cobertos por possante musculatura, evidencia que o *Scelidotherium* foi, por excelência, um animal de fortes coices. A espécie típica do gênero é o *Scelidotherium leptcephalum*, do limo dos Pampas, donde Ameghino retirou também seu *Sc. patrium*.

Paul Gervais, apoiando-se sobre um crânio fóssil encontrado por Weddel em Tarija (planalto boliviano), atribuiu-o ao gênero *Scelidotherium*, estabelecido pouco antes por R. Owen, como já vimos. Estudando este despojo fóssil, Gervais fundou sobre ele a espécie *Sc. tarijense* que comparou ao *Sc. leptcephalum* típico. "E' muito mais forte, escreve Gervais,

e as cristas occipital e sagital são nêle mais notáveis. O maxilar inferior é, particularmente, notável pela maior elevação de sua tábua externa, assim como pela curvatura bem mais considerável de seu bordo inferior na parte correspondente à região dentária.”

Ainda em Tarija, a missão Créqui-Montfort encontrou, segundo Marcellin Boule, um crânio infelizmente desprovido de dentes, dois fragmentos de maxilares, um superior, outro inferior, e alguns ossos das patas, principalmente calcaneums. “Essas ossadas, diz Boule, indicam um animal de tamanho sensivelmente superior á espécie conhecida no limo dos Pampas.”

“Os dentes, bem caracterizados pela forma de sua secção, não apresentam, entretanto, nada de particular.”

“O calcaneum é idêntico a um calcaneum do limo dos Pampas que Gervais atribuiu a um animal desconhecido e denominado por êle *Valgipes deformis*. Êsses calcaneums são entretanto dum tamanho sensivelmente superior aos do esqueleto de *Scelidotherium leptocephalum*, montado na galeria de Paleontologia do Museu e proveniente do Pampeano.”

No pleistoceno brasileiro, assinalou Lund os *Sc. Owen*, *Sc. Cuvieri*, *Sc. Brongniarti*, etc.

Ameghino descreveu uma espécie de *Scelidotherium*, cujo tipo provém do infra-pampeano de Monte Hermoso e é encontrado, também, segundo êste mesmo autor e Lydekker, no pampeano. Tal é o *Sc. patrium*, cujo talhe é bem inferior ao da espécie típica ou *Sc. leptocephalum*.

Boule atribuiu uma porção dum maxilar de exíguas dimensões, encontrado em Tarija, ao tipo anterior, estabelecido por Ameghino (*Sc. patrium*), dizendo:

“Não assignalamos esta espécie senão para dar uma lista tão completa quão possível da fauna de Tarija e para mostrar como os Desdentados que viviam nesse ponto, hoje deserto e situado a 1.900 metros acima do mar, são semelhantes àqueles cujos restos se acham, por outro lado, no limo dos Pampas de Buenos Aires, a algumas dezenas de metros de altitude.”

— O gênero *Myloodon* é proveniente da formação pampeana do mioceno argentino. E’ quasi do talhe do Elefante e

possue uma couraça dérmica de espêssas placas ósseas que o aproxima dos **dasípodos**, embora, pelo resto de sua organização, seja parente dos **megaterídeos**. Os seus 4 membros são do mesmo tamanho, grossos e pesados. Os dois dedos internos das patas posteriores são armados de fortes garras. Tem 4 molares superiores e 4 inferiores, todos prismáticos e de secção oval ou triangular (excetuando-se o último molar inferior, cuja secção tem antes a forma dum 8) e uma superfície mastigadora sem cristas transversais. A sua cauda, pesada e longa, compõe-se de 20 a 24 vértebras. A espécie **Myiodon robustus** foi estabelecida por Richard Owen.

O género **Myiodon** é provávelmente sinónimo do **Pseudolestodon** de H. Gervais e Ameghino que a princípio confundiu os cientistas, segundo Boule. Por **Pseudolestodon** entendem-se, segundo estes autores, “Desdentados fósseis que, por certos de seus caracteres oteológicos, aproximam-se seja dos **Myiodon**, seja dos **Lestodon**, mas que não devemos ligar nem a um, nem a outro dos géneros aos quais pertencem êsses últimos animais. As espécies do género **Pseudolestodon** distinguem-se do **Myiodon** por seus molares anteriores, que são mais caniniformes e cuja coroa se gasta em faceta, obliquamente, de alto para baixo e de diante para trás, para o par superior, e em sentido contrário, para o par inferior.”

O **Lestodon myloides**, descrito por P. Gervais, em 1855, é o tipo do género **Pseudolestodon**.

Mas, conforme Boule, a dentição dêste **Lestodon myloides**, dada por P. Gervais, é bem a dum verdadeiro **Myiodon** e não a dum **Lestodon**, e podemos nos convencer de que o mesmo que acontece com êste **L. myloides** dá-se com tôda a série de espécies atribuídas ao género **Pseudolestodon** por H. Gervais e Ameghino, em 1880 (*Ps. Reinhardti*, *Ps. Morenoi*, *Ps. debilis*, etc.).

Após ter estudado alguns crânios e maxilares mais ou menos completos, Lydekker concluiu mesmo que a uma mesma espécie foram dados 12 nomes diferentes (**Myiodon gracilis**, **M. Lettsemi**, **M. Sauvagei**, **M. Wieneri**, **M. intermedius**, **Lestodon myloides**, **Pseudolestodon Reinhardti**, **P. Morenoi**, **P. debilis**, **P. bisulcatus**, **P. trisulcatus**), concluindo que todos os es-

pécimens em questão são **Mylodon robustus**, apenas diferenciados entre si por caracteres de sexo e por variações individuais.

Assim, Lydekker considera que os crânios cujos molares caniniformes são os mais fortes e gastos mais obliquamente e que apresentam além disso um focinho mais largo pertenceram a machos de **Mylodon robustus**; os outros, a fêmeas. Apoiados em Boule, podemos dizer, enfim, que ao grupo **Mylodon robustus** "pertence a maior parte dos espécimens aos quais se atribuiu o nome de **Pseudolestodon** e principalmente **P. Reinhardtii** e **P. myloides**."

Muitos restos fósseis de **Mylodon** têm sido encontrados no limo dos pampas, principalmente na província de Buenos Aires. Mas até na América do Norte já foram encontradas ossadas d'êste gênero e dum gênero vizinho ou idêntico, **Paramylodon**. Nos Estados Unidos, regiões do Colorado, Oregon, Nebraska, Kansas, Pensilvânia (cavernas de Port Kennedy), os restos de **Mylodon** têm sido encontrados em número avultado, constituindo uma das provas da ligação estabelecida no fim da era terciária e princípio da quaternária entre as duas Américas (setentrional e meridional). Já no plioceno superior êste gênero habitava a América do Norte, prolongando-se possivelmente até ao começo do Pleistoceno médio, tendo sido tão abundante no pleistoceno inferior que H. F. Osborn, o eminente paleontologista americano, caracterizou êste período pelo nome de **Equus-Mylodon-zone**. Conforme ainda os paleontologistas americanos, o **Mylodon** foi um dos elementos da fauna das florestas, tendo, na América do Norte, sido contemporâneo do gênero **Megalonix**, do qual já falamos.

Na América meridional, no entanto, persistindo por mais tempo as condições favoráveis ao seu desenvolvimento, os milodontídeos conseguiram sobreviver até uma época geológica mais recente, como bem o demonstra a descoberta feita numa caverna da província da Última Esperança, ao sul da Patagônia, descoberta esta que constou de membros providos ainda de músculos, de pedaços de pele cobertos de pelos e até de excrementos dum **Neomylodon Listai** ou **Grypotherium**, próximo parente do verdadeiro **Mylodon**. Esta descoberta mostrou

que os mylodontídeos foram contemporâneos do Homem primitivo americano e, conforme Boule, “certos autores pretendem mesmo que é possível que êles tenham sido domesticados.”

Conforme Ameghino, no oligoceno ou no eoceno da Patagônia já existiam longínquos ancestrais, ainda mal conhecidos, do *Myloodon*. No mioceno da Argentina também foram descobertos indícios de ancestrais dêste gênero, tendo Ameghino e Scott descrito, sob os nomes de *Nematherium* e *Analeitherium*, dois fósseis interessantes, principalmente por apresentarem caracteres mixtos de milodontídeos e de megaloniquídeos que, conforme Boule, já não fazem parte do limo dos Pampas e nem da fauna de Tarija.

— Quanto ao gênero *Lestodon*, cuja espécie típica é o *L. armatus*, comum no limo dos Pampas, foi definido por P. Gervais, em 1855, de acôrdo com alguns fragmentos de maxilares encontrados na Argentina. O *Lestodon* era um grande milodontídeo adaptado a um regime que implicava numa mastigação muito enérgica, pois, além de se nutrir, talvez, freqüentemente de carne, devia arrancar e despedaçar vegetais lenhosos.

“Êsse gênero, diz P. Gervais, compreendeu Desdentados gigantescos que apresentavam muita analogia na conformação de seu esqueleto com os *Myloodon*, mas cujo primeiro par de dentes é coniforme, à maneira do *Choloepus Preguiça* e mais ou menos afastado dos molares pròpriamente ditos.

— O gênero *Ancylotherium*, criado por Gaudry em 1863, é representado por mamíferos de grande talhe, cujos restos foram descobertos na jazida miocênica de Pikermi, na Grécia. Pela forma curva de seus dedos, que permitia às garras falciformes (em forma de fouce) de se levantarem durante a marcha, o que era conseguido pelo fato de poderem as falanges se dobrarem sôbre os metacarpianos e metatarsianos, o gênero *Ancylotherium* aproximava-se do gênero *Macrotherium*, seu próximo parente. Embora fôsse mais pesado do que êste, o *Ancylotherium* era melhor aprumado sôbre seus 4 membros quasi do mesmo tamanho, sendo os posteriores um pouco menores. A torsão do tarso e do carpo, notável também no *Ma-*

erotherium, era, no entanto, mais pronunciada no **Ancylotherium**, cujo humerus tinha 70 centímetros de comprimento e apresentava uma profunda cavidade olecraniana (na extremidade umeral do cotovelo): o epicôndilo ou côndilo externo, que se continua com o bordo externo do humerus, era mais desenvolvido do que a epitrocléia ou côndilo interno, situado na extremidade inferior do bordo interno do humerus, o que indica um animal mais francamente marchador do que o **Macrotherium**. Para melhor suportar o pêso dos braços, a face superior do radius era alargada, sendo êste osso fortemente soldado ao cubitus, como nos paquidermes; na flexão, o antebraço permanecia no mesmo plano que o braço; as falanges ungueais (das unhas) eram menos móveis do que as do **Macrotherium**. Conforme A. Gaudry, o **Ancylotherium pentelici** tinha o talhe dum boi e, por seus caracteres, aproximava-se mais dos ongulados do que o **Macrotherium**, cujos costumes eram idênticos aos seus. Como o **Macrotherium**, devia o **Ancylotherium** se apoiar sôbre seus pés posteriores para arrancar as árvores, cujo tronco segurava sôlidamente por meio de suas garras recurvadas, devorando-lhes as raízes, brotos e fôlhas. O **Ancylotherium priscum** de A. Gaudry é uma espécie de menor talhe, descoberta nos fosforitos de Quercy (França) e descrito por Filhol sob o nome de **A. Gaudryi**.

As descobertas mais recentes parecem demonstrar, porém, que estes dois mamíferos fósseis (**Ancylotherium** e **Macrotherium**), próprios do mioceno da Europa, não eram verdadeiros Desdentados por sua dentição e pertenciam realmente a um tipo de Ongulados mui modificados, intermediários entre os Ongulados e Desdentados ou, em outras palavras, estes dois gêneros seriam sinônimos do gênero **Chalicotherium** estabelecido por Kaupp para animais de grande talhe, cuja dentição parecia-se com a dos Ongulados Perissodáctilos (**Paleotherium**, etc.) e cujos membros eram idênticos aos dos Desdentados. Os Calicotérios deviam ter a aparência externa do **Megalonix** ou do **Megatério**; os seus membros, os anteriores mais elevados do que os posteriores, ofereciam uma curiosa mescla de caracteres próprios dos Ongulados Perissodáctilos e dos Desdentados, como bem o demonstrou Filhol.

Toponímia Gaúcha

PEDRO CASTELO SACCARELLO

**Rio Pardo, Rincão d'El-Rey,
Rua-velha e pôrto de Santa
Maria.**

A convicção que tenho hoje, de que a zona central do nosso Estado, isto é, a zona compreendida entre a Serra Geral e a Lagoa dos Patos, foi a primeira a ser povoada na região baixo-serra, me vem exatamente da leitura de escritos pelo General Borges Fortes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em que refere trechos de informações prestadas pelas autoridades de Santa Catarina ao Governador Geral no Rio de Janeiro, ou dirigidos a São Paulo.

Desde que percebi claramente pelos ditos escritos, que o Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto cruzara em 1715 pelo interior do Rio Grande, vindo da Laguna, desde então iniciei um trabalho minucioso de imaginação, confrontando mentalmente entre si os documentos antigos em meu poder, e as citações feitas por beneméritos historiadores Rio-Grandenses, valendo-me ao mesmo tempo do conhecimento prático do terreno, sobre o qual versavam as minhas cogitações.

De súbito visei certos pontos do rio Jacuí, que, pela largura de seu leito e pelas condições de quase impenetrabili-

dade em que deviam encontrar-se suas margens em eras tão remotas, não podia deixar de ser a estrada apontada ao vanguardeiro Lusitano. Podia êste subir, mesmo em frágeis embarcações, mas com tôda segurança individual, até muito longe da bacia do grande Guaíba de hoje.

Os portos de São Jerônimo, de Santo Amaro e de Santa Maria e o passo de São Lourenço me chamaram a atenção, porque me lembrei logo do espírito extremamente religioso nos séculos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º, em que qualquer fato ocorrido recebia o nome, ou do santo do dia, ou do santo da devoção de quem presidia ao ato importante. Pareceu-me assim ter havido com os portos de São Jerônimo, Santo Amaro e Santa Maria e com o passo de São Lourenço, e continuei no meu raciocínio.

Não podia furtar-se Francisco de Brito Peixoto a uma lei geral da consciência Lusitana, quando em 1715, em uma grande e primeira expedição às plagas Rio-Grandenses do Sul, deve ter subido pelo rio Jacuí até muito longe da sua barra. Êle, que ao lado de seu pai Domingos de Brito Peixoto fundara a vila da Laguna, uma vez no interior da Capitania de São Pedro, subindo pelo maior de seus rios, não podia deixar de procurar os lugares de mais fácil e segura penetração, em ambas as margens do mesmo rio, e ao mesmo tempo assinalá-los e dar-lhes um nome. — E estes nomes, obedecendo às leis de seu culto religioso, devem ter sido os de: — São Jerônimo, Santo Amaro e Santa Maria, pontos estes de excelentes condições de aportagem, situados todos a jusante da barra do rio Pardo.

Depois de assim raciocinar me veio a imaginação o teor de um documento antiquíssimo, o traslado do testamento de Cosme da Silveira Avila, datado do mês de novembro de 1764, e que diz ter sido lavrado nas paragens do Rio Pardo, Distrito do Rio Grande. Além do que me lembrei mais das declarações encontradas em umas fôlhas esparsas da partilha feita por morte do mesmo Cosme, em 1768.

RECORDAÇÕES E CONFRONTOS DESPERTADOS POR ESTES DOCUMENTOS

Lembrei-me então ter visto nos mencionados documentos o seguinte:

Ter sido o testamento lavrado nas paragens do Rio Pardo, Distrito do Rio Grande, aos 23 de novembro de 1764.

Que nessa data e nesse lugar possuía Cosme da Silveira Avila uma grande Fazenda de criação e agrícola, aonde conservava vários milhares de animais vacuns, lanígeros, muarres e cavalares; aonde existiam grandes cercados de plantações e poteiros, e vastas edificações para acomodação de numerosa escravatura e de muita ferramenta, destinada à lavoura e a outros misteres.

Que esta grande Fazenda foi denominada — de Nossa Senhora da Boa-Esperança —, como invocando a proteção de tão Excelsa Padroeira, e mostrando o espírito religioso daquela época.

Que a mesma Fazenda ficava limitada ao Norte pela Serra Geral; ao Sul pelo rio Guafba, ou seja o Jacuí; ao Oeste pelo Rincão d'El-Rey, com o qual dividia por uma restinga vinda da serra; a Leste por outra restinga com terras compradas por Cosme a Francisco Xavier d'Azambuja e com terras pertencentes aos sucessores de João Alves Mourão.

Que o terreno assim delimitado havia sido adquirido por Cosme — **no Juízo dos ausentes da Comarca** —, que devia ser de Santa Catarina, que era então sede da Comarca, e estendia sua jurisdição pela Laguna e pelo Rio Grande do Sul.

Tendo gravados estes dizeres todos, formei na minha imaginação o quadro inteiriço do terreno existente atualmente entre o rio Pardo e os arroios do Couto e Diogo Trilha. Vi claramente tratar-se das terras do vasto Rincão d'El-Rey, compreendido entre o rio Pardo e o atual arroio do Couto; e certifiquei-me mais que a Fazenda — de Nossa Senhora da Boa-Esperança, fundada por Cosme da Silveira

Avila, ficava situada entre os arroios Couto e Diogo Trilha de hoje, compreendendo o lugar conhecido pela denominação de Rua-Velha.

Nem podia ser outra a situação da Fazenda de Cosme, desde que estava feita a declaração, de ser a mesma situada a Leste do Rincão d'El-Rey, único conhecido por tal nome em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Convencido, pois, da situação da Fazenda de Nossa Senhora da Boa-Esperança, continuei, procurando na minha imaginação a data em que surgiram os dois nomes: — Rio Pardo e Rincão d'El-Rey.

De novamente voltei a preocupar-me com a expedição do Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, em 1715, e raciocinei da seguinte maneira:

O destemido expedicionario, tendo vindo em missão especial à zona do rio Jacuí, quer procurando jazidas de metais e pedras preciosas, quer tratando de assuntos relativos ao futuro povoamento destas terras e à sua segurança como possessão Lusitana, não podia deixar de ter em vista a escolha dos pontos de mais fácil penetração ao **interland** Rio-Grandense. Não podia dispensar também o exame do solo e o grau de segurança contra os ataques dos indígenas, que elle sabia serem destemidos perseguidores dos estrangeiros, conquistadores de suas terras. E, finalmente, não podia eximir-se da escolha de um local, apropriado para estabelecimento de uma base de defesa militar; ou seja um ponto de apóio e resistência a qualquer invasão espanhola, que já se desenhava nos limites de nossas fronteiras do Sul.

Com tôdas estas responsabilidades subiu, o emérito explorador, pelo rio Jacuí até à barra do rio Butucaraí, ou até o Passo de São Lourenço; fazendo em tôda esta extensão um exame minucioso, e dando denominações, sugeridas pelo seu espírito religioso ou pelas condições locais, aos lugares que assinalava, e serviriam mais tarde aos fins de sua missão.

Teve assim destaque o Passo de São Lourenço, ponto do

rio Jacuí em cujas margens era fácil construir uma passagem.

Denominou Butucaraí ao grande arroio, ou rio que vinha da Serra Geral, na direção do notável Serro do Butucaraí, em cujo redor, existia uma tribu de bugres, dos quais dizem ter provindo êste nome.

Continuando a descer encontrou, ainda na margem esquerda do Jacuí, um segundo rio, mais volumoso do que o primeiro, de águas turvas, leito profundo, escondido em uma extensa mataria, que cobria ambas suas margens, constituídas de grandes várzeas; ao qual rio denominou, por antonomásia à côr das águas e à escuridão do sítio, de rio Pardo.

A Leste dêste rio, entre o mesmo e uma longa Restinga que provinha da Serra Geral, encontrou, Brito Peixoto, um vastíssimo rincão de campo e matos, que apresentava na sua frente, sôbre a barra do rio Pardo no Jacuí, uma forte elevação da coxilha, de onde se divulgava muito longe, para Sul. Era êste local fortemente defendido pelos dois rios que o circulavam, e pelos matos que existiam nas extensas várzeas; sendo garantida a sua defesa, ao Norte, pela Serra Geral.

Encontrando terreno nestas condições, deve tê-lo, Brito Peixoto, escolhido para aí formar mais tarde um ponto de concentração de fôrças militares; e assim veio a êste lugar a denominação de Rincão d'El-Rey, ou rincão reservado para serventia da Nação.

Feita esta escolha era necessário encontrar, junto ao terreno escolhido, um outro que se prestasse ao estabelecimento de uma base de abastecimento, ou Feitoria pastoril e agrícola, à imitação da Feitoria de São José do Norte, formada por João de Magalhães, mais tarde. E com facilidade foi encontrado êste lugar, no rincão de campo e matos fechado entre os atuais arroios do Couto e Diogo Trilha, aonde Cosme da Silveira Avila veio pôsteriormente, e aí organizou

sua Fazenda de Nossa Senhora da Boa-Esperança, com sua entrada única nas proximidades de Rua-velha.

Única dizemos, porque não podia existir, em épocas remotas, entre Couto e Diogo Trilha, outra entrada fácil e segura como a de Rua-velha, que é situada pouco a jusante da barra do Couto. Isto devido às grandes várzeas alagadiças e cobertas de densas matarias, quase impenetráveis, que se estendiam: — para baixo, além do Diogo Trilha até a barra do arroio João Rodrigues de hoje; e para cima, do arroio do Couto iam até as proximidades da barra do Rio Pardo.

Outra grande vantagem apresentava este lugar, especialmente sob o ponto de vista de segurança. Ficava, sim, fronteiro a uma imensa várzea, existente na margem direita do rio Jacuí e na esquerda do arroio Capivarí; tôda coberta de matos, e semeada de banhados e lagoas.

Também não era grande a distância entre Rua-velha e o Porto de Santa Maria, que ficava para baixo do Pôrto das Mesas aproximadamente a 15 quilômetros, acompanhando a grande volta do rio Jacuí.

Conclusão:

Após estas considerações tôdas, feitas em vista dos documentos citados, e do conhecimento que temos da localidade, concluimos, convictos do seguinte: — Rio Pardo (rio), Rincão d'El-Rey e Rua-velha (o lugar assim denominado), começaram aparecer desde 1715, na ocasião da expedição de Brito Peixoto à zona do Jacuí; e desde essa época, ou pouco depois devem ter tido início as penetrações pelos portos de São Jerônimo, Santo Amaro e Santa Maria. Só assim poderemos explicar:

1.º A aquisição feita por Cosme no Juízo dos ausentes, em Santa Catarina.

2.º A compra feita pelo mesmo Cosme a Francisco Xavier de Azambuja, de uma grande extensão de terras, com muitos confrontantes.

3.º Nem poderíamos explicar como organizara Cosme uma grande Fazenda, pastoril e agrícola; uma verdadeira

base de abastecimento a um quartel, tal como surgiu o Quartel do Rio Pardo, em um prazo menor de 25 anos até a data de seu testamento em 1764.

4.^o Tornar-se-ia difficílissima a explicação do dito de Cosme, quando diz deixar fôrro o seu escravo mulato Salvador, por tê-lo ajudado muito na formação de sua Fazenda. Como poderia se dar isto sem ter Salvador pelo menos 20 anos de bons serviços?

De onde se depreende, que a Fazenda de Nossa Senhora da Boa-Esperança deve ter sido iniciada por volta de 1740, sôbre terreno que havia sido concedido a outrem, antes de Cosme. Que êste iniciou a sua Fazenda nas imediações da Rua-velha, assim denominada por ter sido a primeira entrada, posta em abandono quando surgiu a Freguesia do Rio Pardo, e foi aberta nova comunicação para esta.

PÔRTO DE SANTA MARIA

Temos citado várias vezes êste nome, e vamos, de preferência a outros lugares, procurar demonstrar qual deve ter sido a sua importância no princípio da colonização.

Damos preferência ao Santa Maria por duas razões principais:

1.^a — Pelo maior conhecimento que temos do local.

2.^a — Pela relevância que se nos afigura ter tido o mesmo no desenvolvimento da colonização primitiva, e mais especialmente nas operações de guerra contra as invasões espanholas.

Conheço o pôrto de Santa Maria, que pode ser considerado sob varios aspectos. Sob o especto de aportagem, como sendo êste lugar a melhor entrada para o nosso "interland", formado pelas duas grandes bacias do Jacuí e Camaquã; e como sendo a única entrada, em condições favoráveis, situada na margem direita e quase ao meio da distância entre a barra, no Guaíba, e o Passo de São Lourenço.

Notando-se mais que ficava êste Pôrto no lado oposto

e pouco para baixo do Rincão d'El-Rey, cuja frente já estava predestinada aos heroísmos do Quartel do Rio Pardo.

Sob o aspecto da segurança individual, que podia oferecer êste lugar aos primeiros povoadores de nossas campinas, eram excepcionais as condições apresentadas em eras tão remotas; porque os dois grandes arroios, Capivarí a Oeste e Francisquinho a Leste, ofereciam com seus valos profundos, cobertas suas margens de matos carrasquentos, garantias seguras contra os ataques dos índios Guaranís, Charruas e outros, que eram os inimigos mais temidos pelo homem civilizado.

Quanto à boa qualidade do terreno, encerrado nas bacias dos dois citados arroios, com uma extensão de mais de légua brasileira de largura e dez léguas de comprimento, temos a prova evidente da uberdade dêste solo nas grandes e prósperas fazendas de criação e agrícolas, que aí existem atualmente.

Nesta faixa de terra privilegiada pela natureza, aí encontrava o primeiro povoador desta zona, tudo de que êle carecia de pronto, não faltando a matéria necessária para suas construções: cal, pedra e areia.

Em um meio tão adequado ao desenvolvimento da riqueza econômica e a prosperidade de tôda a região, não podia deixar Brito Peixoto de aí colocar o marco inicial do pontoneiro Lusitano; ao qual marco êle denominou Santa Maria, clamando: Orai por nós.

A esta oração fizeram côro, entre outros, os pioneiros da nossa civilização, cujos nomes relemos em certidões de inventários, que datam de meados a fins do século 18.º, e que são: — Antônio da Silveira e Avila, casado com Angélica Rosa; Manuel Gonçalves Mancebo, casado com Águeda Maria e Maria da Purificação, mãe do Capitão de auxiliares Manuel José Machado, cujo nome paterno não podemos descobrir.

Mais uma circunstância nos leva a crer, ter sido o Pôrto de Santa Maria o ponto inicial do movimento colonizador na margem direita do rio Jacuí; e foi devido ao fato de ter-se medido em separado uma certa extensão de terreno, co-

berto de matos em sua maior parte, e situado para cima do Pôrto, mas junto ao mesmo, quando da medição amigável procedida em novembro de 1889, na sesmaria que foi de Felisberto Pinto Bandeira, irmão de Rafael, o homem das guerrilhas.

Esta separação de terreno nos induz acreditar, ter havido alí movimento de certa importância, que obrigou a reserva daquela extensão por longos anos.

Todo êste acervo de observações locais, postas em confronto com as descobertas feitas nos arquivos públicos pelo General Borges Fortes, nos trazem a convicção de que foi pela zona do Jacuí, por onde mais se alastraram os primeiros colonizadores dêste Rio Grande, em sua maioria Ilhéus portugueses, assim como era Ilhéu Cosme da Silveira Ávila.

COSME DA SILVEIRA ÁVILA

Sôbre a personalidade dêste Ilhéu português, precursor do Forte Jesús, Maria e José, e fundador da verdadeira base de abastecimento ao Quartel do Rio Pardo, posso dizer, baseado nas informações prestadas por vários historiadores Rio-Grandenses, o seguinte:

— Clemenciano Barnasque, em suas Efemérides Rio-Grandenses, diz, que Cosme veio na 3.^a expedição, partida da Laguna, sob a chefia de João Catarina, e que êle foi o primeiro habitante de Viamão. Não diz, porém, em que data veio.

— O General Borges Fortes, por sua vez nos afirma, em a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, correspondente ao 3.^o trimestre de 1933, a página 54, que Cosme da Silveira e mais: Francisco Pinto Bandeira e Sebastião Francisco Chaves, acompanharam as forças do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, quando de sua passagem pelo Viamão, na ida para o Rio Grande, com destino à Colônia do Sacramento.

O mesmo General, em a mesma Revista e escritos a folhas 73, nos informa que estando Cosme da Silveira Ávila no Rio Grande à chegada do General José da Silva Pais, foi por êste nomeado Maioral da Fazenda ou Estância Real do Bojurú; em cujo pôsto se houve com grande relêvo, sendo, porém, demitido logo após pelo Mestre de Campo (Coronel) André Ribeiro Coutinho por atos de indisciplina. Isto deve ter acontecido no decorrer do ano de 1738.

Desta data em diante desapareceu Cosme do cenário de então, e com êle Francisco Pinto Bandeira, para reaparecerem: Cosme fazendo o seu testamento aos 23 de novembro de 1764, na sua grande Fazenda da Boa-Esperança, situada na Rua-velha, como ficou demonstrado. De Francisco Pinto Bandeira surgem seus filhos Felisberto e Rafael Pinto Bandeira, como cabos de guerrilhas, desde 1770; e devemos notar que êles vêm das proximidades do Quartel do Rio Pardo, possivelmente das coxilhas situadas entre Capivarí e Francisquinho, aonde se encontram até hoje descendentes desta estirpe de valentes.

Do confronto de datas e fatos apontados deduzimos, com possibilidade de não errar, que Cosme da Silveira Ávila veio para Rua-velha entre os anos de 1738 e 1740, e que, aproximadamente à mesma data, veio para as proximidades dêste lugar o Tenente de Dragões Francisco Pinto Bandeira.

Rio Pardo, novembro de 1936.

Nótulas Bibliográficas

IMPRESSÕES DE VIAGEM (Líbano-Brasil) — Por
Sadalla Amin Ghanem — Gráfica Brasil —
1936.

O Sr. Sedalla Amin Ghanem é um jovem acadêmico de medicina, natural do Líbano, mas radicado no Brasil, onde estuda. Estas "Impressões de viagem" que escreveu entre o Líbano e o Brasil, passando por vários países da Europa, estão muito bem escritas, numa linguagem atraente. O autor possui qualidades descritivas bastante acentuadas, visto saber agradar, mesmo quando nos descreve lugares que já outros viajantes ilustres haviam pintado aos nossos olhos, com o vigor de suas tintas. A velha pátria dos cedros seculares, terra formosa e legendária, de um povo que detém as tradições de uma cultura milenária, tem, nesse filho ilustre e patriota, um verdadeiro cantor das suas virtudes, das suas belezas e do seu gênio. E a gente, porisso mesmo, lê o livro do Sr. Sadalla Amin Ghanem, do princípio ao fim, com grande interêsse e simpatia. Vê-se que o autor é forte em literatura francesa, porque a cada passo faz longas digressões de obras e autores da pátria de Corneille. Só não concordo com os seus elogios a Voltaire, a não ser como historiador, e isto mesmo pondo-se de parte as suas barretadas à religião.

De P. A.

Livraria José Olímpio. 1936.

Holanda (Coleção Documentos Brasileiros).
„RAÍZES DO BRASIL” — Por **Sérgio Buarque de**

A biblioteca de nosso Instituto foi oferecido em dezembro do ano findo o volume acima, de autoria do sr. Sérgio Buarque de Holanda. Temos por hábito tratar, em ligeiras notas bibliográficas, de todos os livros novos que nos são oferecidos por autores e editores, na secção respectiva de nossa revista. Esta nota deveria ter saído em o n.º correspondente ao 1.º trimestre dêste ano, mas o nosso último congresso de história e inúmeros outros afazeres retardaram o seu aparecimento. Por um lado foi bom, porque o livro foi melhor lido e compreendido. Constitue êste volume “Raízes do Brasil”, o 1.º de uma coleção, há pouco lançada pela Livraria José Olímpio, do Rio, batizada com o título de “Documentos Brasileiros”. E aquí cabe um grande, um formidável hurrah! ao inteligente editor José Olímpio, pelos excelentes trabalhos de autores nacionais e estrangeiros que está lançando, com grande sucesso, à luz da publicidade. José Olímpio tem sido feliz na escolha dos livros e autores que tem lançado, e tem sabido cercar-se de um grupo de escritores nacionais de primeira água. Esta “Coleção Documentos Brasileiros”, agora iniciada, diz bem da visão da casa editora. Primeiro o nome de quem vai dirigi-la, Gilberto Freire, nome que por si só vale como uma recomendação. Depois o volume com que a inaugura, “Raízes do Brasil”, de outro escritor já bastante conhecido, Sérgio Buarque de Holanda. Além do nome, o valor da obra em apreço. Seguindo um método de pesquisa e interpretação, que chamaríamos moderno, em sociologia, muito diferente das tiradas românticas de certos sociólogos côr-de-rosa, Sérgio Buarque de Holanda, vai interpretando o nosso passado, para dêle tirar conclusões e lições muitíssimo interessantes. A primeira parte estuda a Europa e principalmente os portugueses e espanhóis, povoadores da nossa América. Neste capítulo diz o autor, que “a escolástica na Idade-Média era viva porque era atual”. Ora êsse atualismo da escolástica, a meu ver, durou muito, para deixar de ser atual, comparando-se a duração que teve o período medieval. Sobre

a hierarquia, diz que o seu princípio nunca chegou a importar entre nós, e acrescenta, que “o prestígio pessoal, independente, do nome herdado, prevaleceu continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibéricas” (pág. 9), por onde se verifica que havia ali, pelo menos, uma hierarquia de valores... Acha que hoje há em nós um “natural inquieto e desordenado” (pág. 15), sem dizer que a inquietação e a desordem são quasi universais, atualmente, parecendo-me que exatamente pela falta de obediência... A 2.^a parte tem por título “trabalho e aventura”, onde se lê (pág. 24) que “essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis do povo de nossa terra”, tem origem no “espírito de aventura”, quando, na América do Norte, principalmente, é que impera êsse “espírito”, sendo nós santinhos perto de outros povos. Declara (pág. 29) que foi “exíguo aquí o sentimento de distância entre os dominadores e a massa trabalhadora, constituída de homens de côr”. Ora, êsse nosso nivelamento, não é a promiscuidade comunista. Tem muito de cristão e de humano, quando reconhecemos o valor do negro, hoje nosso, bem nosso, com o qual formamos a nossa nacionalidade e a nossa prosperidade. Isso será oriundo, talvez, do “homem cordial” que o autor estuda na 5.^a parte de seu livro, valendo-se de uma expressão de Ribeiro Couto, quando acha “que a contribuição brasileira para a civilização será de cordealidade” (pág. 101). Cordeais com todos, até com os animais, a nossa civilização, como bem observou Keiserling em “Südamerikanische Meditationen”, é uma acentuação “de ordem emocional”, dizendo êle que notou aquí os primeiros elementos de uma concepção original do mundo, que repousa sob “o primado da delicadeza”. Se a gente pode discordar de muito do que diz Sérgio Buarque de Holanda, pode, também, concordar, felizmente, com muito do que afirma, numa ânsia muito louvável de nos descobrir um denominador comum, nem que êsse denominador venha repousar no completo repúdio ao nosso passado, às nossas tradições, a tudo quanto realizamos, para recommearmos uma vida nova, com novas criações. Quasi daria para se escrever um livro a margem do livro do autor, e isto é que eu não me animo a fazer e nem tenho tempo...

De P. A.

„A QUESTÃO SOCIAL E A SOLUÇÃO BRASILEIRA” — Por José Maria Belo. — Imprensa Nacional — 1936.

Uma síntese bem feita sobre a questão social no Brasil. Começa o autor, sr. José Maria Belo, fazendo considerações de ordem geral sobre o assunto, definindo, de maneira clara e concisa, o que significa a expressão tão em moda atualmente “Questão Social”, mostrando como o “social” opõe-se ao “político” e chega a confundir-se com o “econômico”. Trata da revolução produzida pela máquina, com as profundas modificações que trouxe à vida humana. E este capítulo faz-me lembrar um outro lindo capítulo do livro “Figuras e planos” de Renato de Almeida, em que estuda, também, o papel da máquina na civilização moderna, com os seus panegiristas e os seus opositores, para mostrar-nos que o problema é vastamente complexo e os termos da equação ainda não estão bem lançados. Lembra-me ainda o livro recente do dr. Alexis Canel, “L’homme, cet inconnu”, quando, numa visão panorâmica, nos mostra toda a vertiginosa trepidação da cidade nova... Em a segunda parte deste ótimo trabalho intitulada “As condições sociais e econômicas do Brasil”, estuda o sr. José Maria Belo o Brasil patriarcal, mostrando as diferenças do estado de vida dos brasileiros entre o litoral e o sertão, entre o Sul e o Norte.

A terceira parte trata da obra social da revolução de 1930, e o autor põe em destaque o muito que progredimos em matéria de legislação social, declarando mesmo nas suas conclusões que “o Chefe do Governo Provisório e atual Presidente da República terá a qualquer tempo no balanço da sua ação o saldo das leis sociais”, pois, como muito bem acentua o autor, “já conseguimos leis, por exemplo, que somente agora se incorporam à legislação da mais perfeita das democracias políticas, a França. Para chegar a tal resultado, a República francesa esperou um governo declaradamente da esquerda, como o sr. Léon Blum”. Faz o elogio dos sindicatos e mostra-nos como os Institutos de Previdência, de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, Comerciais, etc., vem dando já bons resultados, na sua obra de assistência social, muito embora alguns defei-

tos, principalmente quanto ao emprêgo dos fundos arrecadados. Cifras curiosas são alinhadas neste sucinto e formoso ensaio, sôbre proletários, estalão de vida, indústrias, ativo das caixas de seguros sociais, por onde vemos que estamos no bom caminho, a-pesar-de tôda a diversidade de civilização nossa, que vai dos centros ultra civilizados do Rio, São-Paulo, Pôrto-Alegre, etc., ao primitivismo do interior, à barbaria dos caboclos, à selvageria dos nossos aborígenes... Do nosso trabalhador rural, diz do pouco amparo que ainda tem dos poderes públicos, para mostrar o caminho a seguir com o desenvolvimento do cooperativismo, do crédito rural, da imigração assimilável das vias de comunicação, etc. E' um belo trabalho o do sr. José Maria Belo, que bêm nos orienta sôbre uma série de questões palpitantes da hora que vivemos. Só tenho a acrescentar em tudo isto que está feito, uma pequenina norma a seguir: E' o cumprimento rigoroso da nossa legislação trabalhista, não se admitindo, de maneira alguma, que a lei seja deturpada em favor dos poderosos, principalmente de certas companhias de capitais estrangeiros que pensam poder comprar até a consciência dos brasileiros. Falo como católico em benefício dos humildes, dos que sofrem, dos que precisam ser amparados contra a ganância e a falta de humanidade de certos patrões.

De P. A.

LOS AZTECAS (sus instituciones), conferência pelo dr. **Santiago P. Minetti**. — "La Bolsa de los Libros", Montevidéu, 1931.

Muito se tem dito e escrito por êsse mundo afora sôbre as civilizações americanas desde a época do descobrimento dêste dito novo mundo até nossos dias.

E por mais que se diga e por mais que se escreva sôbre o assunto, sempre novas coisas são encontradas entre tôda essa velharia, graças ao aperfeiçoamento dos estudos ameríndios e variedade de interpretações a que chegam os autores.

A civilização azteca é nesse particular, rica, e enorme a

bibliografia sobre ela, aumentada ano a ano com novos e, não raro, valiosos estudos subsidiários.

Entre estes podemos contar a interessante conferência do sr. Santiago P. Minetti sobre os **aztecas**, na qual estuda êsses silvícolas mexicanos sob diversos aspectos: político, econômico, familiar, instrução, direito, magistratura e religião, depois de examinar a “origem do homem americano” e os “primeiros habitantes do México”.

Como resumo do valioso trabalho do sr. Minetti, damos as conclusões a que chegou o ilustrado autor de **Los Aztecas**:

a) Que a primitiva organização azteca foi democrática absoluta, com comunidade na propriedade territorial.

b) Que as instituições políticas deveriam ter sido os Conselhos, não somente por haver sido comprovada sua existência pelos espanhóis, mas porque o govêrno das tribus pelos anciãos é o que vemos estabelecido em tôdas as civilizações na passagem do primeiro período de sua evolução.

c) Que os funcionários, guerreiros e sacerdotes, não constituíam castas sociais, mas eram, apenas, considerados pelo povo em virtude de suas funções.

d) Quando chegaram os espanhóis, o Estado Azteca começava a conformar sua estrutura, aparecendo na sociedade a família patriarcal, e dando-se a terra em usufruto, ajunte-se a isso o prestígio de Tlathcatcutin que começava a absorver as funções do Conselho preparando o que, à chegada dos espanhóis, seria um govêrno despótico.”

Infelizmente não cabem, nestas páginas, os amplos comentários que bem merece a bela conferência do sr. Santiago P. Minetti, tão tarde chegada às nossas mãos.

W. Sp.

GRAMATICA Y VOCABULARIO DE LA LENGUA

HUITOTA — por el padre Leopoldo von Kinde-
der, Novembro — Pasto (Colômbia) — 1936.

Faz, hoje, quase que obrigatoriamente, parte da cultura humana, os estudos etnográficos, lingüísticos e arqueológicos.

Dai o grande interêsse que tais estudos despertam e o grande impulso que se lhes vem dando, em concienzosos e eruditos

trabalhos que procuram, cientificamente, explicar e interpretar a língua, usos e costumes dos primitivos habitantes de nossa América.

Nesse terreno mais uma obra preciosa foi publicada pelo benemérito **Centro de Estudios Historicos**, de Pasto (Colômbia) sob a direção do erudito dr. Sérgio Elias Ortiz, presidente do referido centro, cujo Boletim é, também, admirável prova da vitalidade daquela instituição sul-colombiana.

Essa obra é a **Gramatica y vocabulario de la lengua Huitota**, do padre Leopoldo von Kinder.

Sobre o valor da obra não nos é dado falar, por ser a língua **huitota**, para nós, língua desconhecida. Entretanto, pelo exame que fizemos na **Gramatica y Vocabulario de la lengua huitota**, pareceu-nos obra de incontestável valor e de ótimo método expositivo. Com somente essa gramática poderá, qualquer estudioso, aprender por si a língua **huitota**, tal a clareza com que explica, o padre Kinder, todos os fenômenos da referida língua indígena sul-colombiana.

Demos, para maiores informes sobre a obra, a palavra ao dr. Sérgio Elias Ortiz que, na "Introducción", diz:

"Coube ao doutor Kinder desempenhar o cargo de capelão da Aviação Colombiana durante o chamado conflito de Letícia, na base aérea de Puerto Boy (rio Caquetá), circunstância que o pôs em condições de, ao lado de suas funções sacerdotais, investigar, pacientemente, as línguas indígenas dos territórios de Caquetá e Putumayo, especialmente do Huitoto, uma das mais extensas regiões. Fruto dessas atividades são, entre outros trabalhos, a **Gramatica y vocabulario de la lengua huitota**, que compreende além de um guia de conversação, grande série de esqueletos para as declinações e conjugações, acervo de 500 verbos irregulares, e mais lista muito completa, a nosso ver, dos substantivos e adjetivos, com indicação de suas mudanças radicais, o que o Autor denomina "Estado constructo" pela semelhança com a construção análoga no antigo hebreu, e um dicionário de 4.000 palavras reconhecidamente **huitotas**. Tal é a obra que o benemérito homem de ciência, doutor Kinder, levantou à cultura colombiana", — e sul-americana, acrescentamos nós.

A língua huitota, segundo êsse mesmo padre Kinder, deve ter tido grande desenvolvimento e ter sido grandemente cultivada pois que, em tôda a enorme região em que é falada, a-pesar-da nenhuma ligação entre uns e outros grupos e a influência estranha, as diferenças dialetais são insignificantes.

Subsídio valioso, como se vê é êsse do P. Kinder, que o Centro de História, de Pasto, publicou sob a direção do erudito dr. Sérgio Elias Ortiz.

W. Sp.

**NUESTRA FRONTERA COM EL BRASIL — SU
EVOLUCIÓN — por José Aguiar — Montevi-
déo — Imprenta Militar — 1936.**

Nada há mais ingrato, no momento presente, em que temos necessidade absoluta da máxima fraternidade e da melhor harmonia de vistas, do que tocar em assuntos por si sós escabrosos, como o sejam as questões de limites.

O sr. capitão de navio, José Aguiar, publicou, o ano passado, na “Revista Militar y Naval”, do Uruguai, e, depois, em separata, uma obra de grande valor histórico mas, infelizmente, tocando o assunto das fronteiras, procurando reivindicar direitos que já não existem visto ter o último tratado de limites feito pelo barão do Rio-Branco pôsto têrmo, em definitivo, na questão, com aplausos gerais, de brasileiros e uruguaiois.

Abstraindo, portanto, essa parte reivindicadora da obra do ilustrado e erudito capitão José Aguiar, só temos que elogiar o trabalho que é, não há negar, extraordinário, de incontestáveis merecimentos.

Além do mais, apoia-se, com referência aos direitos do Uruguai sôbre o “rincão de Artigas”, num lapso de Aurélio Pôrto, que, certamente, dedicado inteiramente a pesquisas em velhos documentos esqueceu o tratado que entregou ao Brasil o referido rincão.

E tal afirmativa, se bem venha de um de nossos maiores historiadores não autoriza, de forma alguma a legitimação e nem pode dar margem ao dizer popular: “A confesión de parte, relevo de prueba...”

Se assim fôsse, teríamos que aprovar e dar como verdades, todos os erros que historiadores mal informados, veicularam cá e lá. E, nesse caso, estaríamos, todos, em “maus lençóis”, pois ninguém mais se entenderia.

Certos estamos de que o próprio sr. Aurélio Pôrto retificará suas palavras, reconhecendo seu engano, e que o erudito autor de **Nuestra frontera con el Brasil**, cujas nobres intenções conhecemos e reconhecemos não insistirá no assunto.

E para concluir esta nossa breve nota, transcrevemos o que de oficial foi publicado sobre nossas fronteiras com o Uruguai, respeito ao Rincão de Artigas:

“...seguindo por êste arroio até próximo à cochilha de Santana, toma a direção rectilínea entre os seus dois galhos principais, e vai à mesma cochilha pelo monte chamado do Cemitério; continua pela linha dos mais altos cumes da cochilha Santana, passando junto à cidade de Santana do Livramento, alcança a cochilha do Haedo, por cuja linha dos mais altos cumes prossegue até encontrar a cochilha de Belém, ponto êste junto ao qual se acham as vertentes do arroio dos Marrecos, galho da Invernada; desce por aquele, e depois por êste, indo sair ao Quaraim, pelo qual desce, pela meia distância das águas, até ao rio Uruguai, alcançando a normal entre as duas margens do mesmo rio.” (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — Ano II — 1936).

W. Sp.

**REVISTA DE LA ACADEMIA COLOMBIANA DE
CIENCIAS EXACTAS FISICAS Y NATURA-
LES**, Vol 1—N.º 1—Año 1936 (Oct. Nov. Dec.)—
Publicación del Ministerio de Educación Na-
cional. — Director: Jorge Alvarez Lleras;
comité de redacción: Victor E. Caro, Luis
Cuervo Marquez, Antonio Maria Barriga Vil-
lalba, Calixto Torres Umaña. — Bogotá.

A República da Colômbia é o país que mais tem cuidado de sua cultura e da divulgação de sua intelectualidade.

Grandioso é o movimento que alí se faz por meio do Ministério da Educação.

Obras várias e revistas culturais são publicadas sob os auspícios dêsse Ministério.

Assim, merece menção especial a divulgação da “Biblioteca Aldeana”, cujo valor é extraordinário, sob todos os pontos.

“Revista de Índias”, “Boletim da Sociedade Geográfica”, “Boletim de Academia e História” e, agora, mais essa admirável revista científica que é a **“Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Fisicas y Naturales”**, ótima-mente impressa, com várias páginas em tricromia e estudos valiosos firmados por nomes de grande projeção no mundo científico, como os botânicos Hermano Apolinar Maria, das Escolas Cristãs, e José Cuatrecasas que assina belíssimo estudo sobre “Geobotânica”, ramo ainda pouco estudado a-pesar-de valioso.

Publicações como esta honram sobremodo o govêrno colombiano e a brilhante intelectualidade do único país das Américas que honra o nome do grande navegador Cristóvão Colón.

W. Sp.

BIBLIOTECA ESCOLAR „PAYSANDÚ”. — Sección “Setembrino E. Pereda”. — Montevideo, 1937.

Neste folheto de cêrca de 60 páginas é feito o histórico da “Sección Setembrina E. Pereda”, da Biblioteca Escolar “Paysandú”, para a qual contribuíu o eminente historiador uruguaio com 3.000 volumes.

Encerra o folheto a correspondência trocada a respeito da homenagem e relação das festas de inauguração da Secção, e de discursos da bibliotecária, sra. Sílvia Freitas de Braga, srta. Modesta C. Cassola e a resposta e agradecimento do dr. Setembrino E. Pereda.

W. Sp.

**COMISIÓN DE BERNARDINO RIVADAVIA ANTE
ESPAÑA Y OTRAS POTENCIAS DE EUROPA**
(1814-1820). — 2 tomos. — Con introducción
de **Emilio Ravignani**. Buenos-Aires, Imprenta
de la Universidad, 1933-1936.

Obra verdadeiramente valiosa é essa que a Universidade de Buenos-Aires organizou e publicou a pedido do Instituto de Investigações Históricas da Faculdade de Filosofia e Letras.

Consta o primeiro volume de 496 páginas de importante documentação sobre a missão Rivadavia na Europa e mais XLIX páginas com a erudita introdução do Prof. Emilio Ravignani, em que historia, em oito parágrafos a missão e sua importância para a República Argentina.

O segundo volume consta, também de 498 páginas, encerrando unicamente documentação.

Tôda a obra está profusamente ilustrada com nítidos e preciosos fac-similes e retrato do grande Bernardino Rivadavia.

W. Sp.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São-Paulo
— volume XXI (1933-34). — Comissão de redação da Revista: Plínio Marques da Silva Airosa, Nicolau Duarte Silva e Dácio Pires Correia. — São-Paulo.

Revista da Faculdade de Direito, da Universidade de São-Paulo. — Setembro-dezembro de 1936, volume XXXII, fasc. III. — Comissão de redação da revista: Dr. Mário Masagão; dr. Honório Fernandes Monteiro; dr. Alexandre Correia.

Revista Militar Brasileira — ano XXVI, n.º 4 — outubro é dezembro de 1936, volume XXXV. — Redação: Chefe do E. M. E.

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
— Ano III: números 30, fevereiro de 1937; 31, março de 1937;

32, abril de 1937. — Publicação do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Cincoentenário da Estrada de Ferro do Paraná — Publicação comemorativa da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina — 1936.

Almanaque Escolar do Estado do Rio-Grande-do-Sul — Edição oficial — 1935. — Mandado editar pela Diretoria Geral da Instrução Pública, da Secretaria da Educação e Saúde Pública.

Anais do Rotary Clube, de Curitiba — 1935-36. — Resenha dos trabalhos lidos no Rotary Clube durante o biênio 1935-36.

Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes — Número comemorativo ao Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. — fevereiro de 1937. — Comissão de Redação: Alfredo Romário Martins, Artur Martins Franco e José Loureiro A. Fernandes. — Curitiba-Paraná.

Instituto Argentino Brasileiro de Cultura — Memória correspondente ao ano de 1936. — Sede do Instituto: Pôrto-Alegre. Rio-Grande-do-Sul. — 1937.

Revista da Academia Petropolitana de Letras — ano IV — dezembro de 1936 — n.º 4. Diretor: A. de Paula Buarque; secretário: Soleyman Antoun.

Revista da Academia Brasileira de Letras — ano 28: números 175 (julho de 1936) e 176 (agosto de 1936). — Rio-de-Janeiro.

Fronteiras — periódico mensal de letras, arte, ciência. — Recife, janeiro de 1937, ano VI, n.º 21. — Direção: Manuel Lubambo; Vicente do Rêgo Monteiro.

Archivum Historicum Societatis Jesu — Jan. Jun. 1937 — ani VI, fasc. I. — Periódico semestral publicado pelo Instituto Histórico S. J. — Roma.

Bibliografia Missionária — ano III. 1936 — Compilada pelo padre Giovanni Rommerskirchen O. M. I., da Unione Missionaria del Clero in Italia. — Roma.

Geographical Review, publicada pela American Geographical Society of New-York. April, 1937. Volume XXVII, n.º 2.

Boletín del Instituto de Cultura Latino-Americana — Publicação bimestral. — Diretor: Arturo Gimenez Pastor. — Buenos-Aires. — Números: 2, março de 1937; 3, maio de 1937.

Boletim do Museu Nacional — tomo XV. Santiago de Chile. 1936. — Publicação do Museu Nacional de História Natural. Diretor: D, Ricardo E. Latcham.

Boletim del Archivo General del Gobierno — Publicado pela "Secretaria de Governación y Justicia". — Publicação trimestral. — Diretor: professor J. Joaquim Pardo. Ano II, número 3. — Guatemala — C. A. — Abril de 1937.

Boletim de la Academia Panameña de la Historia — Ano V, número 12; Janeiro de 1937. Diretor: Juan Antônio Susto. — Panamá.

Boletim de Historia y Antigüedades — Órgão da Academia Colombiana de História. República de Colômbia. — Diretor: Luiz Augusto Cuervo; redatores: Guilherme Hernandez de Alba, Moisés de la Rosa. — Volume XXIII, número 266 (novembro de 1936); volume XXIV, números: 267, 268 (janeiro e fevereiro de 1937).

Boletim de la Sociedad Geografica de Colombia — órgão da Academia de Ciências Geográficas (publicação trimestral). — Volume III. Números: II (julho); III (outubro); IV (de-

zembro de 1936). — Secretário perpétuo e redator do Boletim: Jorge Alvares Lleras. Bogotá.

Anais do Itamarati — Ano I — 1936 — Volume 1. — Publicação feita por ordem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, dr. José Carlos de Macedo Soares. — Acompanhado de notas pelo sr. Aurélio Pôrto. — Rio-de-Janeiro, oficinas gráficas do ARQUIVO NACIONAL. — E' um volume de 606 páginas contendo a "Correspondência dos Encarregados de Negócios em Montevidéu" (1831-1840) — 1.º volume. — Forma êste esplêndido volume o "4.º volume relativo ao processo dos Farrapos", cuja publicação foi iniciada nas Publicações do Arquivo Nacional (Vols. XXIX, XXX e XXXI). Preciosas são, como sempre, aliás, as notas do sr. Aurélio Pôrto.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São-Paulo — Vols. LV e LX, contendo correspondências oficiais e ordens régias. — Publicação sumamente interessante, feita pelo INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO-PAULO. — São-Paulo, 1937.

ÍNDICE

1.º TRIMESTRE :

O bi-centenário do Rio-Grande e o Instituto Histórico e Geográfico	3
José da Silva Pais, por Edgar Fontoura	43
O destino do Rio Grande e o seu Patriarca, por Fernando Luiz Osório	67
A expedição de Gomes Freire (Documento copiado pelo coronel J. C. Rego Monteiro)	75
O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul, por Dante de Laytano	95
A conquista do Cerro Largo, pelo tenente H. Oscar Wiederspahn	119
O mito das Icamiabas, por Angelo Guido	125
Lagôa dos Barros, ou do Barros?, por Manuel Duarte	171
Nótulas bibliográficas	175

2.º TRIMESTRE :

O mistério das Pedras Verdes, por Angelo Guido	191
Os Franceses no Brasil, por Walter Spalding	235
Litígio com Santa-Catarina, por Dante de Laytano	275
Fortificações do Rio Grande do Sul, por Anibal Amorim	293
Os desdentados fósseis gravigrados, por Carlos de Paula Couto....	305
Toponímia Gaúcha, por Pedro Castelo Saccarello	317
Nótulas bibliográficas	327

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Dr. João Maia.
Tenente Dioclecio de Paranhos Antunes
Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Prof. Jaci A. L. Tupi Caldas.
Desembargador Francisco Rodolfo Simch.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Valter Spalding.
Dr. Dante de Laytano.
Manoelito d'Ornelas.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita do Costa.
Cel. E. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SÓCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslöcher Mazon.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura da Revista:

Por ano	15\$000 rs.
Por fascículo trimestral ..	4\$000 rs.
Preço da coleção até 1930.	1:000\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr.
Eduardo Duarte, à rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto
Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.